

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

PATRICIA GUILHEM DE SALLES CARVALHO

COMUNICAÇÃO E RESPONSABILIDADE SOCIAL: UM ESTUDO SOBRE O
FESTIVAL DE INVERNO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

CURITIBA

2014

PATRICIA GUILHEM DE SALLES CARVALHO

COMUNICAÇÃO E RESPONSABILIDADE SOCIAL: UM ESTUDO SOBRE O
FESTIVAL DE INVERNO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Área de Concentração em Comunicação e Sociedade, Linha de Pesquisa Comunicação, Política e Atores Coletivos, Departamento de Comunicação Social, Setor de Artes, Comunicação e Design, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Comunicação.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Celsi Brönstrup Silvestrin

CURITIBA

2014

Catálogo na publicação
Fernanda Emanóela Nogueira – CRB 9/1607
Biblioteca de Ciências Humanas e Educação - UFPR

Carvalho, Patricia Guilhem de Salles

Comunicação e responsabilidade social: um estudo sobre o Festival de Inverno da Universidade Federal do Paraná / Patricia Guilhem de Salles Carvalho – Curitiba, 2014.
158 f.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Celsi Brønstrup Silvestrin
Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Setor de Artes, Comunicação e Design da Universidade Federal do Paraná.

1. Comunicação. 2. Responsabilidade social. 3. Cidadania. 4. Festival de Inverno - Paraná. I.Título.

CDD 302



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE ARTES, COMUNICAÇÃO E DESIGN
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO
Rua Bom Jesus, 650 – Juvevê - Fone: 3313-2025

PARECER

A banca examinadora, instituída pelo colegiado do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, do Setor de Artes, Comunicação e Design da Universidade Federal do Paraná, após arguir a candidata **Patricia Guilhem de Salles Carvalho**, em relação ao seu trabalho de dissertação intitulado "**Comunicação e Responsabilidade Social: um Estudo Sobre o Festival de Inverno da Universidade Federal do Paraná**" é de parecer favorável à APPROVAÇÃO da acadêmica, habilitando-a ao título de *Mestre* em Comunicação, linha de pesquisa "Comunicação, Política e Atores Coletivos" da área de concentração em Comunicação e Sociedade. Curitiba, 26 de fevereiro de 2014.

Profª Drª Cleusa Maria Andrade Scroferneker

Profª Drª Regiane Regina Ribeiro

Profª Drª Celsi Brønstrup Silvestrin
Orientadora e presidente da banca examinadora

AGRADECIMENTOS

A Deus, por iluminar o meu caminho.

À minha orientadora, Prof.^a Dr.^a Celsi Brönstrup Silvestrin, por compartilhar generosamente ideias, experiências e conhecimentos, tornando o processo ainda mais rico e significativo.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFPR, pelas inúmeras possibilidades de reflexão e amadurecimento e, principalmente, às Professoras Doutoras Celsi Brönstrup Silvestrin, Kelly Prudencio e Myrian Del Vecchio de Lima que, por meio de disciplinas isoladas, despertaram o meu interesse pela pesquisa.

Às Professoras Doutoras Cleusa Maria Andrade Scroferneker e Regiane Ribeiro, pelas valiosas contribuições para a conclusão deste trabalho.

Aos meus colegas de turma, por dividir suas vivências, e especialmente à Anne Carolina Festucci e Paula Maia Wunder Andreola, agora mais que amigas, por estarem ao meu lado do início ao fim.

À minha grande família, fonte de inspiração e orgulho, sempre.

Aos meus pais, Beatriz e Luiz, amados companheiros de jornada, por tudo o que fizeram para eu chegar até aqui.

Às minhas filhas, Luiza e Valentina, pelo amor incondicional.

Aos amigos, de perto e de longe, aqueles de longa data e aos mais recentes, obrigada pelas palavras certas, na hora certa, e pelos mais diversos gestos de carinho.

Aos meus colegas da Coordenadoria de Cultura da UFPR, Aidê Marise Gonçalves dos Santos, Giliane Sanfelice Lehmkuhl Batista, Lúcia Maria Bueno Mion, Marcos Venzel Messias e Simone Aparecida Verchai, pelo apoio, incentivo e compreensão em todos os momentos.

À comunidade de Antonina, meu eterno agradecimento por me acolher e responder tão prontamente à minha pesquisa.

“A vida é importante; a Arquitetura não é. Até é bom saber das coisas da cultura, da pintura, da arte. Mas não é essencial. Essencial é o bom comportamento do homem diante da vida”.

Oscar Niemeyer

RESUMO

O tema central deste trabalho situa-se no contexto da comunicação e da responsabilidade social, analisadas na perspectiva das dimensões de avaliação do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES). Com esta finalidade foi feito um estudo sobre o Festival de Inverno da Universidade Federal do Paraná, evento artístico-cultural realizado anualmente na cidade de Antonina, PR, tendo como objetivo principal analisar se o evento pode ser entendido como uma ação de comunicação pautada na agenda de responsabilidade social da Universidade, que contribui com a prática democrática e estimula a cidadania. Para tanto, propõe-se: conhecer quais são as diretrizes legais impostas às universidades no que se refere à responsabilidade social; identificar como a comunidade de Antonina percebe o Festival de Inverno da UFPR; e refletir sobre a importância da comunicação entre a Universidade Federal do Paraná e a comunidade de Antonina, por meio da realização do Festival de Inverno. O referencial teórico está fundamentado nos conceitos de comunicação e sociedade e suas interações baseadas nas premissas do interacionismo simbólico e das formas simbólicas de Thompson (1995). Também são apresentados os conceitos de universidade, cidadania, responsabilidade social e *accountability*, considerados relevantes para a fundamentação teórica da pesquisa. A opção metodológica é o estudo de caso, fazendo uso das seguintes técnicas para o levantamento de dados: pesquisa bibliográfica, questionário semiestruturado e grupo focal. O referencial metodológico deste estudo fundamenta-se na Hermenêutica de Profundidade sustentada por Thompson (1995). O resultado das análises realizadas aponta para uma reinterpretação possível do evento como uma ação de comunicação no exercício de responsabilidade social.

Palavras-chave: Comunicação. Responsabilidade Social. Cidadania. Festival de Inverno da UFPR.

ABSTRACT

The central subject of this work is related to communication and social responsibility, analyzed in the context of the various dimensions of the evaluation carried out by the Brazilian National Evaluation Systems of Universities (Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior – SINAES). To this end a study was made about of the Winter Festival of the Federal University of Paraná, an artistic and cultural event held annually in the town of Antonina, PR, having as main objective to analyze if this event may be understood as an communication action according to the university social responsibility agenda, which contributes to a democratic practice and to stimulates the sense of citizenship. For such, it is proposed in the present work: to know legal requirements for the universities in relation to social responsibility; to indentify how the community of Antonina perceives the Winter Festival of the Federal University of Paraná and to reflect about the importance of the communication between the Federal University of Paraná and the community of Antonina through the realization of the Winter Festival. The theoretical framework has its foundations in the concepts of communication and society and their interactions based on the symbolic forms and interactions according with Thompson (1995). It is also presented the concepts of university, citizenship, social responsibility and accountability, considered relevant for the theoretical foundation of this research. The case study method was used, with the following techniques to gather information: bibliographic survey, a semi-structured questionnaire and focal group. The methodological framework of the study has its foundations in Thompson's depth hermeneutics (1995). The results of analyses carried out point to a possible reinterpretation of the event as a communication action in the exercise of social responsibility.

Keywords: Communication. Social Responsibility. Citizenship. Winter Festival of the FUPR.

LISTA DE SIGLAS

ACE	- Análise das Condições de Ensino
ACO	- Avaliação das Condições de Oferta
APAE	- Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
CDES	- Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social
CEPE	- Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFPR
CIVES	- Associação Brasileira de Empresários pela Cidadania
CONAES	- Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior
CPC	- Conceito Preliminar de Cursos
ENADE	- Exame Nacional de Desempenho de Estudantes
ENC	- Exame Nacional de Cursos
FUNPAR	- Fundação da Universidade Federal do Paraná para o Desenvolvimento da Ciência, da Tecnologia e da Cultura
HP	- Hermenêutica de Profundidade
IDEC	- Instituto de Defesa do Consumidor
IES	- Instituição de Ensino Superior
IFES	- Institutos Federais de Ensino
IGC	- Índice Geral de Cursos
INEP	- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira
LDB	- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LEA	- Laboratório de Estatística Aplicada da UFPR
MAE	- Museu de Arqueologia e Etnologia da UFPR
MEC	- Ministério da Educação
MINC	- Ministério da Cultura

MUSA	- Museu de Arte da UFPR
ONGs	- Organizações Não Governamentais
PAIUB	- Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras
PARU	- Programa de Avaliação da Reforma Universitária
PDI	- Plano de Desenvolvimento Institucional
PIA	- Patronato do Idoso de Antonina
PNBE	- Pensamento Nacional das Bases Empresariais
PNE	- Plano Nacional de Educação
PROEC	- Pró-Reitoria de Extensão e Cultura
SINAES	- Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
TEUNI	- Teatro Experimental da UFPR
UFMG	- Universidade Federal de Minas Gerais
UFPR	- Universidade Federal do Paraná
UNESCO	- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 COMUNICAÇÃO E SOCIEDADE COMO CAMPOS DE INTERAÇÃO DAS FORMAS SIMBÓLICAS	18
2.1 AS FORMAS SIMBÓLICAS	25
2.2 CONTEXTUALIZAÇÃO DAS FORMAS SIMBÓLICAS	29
2.2.1 Valorização das formas simbólicas	33
2.2.2 Transmissão das formas simbólicas	34
3 UNIVERSIDADE, CIDADANIA, RESPONSABILIDADE SOCIAL E ACCOUNTABILITY.....	36
3.1 A UNIVERSIDADE COMO INSTITUIÇÃO SOCIAL	36
3.1.1 Diretrizes educacionais.....	41
3.1.1.1 Trajetória histórica das diretrizes educacionais	43
3.1.1.2 Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).....	49
3.2 CIDADANIA: POSSIBILIDADES CONCEITUAIS.....	52
3.3 RESPONSABILIDADE SOCIAL: INSTRUMENTO DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL	56
3.3.1 <i>Accountability</i> : informação e cidadania	62
4 O REFERENCIAL METODOLÓGICO E OS PROCEDIMENTOS ADOTADOS...66	66
4.1 REFERENCIAL METODOLÓGICO	66
4.2 ESTUDO DE CASO E AS TÉCNICAS APLICADAS	71
4.3 SITUANDO O OBJETO DE ESTUDO.....	73
4.3.1 Perfil institucional.....	76
4.3.2 Compromisso social.....	77
4.3.3 Interação com a sociedade	79
4.3.4 Pró-Reitoria de Extensão e Cultura.....	81
4.3.5 Coordenadoria de Cultura.....	82
4.3.6 Festival de Inverno da UFPR	82
4.3.6.1 Festival de Inverno da UFPR em imagens	87
5 QUESTÕES EM ANÁLISE: A FASE DA INTERPRETAÇÃO/ REINTERPRETAÇÃO.....	90
5.1 APLICAÇÃO E RESULTADOS DAS TÉCNICAS DE PESQUISA	90
5.1.1 Pesquisa exploratória – Julho 2012	90
5.1.1.1 Interpretação dos dados obtidos – Pesquisa exploratória Julho 2012.....	91
5.1.2 Pesquisa exploratória – Julho 2013	92
5.1.2.1 Interpretação dos dados obtidos – Pesquisa exploratória Julho 2013.....	93
5.1.3 Grupo focal.....	95

5.1.3.1 Grupos focais – Antonina.....	96
5.1.3.2 Análise dos grupos focais.....	97
5.2 INTERPRETAÇÃO/REINTERPRETAÇÃO: O FESTIVAL DE INVERNO DA UFPR SOB NOVA PERSPECTIVA.....	101
6 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	115
REFERÊNCIAS.....	119
APÊNDICE I.....	126
APÊNDICE II.....	127
APÊNDICE III.....	130
APÊNDICE IV	131
APÊNDICE V	134
APÊNDICE VI	137
ANEXO I.....	138
ANEXO II.....	141

1 INTRODUÇÃO

As universidades públicas, assim como outras instituições que fazem parte da esfera pública, são frequentemente questionadas sobre a sua atuação nos dias de hoje. Sobre a universidade pública, particularmente, as críticas recaem sobre a qualidade de ensino, com reclamações por ela não atender um maior número de universitários e pelas condições precárias de funcionamento, entre outras questões relevantes, que acabam por criar um quadro desfavorável à educação pública superior.

Assim, partindo da convicção de que a universidade como uma instituição da sociedade não pode eximir-se de suas responsabilidades com a realidade social, no sentido de estar comprometida com o desenvolvimento de todos os segmentos da população, o presente trabalho aborda o exercício da responsabilidade social pela Universidade Federal do Paraná – UFPR, como uma alternativa de comunicação com a sociedade. Portanto, o tema central deste trabalho situa-se no contexto da comunicação e da responsabilidade social, analisadas na perspectiva das instituições de ensino superior. Por tratar-se de uma instituição, cuja função é pública, o termo inglês *accountability* traduz melhor o que se pretende analisar como sendo um exercício de responsabilidade social neste contexto.

Ainda que a *accountability* – agora já assumindo o termo – deveria ser uma prática espontânea por parte das instituições públicas, por tratar-se de uma exigência ética, também é avaliada pelas diretrizes educacionais impostas às universidades no que se refere à responsabilidade social, no papel das instituições de educação superior de interagir e contribuir com o desenvolvimento da comunidade em que estão inseridas. Desta forma, a análise a ser feita terá como base norteadora essas diretrizes ditadas pelo Ministério da Educação (MEC), mais especificamente, pelo Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES), que entre dez dimensões propostas para a avaliação institucional inclui a questão da responsabilidade social e da comunicação com a sociedade. Para cumprir a finalidade da pesquisa, a análise tem como foco principal o Festival de Inverno da UFPR, contexto do objeto deste estudo.

O Festival de Inverno da UFPR é um evento artístico-cultural realizado em Antonina, cidade litorânea do Estado do Paraná, localizada a aproximadamente 90

quilômetros de Curitiba. Promovido pela Universidade Federal do Paraná em parceria com a Prefeitura Municipal de Antonina, o Festival de Inverno da UFPR acontece há 23 anos ininterruptamente, sempre durante uma semana, no mês de julho. A programação do evento é definida com o objetivo de proporcionar o acesso democrático à cultura e de atender a demandas específicas da comunidade de Antonina. Além das oficinas artísticas, nas categorias adulto e infantil, são oferecidas oficinas especialmente direcionadas aos artesãos, aos alunos e aos professores da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Antonina (APAE), aos músicos da Filarmônica Antoninense e aos associados do Patronato do Idoso de Antonina (PIA). As inscrições para as oficinas infantis só podem ser feitas em Antonina com o intuito de privilegiar a participação das crianças residentes na cidade. A programação dos espetáculos conta com cinco apresentações diárias, em diferentes espaços, todas gratuitas. Entre os espetáculos selecionados são incluídas apresentações que valorizam a cultura local. E durante o evento também são realizados jogos e brincadeiras na praça central da cidade.

Embora o Festival de Inverno seja apontado no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Universidade Federal do Paraná 2012-2016 como um evento de grande importância, o Plano não o relaciona com as ações sociais da instituição. Torna-se, então, importante fazer um estudo para refletir sobre o processo de comunicação entre a Universidade Federal do Paraná e a comunidade de Antonina, considerando como objeto empírico da pesquisa a influência social das atividades desenvolvidas durante o Festival de Inverno realizado pela UFPR.

Portanto, o estudo justifica-se pela importância social das universidades públicas no Brasil, em que a lógica do lucro assume valores que contribuam com a construção do conhecimento técnico e científico que, por sua vez, possam produzir melhorias nas condições de vida da sociedade, no caso, à comunidade de Antonina em especial.

A presente pesquisa tem como objetivo principal compreender as características de uma ação de responsabilidade social, levando-se em consideração uma instituição de educação superior. Assim, procura responder: o Festival de Inverno da UFPR pode ser entendido como uma prática de *accountability*, uma ação de comunicação focada na responsabilidade social realizada pela Universidade Federal do Paraná, capaz de estimular a cidadania e o exercício da democracia junto à comunidade? Especificamente, os objetivos

buscam: identificar as diretrizes legais impostas às universidades, no que se refere à responsabilidade social; entender como a comunidade de Antonina percebe o Festival de Inverno da UFPR; refletir sobre a importância da comunicação entre a Universidade Federal do Paraná e a comunidade de Antonina, por meio da realização do Festival de Inverno, pautada na agenda da responsabilidade social.

Embora a realização do Festival de Inverno da UFPR não seja considerada uma ação de responsabilidade social pela própria instituição em seu PDI, o evento pode ser caracterizado como tal, além de ser percebido pela comunidade de Antonina “como uma ação de responsabilidade social”, conforme evidenciado na pesquisa exploratória realizada durante o 22.º Festival de Inverno da UFPR, em 2012 (Apêndice II), quando em fase de redefinição deste projeto de pesquisa. Portanto, a hipótese norteadora que prevalece é de que o Festival de Inverno da UFPR é uma ação de comunicação com foco na responsabilidade social, capaz de contribuir com a prática democrática e estimular a cidadania, considerando três dimensões principais: as conceituações teóricas sobre o tema; as diretrizes educacionais impostas às instituições de educação superior; e a percepção da população de Antonina em relação ao evento.

Com a finalidade de contribuir para um entendimento mais claro sobre a questão colocada, que interessa tanto à UFPR como à comunidade de Antonina, no sentido de valorizar a iniciativa institucional, ao mesmo tempo em que abre uma oportunidade para que membros da comunidade se manifestem sobre o evento, este trabalho busca o seu referencial teórico concentrado em conceitos sobre comunicação e sociedade e suas interações, baseadas nas premissas do interacionismo simbólico e das formas simbólicas de Thompson (1995). Entre os autores citados também estão: Silverstone (2005), Rüdiger (2011), Wolton (2004), Mattelart e Mattelart (1999), Vizer (2007) e Blumer (1982). Também são aprofundados os conceitos sobre universidade, cidadania, responsabilidade social e *accountability*, tendo como principais autores: Barichello (2001), Chauí (2003), Vieira (2001), Dagnino (2000), Demo (1999), Todorov (2005), Calderón (2005), Marcondes Neto (2012), O'Donnell (1998), Mainwaring (2003), entre outros.

Os procedimentos adotados para o levantamento de dados incluem a pesquisa bibliográfica, questionários semiestruturados e grupos focais, tendo como

método a perspectiva da Hermenêutica de Profundidade¹, sustentada por Thompson (1995), que prevê as fases da análise sócio-histórica, da análise formal ou discursiva e da interpretação/reinterpretação das formas simbólicas.

No primeiro momento da pesquisa buscou-se compreender qual a percepção da comunidade de Antonina em relação à realização do Festival de Inverno da UFPR. Para tanto, foi feita uma pesquisa exploratória, com jovens entre 15 e 18 anos de idade, durante o 22.º Festival de Inverno da UFPR, em julho de 2012 (Apêndice II).

Em julho de 2013, durante a realização do 23.º Festival de Inverno da UFPR, foi realizada nova pesquisa exploratória (Apêndice IV) com a aplicação de 216 (duzentos e dezesseis) questionários semiestruturados entre os moradores de Antonina (Apêndice III), cujo tamanho da amostra estatística foi determinado pelo Laboratório de Estatística Aplicada da UFPR – LEA (Anexo I).

Nesta pesquisa pode-se observar novamente o grande envolvimento dos respondentes com o evento. O grupo que forma a amostra pesquisada afirma participar das oficinas, das ações desenvolvidas na praça central da cidade e diz assistir aos espetáculos. O Festival de Inverno da UFPR confirma-se como uma atividade que traz benefícios para a cidade, contribuindo para o desenvolvimento de Antonina. Em relação aos benefícios, especificamente, quando perguntados se eles permanecem na cidade ou são visíveis só no período da realização do evento, as opiniões ficaram bem divididas: 47,6% acreditam que os benefícios permanecem após a realização do evento; e 47,2% defendem que os benefícios gerados são visíveis só durante os oito dias em que ocorre o evento. De acordo com a pesquisa, a área cultural ainda é a mais beneficiada com a realização do evento.

Para imprimir um caráter mais qualitativo à pesquisa, em dezembro de 2013 foram realizados dois grupos focais em Antonina, com moradores de diferentes segmentos da cidade, para compreender se o evento é percebido pela comunidade local como uma ação de responsabilidade social. As entrevistas foram realizadas em duas sessões, com duração aproximada de 60 minutos. Neste momento pode-se observar que existe uma dificuldade em dissociar o Festival de Inverno da UFPR da cidade de Antonina. O evento é tratado como um patrimônio da cidade, e muitas vezes ele é chamado de Festival de Inverno “de Antonina”, fazendo parte da própria

¹ Thompson (1995) denomina a Hermenêutica de Profundidade como metodologia, e não como método.

identidade da comunidade.

Posto isso, para atingir os objetivos propostos, o trabalho se estrutura em seis partes, iniciando por esta introdução. Em seguida, o primeiro capítulo traz os principais parâmetros teóricos de comunicação e sociedade, já que o Festival de Inverno da UFPR é considerado um ator social diferenciado junto à comunidade antoninense, atuando como um agente de interação social na medida em que promove experiências coletivas através da sua programação.

O segundo capítulo apresenta conceitos considerados relevantes para a fundamentação teórica da pesquisa, como universidade, cidadania, responsabilidade social e *accountability*, e também evidencia as diretrizes legais que as instituições de educação superior estão submetidas, especialmente no que se refere à responsabilidade social.

O terceiro capítulo define o percurso metodológico da pesquisa, detalhando os aspectos do estudo de caso e da hermenêutica, e as técnicas adotadas: pesquisa bibliográfica, questionários semiestruturados e grupo focal, assim como contextualiza e descreve o objeto de pesquisa.

O quarto capítulo descreve como as técnicas de pesquisa foram aplicadas e sintetiza as respostas obtidas nas pesquisas exploratórias e nas entrevistas com os grupos focais e, por fim, apresenta o resultado final das análises fundamentadas na fase de interpretação e reinterpretação das formas simbólicas.

Nas considerações finais busca-se responder a questão norteadora deste estudo e apontar resultados que contribuam para fundamentar o uso do conceito de responsabilidade social na realização do Festival de Inverno da UFPR.

2 COMUNICAÇÃO E SOCIEDADE COMO CAMPOS DE INTERAÇÃO DAS FORMAS SIMBÓLICAS

O presente trabalho traz na sua abordagem a questão do exercício da responsabilidade social pela Universidade Federal do Paraná – UFPR como uma alternativa de comunicação com a sociedade, tendo como foco de análise o Festival de Inverno da UFPR. Assim, neste capítulo, busca-se, além de situar e refletir sobre estes dois conceitos teóricos – comunicação e sociedade –, compreender como as formas simbólicas se constituem como parte deste processo comunicativo.

Antes de qualquer reflexão, é importante destacar que a própria Universidade Federal do Paraná assume que o Festival de Inverno é uma ação de comunicação praticada pela Instituição, conforme aponta o Relatório de Gestão UFPR 2012. O documento cita a promoção de eventos culturais em Curitiba e no interior do Estado e, mais especificamente, o Festival de Inverno da UFPR, realizado em Antonina, PR, como atividades que configuram o diálogo com a comunidade. Outros detalhes sobre o relatório serão observados no capítulo 4, no item 4.3.3, intitulado “Interação com a sociedade”. E é justamente sobre o conceito do termo sociedade o início desta exposição teórica.

Silverstone (2005) afirma que o ser humano vive entre outros. Está entre vizinhos, amigos e parentes.

Vivemos como membros de maiorias e minorias étnicas, como membros de regiões e nações. Partilhamos valores, idéias, interesses e crenças com quem tem valores, interesses e crenças como os nossos. Partilhamos passados e também o presente imediato: nossas biografias entrelaçadas com histórias e amalgamadas pela memória. Encontramos nossas identidades nas relações sociais que nos são impostas e nas que procuramos (SILVERSTONE, 2005, p. 181).

Nesse sentido, a sociedade representa, em essência, muito mais do que uma simples agregação de indivíduos. Constitui uma comunidade² de ação e

² “Três elementos definem uma comunidade: uma população organizada em um território, em maior ou menor medida nele enraizado, cujos membros vivem numa relação de interdependência mútua de caráter simbiótico” (MATTELART; MATTELART, 1999, p. 31). “As comunidades sempre tiveram uma composição simbólica, e também material. Elas são definidas pelas minúcias da interação cotidiana, assim como pela efervescência da ação coletiva. Agimos sobre elas e as traduzimos em ações. Mas, sem sua dimensão simbólica, não são nada. Sem seus significados, sem crença, sem identidade e

comunicação imprescindível, tanto para a evolução da vida humana quanto para o desenvolvimento de uma vida social com sentido, explica Rüdiger (2011).

O autor também constata que muitas vezes a sociedade se confunde com a própria cultura, por isso é medida por duas tendências essenciais: as tendências à socialização e à integração dos indivíduos e as tendências à individualização e competição entre seus membros, com caráter renovador.

No primeiro caso, a comunicação encontra-se submetida ao emprego expressivo, devendo ser vista como um processo de compartilhamento de uma estrutura de sentido; no segundo, encontra-se submetida ao emprego instrumental, devendo ser vista como um processo de influência recíproca dirigido por no mínimo dois sujeitos (RÜDIGER, 2011, p. 37).

Assim, conclui o autor, a comunicação tem o papel de denominador comum, pois ao mesmo tempo em que cria e mantém certo consenso, promovendo o entendimento entre os indivíduos, permite que estes modifiquem o comportamento da sociedade. Para Rüdiger (2011, p. 39), “[...] a comunicação é a condição de possibilidade da interação social”.

O pensamento de Rüdiger (2011) vem ao encontro de Wolton (2004, p. 57), quando este defende que a comunicação remete à ideia de comunhão, de partilha: “[...] a comunicação sempre será a busca do outro e o desejo de compartilhar”.

Rüdiger (2011) amplia o conceito de comunicação afirmando que é um mecanismo de coordenação da interação social. Assim, o processo comunicacional não pode ser reduzido à pura transmissão de experiências, pois vai muito além. A comunicação consiste em um processo pelo qual as pessoas têm uma experiência comum da realidade e pelo qual estabelecem seu mundo como coletividade, conclui o autor.

Complementando a questão, Vizer (2007) aprofunda a definição anterior recorrendo à análise sociocomunicacional, que propõe três funções diferenciadas nos processos discursivos e comunicacionais: referencial, inter-referencial e autorreferencial.

A primeira como dispositivo de construção discursiva de “representações objetais” (de que se fala); a segunda como construção de relações e vínculos entre atores sociais que se “referenciam” mutuamente (quando se

identificação, não há nada: nada a que pertencer, de que participar; nada para compartilhar, promover, e nada para defender” (SILVERSTONE, 2005, p. 185-186).

fala, se fala com alguém, com um interlocutor que pode ou não estar presente na comunicação). Finalmente, a terceira como processo de apresentação do sim, mesmo em sociedade, e como marcas de identidade – e identificação – de uma organização e/ou um movimento como sujeito e ator social (que é o que fala; já que o reconhecimento social implica a representação de um sujeito social) (VIZER, 2007, p. 47).

As práticas sociais, de acordo com Vizer (2007), se expressam comunicacionalmente em três dimensões (também denominadas pelo autor como funções), são elas: referenciação e construção simbólica do mundo dos objetos (a dimensão do discurso que se refere à “realidade externa”); inter-referenciação entre os agentes sociais, quer dizer, as modalidades que estabelecem relações entre atores sociais, normalmente chamadas de interação social. Finalmente, uma dimensão autorreferencial dos próprios agentes sociais, modos, estilos e termos utilizados pelas organizações – ou por indivíduos (consciente ou inconsciente) – para “apresentar-nos” diante dos demais e perante o mundo (como as mulheres, os políticos e os artistas que se “produzem” para estabelecer uma imagem pública de si mesmos). O autor ainda esclarece que “[...] essa apresentação (de um indivíduo, de uma comunidade, uma instituição ou um movimento social enquanto ‘agente’) perante os outros, vai gerando as marcas da representação social que identifica o agente como um ator social diferenciado” (VIZER, 2007, p. 47).

Nesse sentido, a UFPR, após 23 anos realizando o Festival de Inverno, consolidou a sua representação social que a identifica como um ator social diferenciado junto à comunidade antoninense, atuando como um agente da interação social na medida em que promove experiências coletivas através das oficinas e espetáculos. A proposta do Festival de Inverno, enquanto uma ação de comunicação entre a Universidade Federal do Paraná e a comunidade de Antonina, contempla a socialização da informação e do conhecimento por meio das oficinas e espetáculos. Além disso, compartilha da realidade social da cidade no momento em que busca atender demandas próprias da comunidade, seja por meio de oficinas específicas ou através do incentivo a grupos artísticos locais, promovendo, assim, a interação social e a construção de relações e vínculos entre os atores sociais envolvidos.

A sociedade, por sua vez, diz Rüdiger (2011), precisa ser observada como um conjunto de comunidades simbólicas de participação, que conferem sentido às ações humanas e à realidade social. Ainda de acordo com o autor, o processo de

interação social, mediado simbolicamente, é a grande fonte das experiências das coisas, pois a realidade social supõe a noção de comunidade, algo sem limites definidos, mas sem o qual não é possível desenvolver conhecimentos.

Segundo o autor, a Escola de Chicago foi precursora na reflexão teórica sobre a comunicação, difundindo os fundamentos do que se convencionou chamar de interacionismo simbólico. Estudiosos como Cooley (1902), Mead (1934) e Park (1971) desenvolveram a tese de que a sociedade não pode ser analisada fora dos processos de interação entre as pessoas e que é constituída simbolicamente pela comunicação.

A vida social não se mantém por conta de nenhuma dinâmica interna ou requisito sistêmico, mas sim pelo fato dos seres humanos serem capazes de interpretar seu contexto vital e responder praticamente aos estímulos de que são destinatários. As pessoas se relacionam através de símbolos: os símbolos estruturam o processo de comunicação (RÜDIGER, 2011, p. 37).

A comunicação representa, então, de acordo o mesmo autor, um processo estruturado simbolicamente: é a utilização um tanto racional dos símbolos que cria a própria sociedade. Rüdiger (2011) lembra, ainda, que estes símbolos não devem ser reduzidos à simples transmissão de mensagens, e sim, vistos como meios de expressar autorrelações e conferir sentido ao mundo para o homem, pois os seres como as coisas só se transformam em fonte de motivação a partir do momento que ganham um sentido, estabelecido durante o processo da comunicação. “O significado das coisas deve ser visto, portanto, como um produto da interação social e, ao mesmo tempo, como uma condição da possibilidade da comunicação” (RÜDIGER, 2011, p. 38). Portanto:

O comportamento humano é um comportamento orientado por símbolos, depende de conhecimentos que não provêm em linha direta da realidade, mas, ao contrário, são fruto da mediação desta realidade por uma estrutura simbólica coletiva, que coordena sua interação e, assim, constitui o princípio de construção do próprio mundo vivido pelo homem (RÜDIGER, 2011, p. 41).

Blumer (1982) também entende que o termo “interação simbólica” refere-se à característica peculiar e distinta de interação. De acordo com o autor, a singularidade está no fato de que as pessoas interpretam as ações dos outros, não se limitando simplesmente a reagir a elas. Desta forma,

Sua “resposta” não é feita diretamente, como resultado das ações dos outros, mas é baseada no significado que atribuem a elas. Assim, a interação humana é mediada pelo uso de símbolos, interpretação ou compreensão do significado das ações dos outros. No caso do comportamento humano, tal mediação é equivalente à inserção de um processo de interpretação entre estímulo e resposta (BLUMER, 1982, p. 59-60, tradução nossa³).

Para Rüdiger (2011), os símbolos pressupõem um consenso, possibilitando estruturar não só a interação, mas o próprio mundo vivido pelas pessoas em determinado contexto social, formando a espinha dorsal do processo de comunicação. Considerando o contexto da comunicação, o autor esclarece que os símbolos são percebidos coletivamente, mesmo que assimilados individualmente.

Dependendo de um acordo em geral informal e inconsciente, são eles que permitem aos seus participantes construir uma comunidade comunicativa, por mais que varie seu grau de entendimento, pois sem aquele acordo prévio e seu reconhecimento mínimo, afirmam os interacionistas, não há comunicação (RÜDIGER, 2011, p. 40).

O autor recorre às palavras de George Mead (1972, *apud* RÜDIGER, 2011) para explicar melhor como ocorre o processo de interação:

Conforme George Mead (1972) estabeleceu em seu célebre *Mind, self and society*, publicado originalmente em 1934, os mecanismos de interação presidem o processo de socialização: a vida social é um produto da comunicação. Os seres humanos se constituem em sujeitos sociais capazes de coordenar suas ações desenvolvendo uma competência comunicativa. O *self* (eu) não é um dado imediato, com o qual se nasce, mas uma construção simbólica, que surge no processo de interação desses seres com seus semelhantes, dentro de determinada comunidade (p. 41).

Rüdiger (2011) esclarece que logo nos primeiros anos de vida, as pessoas desenvolvem a capacidade de abraçar o comportamento dos outros, constituindo um eu para os outros e para si mesmo, exatamente como estes outros fizeram anteriormente. Então, a visão e as expectativas de comportamento que os outros têm de nós são internalizadas, tornando-se base para o desenvolvimento deste eu, que, no início, era somente formado por ações aprendidas com os demais. Esse

³ “Su ‘respuesta’ no es elaborada directamente como consecuencia de las acciones de los demás, sino que se basa en el significado que otorgan a las mismas. De este modo, la interacción humana se ve mediatizada por el uso de símbolos, la interpretación o la comprensión del significado de las acciones del prójimo. En el caso del comportamiento humano, tal mediación equivale a intercalar un proceso de interpretación entre el estímulo y la respuesta al mismo” (BLUMER, 1982, p. 59-60).

individualismo vai proporcionar a troca de experiências com outros indivíduos, conforme Blumer (1982, p. 60, tradução nossa⁴): “Mead acredita que essa capacidade do ser humano de agir com relação a si mesmo é o principal mecanismo para enfrentar e se relacionar com o seu mundo”. Para o autor, a ação do grupo consiste num entrelaçamento das ações individuais: “Cada sujeito ajusta sua ação aos demais, processando o que eles fazem ou pretendem fazer, isto é, compreendendo o significado de seus atos” (BLUMER, 1982, p. 62, tradução nossa⁵).

Apesar da interação com o grupo parecer uma uniformização de comportamento, a contribuição de Mattelart e Mattelart (1999, p. 36), de que “O indivíduo é capaz de uma experiência singular, única, que traduz sua história de vida, sendo ao mesmo tempo submetido às forças de nivelamento e homogeneização do comportamento”, esclarece que ao mesmo tempo em que o ser humano assimila o significado das interações, ele constrói a sua própria experiência.

Rüdiger (2011) conclui que o conhecimento que o homem adquire é construído por processos triádicos, ou seja, uma pessoa estimula a outra, e esta responde de um modo que faz sentido, não só para cada um dos indivíduos, mas para todos os que participam da sua cultura.

Em outras palavras, podemos dizer que nós temos a capacidade de nos vermos do mesmo modo como os outros nos veem, responder aos estímulos dos outros, do mesmo modo como os outros respondem aos nossos. Os símbolos permitem que façamos uma conversação interior em nós mesmos, compreendamos o comportamento do outro, porque podemos dizer a nós mesmos coisas muito semelhantes às que ele nos diria, visto que compartilhamos destes símbolos, tornados comuns no processo de interação social. Por isso, ao contrário do que aparenta, a comunicação não constitui um efeito de solilóquios, pelo contrário, estes é que são o resultado e o reflexo da conversação que mantemos com os outros ao longo da vida (RÜDIGER, 2011, p. 42).

Nesse sentido, o Festival de Inverno da UFPR contribui para o conhecimento da sociedade antoninense, considerando que fornece um grande estímulo aos participantes, proporcionando reflexões e diálogos com a sociedade, através da realização das ações culturais e sociais.

⁴ “Mead considera que esta aptitud del ser humano para actuar con respecto a sí mismo, es el principal mecanismo con que cuenta para afrontar y tratar con su mundo” (BLUMER, 1982, p. 60).

⁵ “Cada sujeto ajusta su acción a la de los demás, enjuciendo lo que éstos hacen o pretenden hacer, esto és, aprehendiendo el significado de sus actos” (BLUMER, 1982, p. 62).

A linguagem, conforme coloca Rüdiger (2011), exerce um papel vital nesse processo, pois procede à codificação simbólica dos comportamentos e das coisas, estabelecendo seu sentido para os envolvidos.

As pessoas respondem aos estímulos provenientes dos outros com gestos que têm sentido tanto para elas como para os outros, na medida em que correspondem às suas expectativas comuns. A linguagem permite que estes gestos e todas as coisas que eles põem em jogo sejam pouco a pouco substituídos por símbolos, que carregam consigo uma estrutura de sentido capaz de mediatizar não somente a interação, mas toda a realidade experimentada pelas pessoas. Os sujeitos dotam-se, por conseguinte, da capacidade de estruturar simbolicamente suas ações, reagir de maneira mediata e mesmo antecipar a resposta aos estímulos que recebem do seu contexto vital, quando desenvolvem o aprendizado da linguagem (RÜDIGER, 2011, p. 43).

Assim, as pessoas não respondem mecanicamente às situações vivenciadas: “[...] os estímulos que recebem do meio são compreendidos como símbolos, que devem ser interpretados à luz de seu conhecimento” (RÜDIGER, 2011, p. 43). A linguagem articula e racionaliza todo o conteúdo das comunicações informais, permitindo o desenvolvimento da experiência social do indivíduo. “Seu comportamento, portanto, não é consequência de fatores como as pressões ambientais, estímulos, motivações, atitudes e ideias, mas sim, da forma como ele gerencia e interpreta esses fatores no contexto da ação a ser desenvolvida” (BLUMER, 1982, p. 61-62, tradução nossa⁶).

Rüdiger (2011) alerta que apesar do eu (*self*) ser um produto da interação não quer dizer que ele não possa reinterpretar e transformar os próprios processos de interação, manipulando os símbolos compartilhados por sua comunidade. Em todo processo de comunicação que objetiva o emprego na práxis cotidiana observa-se a ocorrência de procedimentos interpretativos bem distintos da simples decodificação dos significados existentes, pois estes processos são continuamente reelaborados. “Consequentemente, é com o domínio desta capacidade que podemos entender com maior precisão o modo como os símbolos determinam nosso modo de vida e progredir em nossa vontade de autodeterminação” (RÜDIGER, 2011, p. 43).

O autor confirma então a tese de que a comunicação – gênero, modo e

⁶ “Su comportamiento, por lo tanto, no és consecuencia de factores tales como presiones ambientales, estímulos, motivos, actitudes e ideas, sino del modo en que maneja e interpreta estos factores en el contexto de la acción que está elaborando” (BLUMER, 1982, p. 61-62).

objetivo com que se utiliza os símbolos – estabelece a realidade humana.

O processo de interação social, estruturada pela linguagem, permite que as pessoas coordenem simbolicamente sua ação, manipulem com os símbolos em vez das coisas, reconstituam o passado ou prefigurem os futuros atos dentro de uma mesma estrutura de sentido. As pessoas se dotam da capacidade de agir por conta própria, mas ao mesmo tempo de correlacionar sua ação com a ação dos outros, porque compartilham de certos significados comuns, estruturados pela linguagem (RÜDIGER, 2011, p. 43).

A essência da comunicação, segundo o interacionismo simbólico, está baseada na interpretação dos símbolos que compõem o diálogo dos indivíduos de uma sociedade, construindo a sua cultura e seus valores.

2.1 AS FORMAS SIMBÓLICAS

As formas simbólicas, como fator de entendimento e compreensão da comunicação, são tema de estudo para embasamento teórico do objeto desta pesquisa.

Thompson (1995, p. 181) define as formas simbólicas como: “[...] ações, objetos e expressões significativas de vários tipos – em relação a contextos e processos históricos específicos e socialmente estruturados dentro dos quais, e por meio dos quais, essas formas simbólicas são produzidas, transmitidas e recebidas”.

O autor utiliza o termo “formas simbólicas” para se referir a uma ampla variedade de fenômenos significativos, desde ações, gestos e rituais até manifestações verbais, textos, programas de televisão e obras de arte. Considerando os fenômenos citados, o Festival de Inverno da UFPR pode ser analisado como um conjunto de “formas simbólicas”, uma vez que a variedade das ações abrange desde jornal impresso, oficinas diversas, espetáculos abertos ao público até atividades na praça com as crianças, caracterizando-se como fenômenos significativos.

São cinco as características das formas simbólicas, segundo o autor, que as descreve como aspectos “intencionais”, “convencionais”, “estruturais”, “referenciais” e “contextuais”. Thompson (1995) lembra que estes aspectos estão envolvidos na

composição das formas simbólicas, mas os modos específicos pelos quais estão envolvidos e a importância relativa de um em relação ao outro podem variar substancialmente de um tipo ou exemplo de forma simbólica para outro. “Os aspectos intencional, convencional, estrutural têm, todos, relação com o que é comumente entendido pelos termos ‘significado’, ‘sentido’ e ‘significação’” (THOMPSON, 1995, p. 183).

Thompson (1995, p. 183) descreve o aspecto “intencional” das formas simbólicas como “expressões de um sujeito e para um sujeito (ou sujeitos)”. Isso significa que:

[...] as formas simbólicas são produzidas, construídas e empregadas por um sujeito que, ao produzir e empregar tais formas, está buscando certos objetivos e propósitos e tentando expressar aquilo que ele “quer dizer” ou “tenciona” nas e pelas formas assim produzidas. O sujeito-produtor também tenta expressar-se para um sujeito ou sujeitos que, ao perceber e interpretar as formas simbólicas, percebem-nas como a expressão de um sujeito, como uma mensagem a ser entendida (THOMPSON, 1995, p. 183-184).

Sobre a primeira característica, aspecto “intencional”, Thompson (1995) faz duas importantes observações. Primeiro, o autor explica que a constituição de objetos enquanto formas simbólicas, ou seja, sua constituição como “fenômenos significativos”, pressupõe que elas sejam produzidas, construídas ou empregadas por um sujeito capaz de agir intencionalmente, ou, no mínimo, que elas sejam percebidas como produzidas por um determinado sujeito. A segunda observação feita por Thompson (1995) esclarece que o “significado” de uma forma simbólica, ou dos elementos constitutivos de uma forma simbólica, nem sempre corresponde exatamente àquilo que o sujeito-produtor quis dizer ao elaborar a forma simbólica, podendo ser algo muito mais complexo e ramificado do que inicialmente previsto pelo sujeito-produtor. Acrescenta ainda que “[...] o significado de uma forma simbólica, ou dos elementos constituintes de uma forma simbólica, é um fenômeno complexo que depende de, e é determinado por, uma variedade de fatores” (THOMPSON, 1995, p. 185).

A segunda característica das formas simbólicas apresentada por Thompson é o aspecto “convencional”. Segundo o autor, “[...] a produção, construção ou emprego das formas simbólicas, bem como a interpretação das mesmas pelos sujeitos que as recebem, são processos que, caracteristicamente envolvem a

aplicação de regras, códigos ou convenções de vários tipos” (THOMPSON, 1995, p. 185). Vale ressaltar que essas regras, códigos ou convenções são bem variados. De acordo com Thompson (1995), podem ser regras de gramática, convenções de estilo e expressão, códigos que relacionam sinais específicos a letras, palavras ou situações concretas específicas ou, até mesmo, convenções que governam a ação e interação de indivíduos que tentam expressar-se ou interpretar as ações de outros. E mais: “[...] aplicar regras, códigos ou convenções na produção ou na interpretação de formas simbólicas não significa, necessariamente, estar consciente dessas regras, ou ser capaz de formulá-las clara e precisamente se tal lhe for requerido” (THOMPSON, 1995, p. 186). Isso ocorre porque essas regras, códigos e convenções são geralmente aplicados em situações práticas e cotidianas, gerando expressões significativas e estabelecendo um sentido às expressões criadas por outras pessoas.

A terceira característica das formas simbólicas é o aspecto “estrutural”: “[...] as formas simbólicas são construções que exibem uma estrutura articulada”, explica Thompson (1992, p. 187). O que quer dizer que as formas simbólicas apresentam uma estrutura articulada, elementos que se relacionam uns com os outros. O autor também faz uma distinção entre estrutura e sistema:

Analisar a estrutura de uma forma simbólica é analisar os elementos específicos e suas inter-relações que podem ser discernidos na forma simbólica em questão; analisar o sistema corporificado em uma forma simbólica é, por contraste, abstrair a forma em questão e reconstruir uma constelação que se exemplifica em casos particulares (THOMPSON, 1995, p. 187-188).

Para Thompson (1995, p. 188), “[...] a estrutura de uma forma simbólica é um padrão de elementos que podem ser discernidos em casos concretos de expressão, em efetivas manifestações verbais, expressões ou textos”. Enquanto que um sistema simbólico é um conjunto de elementos que existem, independente de qualquer forma simbólica específica, mas que se consolidam em formas simbólicas particulares. Thompson (1995) adverte que o estudo dos traços estruturais das formas simbólicas e a relação entre estes traços e as características dos sistemas simbólicos são questões importantes, porém isso pode limitar o processo de análise.

A quarta característica das formas simbólicas é o aspecto “referencial”. Conforme colocado por Thompson (1995, p. 190), “[...] são construções que

tipicamente representam algo, referem-se a algo, dizem algo sobre alguma coisa”. Thompson (1995) explica que o termo “referencial”, neste caso, é utilizado de uma maneira bem ampla. Abrange tanto o sentido geral através do qual uma forma simbólica, ou um dos seus elementos, pode, em dado momento, substituir ou representar um objeto, indivíduo ou situação, como também é utilizado num sentido mais específico através do qual uma expressão linguística pode referir-se a um objeto particular. Ao destacar o aspecto referencial das formas simbólicas, Thompson (1995) chama a atenção não só para as maneiras como as figuras ou expressões fazem referência ou representam algum objeto, indivíduo ou situação, mas, também, para o fato de que a partir do momento que as formas simbólicas fazem referência ou representam algum objeto, elas também dizem algo sobre ele, isto é, afirmam ou declaram, projetam ou retratam.

A quinta e última característica das formas simbólicas apontadas por Thompson (1995) é o aspecto “contextual”. De acordo com o autor, “[...] as formas simbólicas estão sempre inseridas em processos e contextos sócio-históricos específicos dentro dos quais e por meio dos quais elas são produzidas, transmitidas e recebidas” (THOMPSON, 1995, p. 192). Segundo o autor, até mesmo uma simples frase, transmitida por uma pessoa na sua rotina diária, está inserida em um contexto social estruturado e pode revelar diferentes traços das relações sociais características deste contexto, como, por exemplo, o sotaque, a entonação da voz, o modo de expressar-se, a escolha das palavras, entre outros.

O que essas formas simbólicas são, a maneira como são construídas, circulam e são recebidas no mundo social, bem como o sentido e o valor que elas têm para aqueles que as recebem, tudo depende, em certa medida, dos contextos e instituições que as geram, medeiam e mantêm (THOMPSON, 1995, p. 192).

Para Thompson (1995), o aspecto “contextual” também é relevante em questões de significado e de interpretação, mas ele se destaca principalmente pelas características socialmente estruturadas das formas simbólicas que são normalmente negligenciadas nos debates sobre significado e interpretação.

Por último, Thompson (1995) ressalta que analisar o aspecto “contextual” das formas simbólicas vai além da análise dos traços estruturais internos das formas simbólicas, pois tanto o ambiente como a ocasião do discurso, as relações entre o orador e a audiência, o modo de transmissão do discurso e as maneiras pelas quais

ele é recebido não são tanto aspectos do próprio discurso, aspectos que poderiam ser identificados apenas pela análise dos traços estruturais e elementos sistêmicos. Ao contrário, esses aspectos só podem ser detectados se forem considerados os processos, as instituições e os contextos sociais dentro dos quais o discurso é pronunciado, transmitido e recebido. Por isso, é importante também avaliar as relações de poder, formas de autoridade, tipos de recursos e outras características desses contextos.

Inicialmente, observa-se que os processos comunicativos decorrentes do Festival de Inverno da UFPR podem ser analisados como “formas simbólicas” e dentre as características abordadas pelo autor identifica-se que é uma “forma simbólica”: “intencional”, pois é produzido e realizado por um sujeito reconhecido e que age de forma intencional; “convencional”, pois a produção e a realização obedecem a regras e convenções; “estrutural”, pois possui uma estrutura articulada, vários eventos e ações que se relacionam uns com os outros; “referencial”, pois são realizações que representam cultura e conhecimento – as oficinas referem-se a assuntos específicos e também trazem mensagens através das apresentações teatrais e atividades com a comunidade –; “contextual”, pois as ações estão inseridas dentro do contexto específico do Festival de Inverno da UFPR na cidade de Antonina.

2.2 CONTEXTUALIZAÇÃO DAS FORMAS SIMBÓLICAS

Thompson explica (1995) que o aspecto contextual das formas simbólicas possui características próprias justamente pelo fato de tais formas estarem inseridas em contextos sociais estruturados.

A inserção destas em contextos sociais implica que, além de serem expressões de um sujeito, essas formas são, geralmente, produzidas por agentes situados dentro de um contexto sócio-histórico específico e dotados de recursos e capacidades de vários tipos; as formas simbólicas podem carregar os traços, de diferentes maneiras. Das condições sociais de sua produção (THOMPSON, 1995, p. 193).

É preciso considerar que a inserção das formas simbólicas em contextos sociais sugere também que além de serem expressões destinadas a uma pessoa (ou várias pessoas) são, normalmente, recebidas e interpretadas por indivíduos que também estão situados em contextos sócio-históricos específicos. Ou seja, o modo como uma forma simbólica particular é compreendida pode ser diferente de como ela foi pensada originalmente, pois este processo depende dos recursos e das capacidades disponíveis que cada indivíduo irá empregar no momento da sua interpretação.

Segundo Thompson (1995), as características típicas dos contextos sociais são: situações espaço-temporais, campos de interação, instituições sociais e estrutura social. Estas características referem-se a diferentes aspectos dos contextos sociais e definem níveis distintos de análise, possibilitando compreender melhor as características sociais dos contextos dentro dos quais os indivíduos agem e interagem.

Sobre o contexto espaço-temporais, o autor acrescenta que “[...] estes contextos são, espacial e temporalmente, específicos: envolvem circunstâncias espaço-temporais, as quais são parcialmente constitutivas da ação e interação que têm lugar dentro delas” (THOMPSON, 1995, p. 194).

Ainda de acordo com Thompson (1995), as características espaciais e temporais do contexto de produção de uma forma simbólica, em alguns momentos, podem coincidir ou até mesmo sobrepor-se com as características do contexto de recepção. Isso acontece normalmente durante uma troca de manifestações verbais, durante uma interação face a face.

Outra característica típica dos contextos sociais apresentada por Thompson (1995) é o que ele denomina de “campos de interação”. Para entender melhor do que se trata, o autor recorre à definição de Pierre Bourdieu:

Segundo Bourdieu, um campo de interação pode ser conceituado, sincronicamente, como um espaço de posições e, diacronicamente, como um conjunto de trajetórias. Indivíduos particulares estão situados em determinadas posições dentro de um espaço social e seguem no curso de suas vidas, determinadas trajetórias (THOMPSON, 1995, p. 195).

Já em relação às instituições sociais, Thompson (1995, p. 196) diz que “[...] podem ser entendidas como conjuntos específicos e relativamente estáveis de

regras e recursos, juntamente com as relações sociais que são estabelecidas por elas e dentro delas”.

O autor relata que ao estudar as instituições, o foco de interesse pode estar tanto nos traços genéricos das instituições sedimentadas, como nos traços específicos de organizações particulares.

As instituições sociais podem ser vistas como constelações de regras, recursos e relações que estão situados dentro de campos de interação os quais, por sua vez, são, ao mesmo tempo, por eles criados. Quando uma instituição específica se organiza, ela dá forma a campos de interação preexistentes e, ao mesmo tempo, cria um novo conjunto de posições e trajetórias possíveis (THOMPSON, 1995, p. 197).

Por último, para referir-se às assimetrias e diferenças relativamente estáveis encontradas nos campos de interação, Thompson (1995) define a estrutura social:

Analisar a estrutura social de um campo ou instituição é determinar as assimetrias e diferenças que são relativamente estáveis – isto é, sistemáticas e com probabilidade de perdurar – e tentar averiguar os critérios, categorias e princípios que estão subjacentes a elas (p.198).

Thompson (1995, p. 198) lembra que as características dos contextos sociais não são meramente elementos de um ambiente dentro do qual a ação está inserida, mas “[...] são constitutivos da ação e interação, no sentido de que os indivíduos, rotineira e necessariamente, baseiam-se, implementam e empregam os vários aspectos dos contextos sociais no curso de sua ação e interação uns com os outros”.

Da mesma forma, as características contextuais não são restritivas e limitadoras, mas sim produtivas e capacitadoras. Porque mesmo limitando a variedade de ações possíveis e definindo algumas trajetórias, são elas que tornam possíveis as ações e interações do dia a dia, transformando-se nas condições sociais das quais dependem, necessariamente, as próprias ações e interações.

O autor esclarece ainda que as características dos contextos sociais não são constituídas apenas da ação e interação, é preciso considerar também os aspectos da produção e recepção das formas simbólicas.

Em relação à produção, Thompson (1995) diz que

[...] a produção de formas simbólicas envolve o uso dos recursos disponíveis e a implementação de regras e esquemas de vários tipos por um ou mais indivíduos situados em determinada posição ou posições dentro de um campo ou instituição. Um indivíduo emprega recursos, baseia-se em regras e implementa esquemas com o objetivo de produzir formas simbólicas para um receptor particular ou para um conjunto deles, e a expectativa de recepção de tais formas faz parte das condições de sua produção (p. 200-201).

E o mesmo ocorre com o processo da recepção, pois as formas simbólicas são recebidas por indivíduos situados em contextos sócio-históricos específicos, o que conseqüentemente interfere na maneira como essas formas simbólicas serão recebidas, entendidas e valorizadas. Thompson (1995) acredita que este processo não é passivo de assimilação, mas sim criativo de interpretação e avaliação, em que o significado das formas simbólicas é continuamente constituído e reconstituído.

Os indivíduos não absorvem passivamente formas simbólicas, mas, ativamente e criativamente, dão-lhes um sentido e, por isso, produzem um significado no próprio processo de recepção. Mesmo uma manifestação verbal relativamente simples, trocada entre amigos num encontro casual, é tipicamente compreendida em relação a uma história contínua da qual este encontro faz parte (THOMPSON, 1995, p. 201).

Isso significa que as maneiras pelas quais as formas simbólicas são percebidas e pelas quais são interpretadas, avaliadas e valorizadas podem variar de uma pessoa para outra, e mais, estão diretamente relacionadas com a posição que esta pessoa ocupa nas instituições ou nos campos socialmente estruturados. Além disso, ao receber e interpretar formas simbólicas, os indivíduos mantêm-se em um processo ininterrupto de constituição e reconstituição do significado, chamado por Thompson (1995) de reprodução simbólica dos contextos sociais.

“A reprodução simbólica dos contextos sociais é um tipo particular de reprodução social: é aquela reprodução social mediada pela compreensão cotidiana das formas simbólicas” (THOMPSON, 1995, p. 202). Este não é o único tipo de reprodução social, mas torna-se relevante ao constatar que as relações sociais são mantidas e reproduzidas conforme as formas simbólicas são produzidas e recebidas no curso da vida cotidiana.

A contextualização das formas simbólicas permite uma aplicação direta do conceito ao objeto de estudo em questão, pois se identificam as características típicas dos contextos sociais: o Festival de Inverno da UFPR se realiza há 23 anos

consecutivos, durante oito dias do ano na cidade de Antonina – portanto tem o seu espaço-temporal bem definido –, a estrutura social da comunidade de Antonina, é organizado pela Instituição UFPR, e abrange vários níveis de interação com os diversos segmentos da comunidade onde há a participação e interação efetiva da população.

2.2.1 Valorização das formas simbólicas

Outra consequência, resultado da inserção das formas simbólicas em contextos sociais, é que elas são frequentemente objeto de complexos processos de valorização, avaliação e conflito, denominados por Thompson (1995, p. 193) de processos de valorização: “[...] processos pelos e através dos quais lhes são atribuídos determinados tipos de ‘valor’”.

O autor aponta dois tipos de valorização que são de suma importância na contextualização das formas simbólicas. O primeiro é denominado “valorização simbólica”, definido por Thompson (1995, p. 203) como “[...] o processo através do qual é atribuído às formas simbólicas um determinado ‘valor simbólico’ pelos indivíduos que as produzem e recebem”.

“Valor simbólico é aquele que os objetos têm em virtude dos modos pelos quais, e na extensão em que, são estimados pelos indivíduos que os produzem e recebem – Isto é, por eles aprovados ou condenados, apreciados ou desprezados” (THOMPSON, 1995, p. 203).

Um trabalho, conforme exemplifica Thompson (1995), pode ganhar um grau maior de legitimidade ao adquirir valor simbólico e, conseqüentemente, as pessoas responsáveis pela sua produção receberão honras, prestígio e respeito.

O outro tipo de valorização observado na contextualização das formas simbólicas é chamado de “valorização econômica”. Segundo Thompson (1995), entende-se que:

Valorização econômica é o processo através do qual é atribuído às formas um determinado “valor econômico”, isto é, um valor pelo qual elas poderiam ser trocadas em um mercado. Através do processo de valorização econômica, elas são constituídas como mercadorias; tornam-se objetos que

podem ser comprados ou vendidos por um dado preço em um mercado (p.203).

Thompson (1995) esclarece ainda que tanto a valorização simbólica como a valorização econômica são processos que vêm geralmente acompanhados por diferentes formas de conflito. Esses conflitos fazem parte do contexto social estruturado que se caracteriza por assimetrias e diferenças de naturezas variadas.

Assim, o Festival de Inverno da UFPR será analisado no contexto da valorização pelo seu valor simbólico, que é determinado pelos indivíduos que produzem e recebem as formas simbólicas.

2.2.2 Transmissão das formas simbólicas

Quando se afirma que as formas simbólicas são interações entre indivíduos, grupos, instituições, faz-se necessário que exista um meio de transmissão para que o fenômeno social se efetive.

Enquanto fenômenos sociais, esclarece Thompson (1995), as formas simbólicas são trocadas por pessoas situadas em contextos particulares e, conseqüentemente, este processo de troca necessita de determinados meios de transmissão.

Mesmo uma simples troca de expressões verbais numa situação face a face pressupõe um conjunto de aparelhos e condições técnicas (laringe, cordas vocais, lábios, ondas de ar, ouvidos, etc.), e muitas formas simbólicas pressupõem outras condições e aparelhos que são especialmente construídos e desenvolvidos (THOMPSON, 1995, p. 193).

Assim, o objeto de pesquisa deste trabalho é um exemplo disso, pois nos seus diferentes processos de comunicação, tais como oficinas e espetáculos, utiliza meios de transmissão específicos, como no caso em que um ministrante de oficina compartilha seus conhecimentos ao público participante.

Thompson (1995) reforça a ideia de que uma forma simbólica excepcionalmente será recebida só pelo próprio indivíduo que a produziu, e considerando as facilidades tecnológicas do mundo moderno, esta mesma forma

simbólica poderá ser recebida por um número muito maior de pessoas, por isso, o autor não deixa de citar a importância da mídia no processo de produção e circulação das mesmas:

O papel das instituições da mídia é tão fundamental, e seus produtos se constituem em traços tão onipresentes da vida cotidiana, que é difícil, hoje, imaginar o que seria viver num mundo sem livros e jornais, sem rádio e televisão, e sem os inúmeros outros meios através dos quais as formas simbólicas são rotineira e continuamente apresentadas a nós (THOMPSON, 1995, p. 219).

Já Rüdiger (2011) acredita que os meios de comunicação motivaram sensíveis transformações no processo social da comunicação, redimensionando a realidade comunicativa conhecida pelo homem. Entretanto, o autor reforça que o resultado da comunicação está diretamente relacionado à qualidade da interação entre as pessoas.

As tecnologias de comunicação não se mantêm sozinhas, completa Rüdiger (2011):

Dependem da reciprocidade entre comunicador e receptor, que se estabelece fora do seu próprio sistema; dependem em seguida, das suposições que cada um deles tem sobre si mesmos, sobre o modo como se pode receber e como será recebida a mensagem; e por fim, das próprias expectativas de participação no processo possuídas pelo receptor (p.51).

Isso significa que apesar da rede de comunicação disponível nos dias atuais, a capacidade do receptor das mensagens de conectar, simbolicamente, o conteúdo transmitido com a estrutura de significado encontrada no seu contexto de vida é que fará com que as pessoas realizem uma interação e comunicação efetivas. Em relação ao Festival de Inverno da UFPR, esta interação ocorre em dois níveis: primeiro é a Universidade Federal do Paraná, institucionalmente, interagindo com a cidade de Antonina de maneira mais ampla e abrangente. Depois, de forma mais específica, o Festival de Inverno interagindo pontualmente, atendendo demandas particulares desta comunidade. Em ambos os contextos, a UFPR está presente na vida dessas pessoas, num processo de comunicação, possibilitando a interação e a formação de vínculos⁷.

⁷ Henriques, Braga e Mafra (2004) identificam os vínculos como o conjunto de relações que definem o envolvimento que os atores sociais mantêm com as causas e com os projetos comuns.

3 UNIVERSIDADE, CIDADANIA, RESPONSABILIDADE SOCIAL E ACCOUNTABILITY

Este capítulo apresenta os conceitos de universidade, cidadania, responsabilidade social e *accountability*, considerados relevantes para a fundamentação teórica da pesquisa, pois as características específicas de cada conceito aqui apresentado trazem subsídios para a compreensão da análise.

3.1 A UNIVERSIDADE COMO INSTITUIÇÃO SOCIAL

De acordo com Catani e Oliveira (1999, p. 186), “[...] a universidade é uma instituição social, científica e educativa, cuja identidade está fundada em princípios, valores, regras e formas de organização que lhe são inerentes”. Os autores também afirmam que o seu reconhecimento e sua legitimidade social estão relacionados, historicamente, com a sua capacidade autônoma de tratar com as ideias, buscar o saber, descobrir e inventar o conhecimento. “Nesse processo, ela interroga, reflete, critica, cria e forma, exercendo o papel fundamental no avanço e na consolidação da democracia, que implica compromisso com a luta pela democratização dos meios de produção da vida humana” (CATANI; OLIVEIRA, 1999, p. 186).

Barichello (2001) acredita que a partir do momento que a universidade se consolidou como instituição transmissora de saber, organizando-se espacial e temporalmente como um local legitimador da ciência, as exigências da sociedade em relação ao papel que a universidade deve desempenhar tornaram-se ainda mais evidentes. “Desde então, a sociedade descobriu que as universidades, com suas incursões em diferentes áreas do conhecimento, poderiam auxiliá-las na solução de problemas específicos” (BARICHELO, 2001, p. 16).

A mesma autora defende a ideia de que duas questões importantes impõem-se à universidade contemporânea: uma relativa à função da instituição na sociedade e a outra referente à comunidade que a instituição pode acolher.

Julgamos que a primeira é representada pela identidade legitimatória da universidade – que exige práticas comunicacionais que expliquem seus atos e funções perante a sociedade – e a segunda refere-se às possibilidades de existência da comunidade universitária, responsável pela continuidade da universidade através da renovação de um projeto comum, ou seja, a busca e a transmissão do saber (BARICHELO, 2001, p. 64).

Com o passar do tempo, a universidade assume diversos formatos organizacionais, explica Barichello (2001). E a concretização desses formatos ou modelos é resultado do seu relacionamento comunicacional com as diferentes sociedades e consigo mesma.

Argumentamos que o núcleo abstrato da universidade se concretiza através dos diferentes espaços que ocupa e das pressões existentes em cada época. Dessa forma, se um dia a universidade parece ter se voltado a formar uma cultura nacional, hoje ela estaria mais voltada à pluralidade das diferentes experiências e ambientes de concretização, mas a sua importância como um lugar de construir um saber superior, através da partilha de idéias, permanece. E partilhar significa conviver e participar de uma comunidade [...] (BARICHELO, 2001, p. 64).

A autora explica que a posição da universidade no contexto da sociedade na qual está inserida é essencial para a análise do tipo de comunicação que ela coloca em prática, pois a evolução da instituição é consequência das tensões e das interações motivadas por esse relacionamento.

Nos livros que abordam as organizações, a universidade é entendida como uma organização formal, cuja estrutura e processos burocráticos possuem alto nível de complexidade decorrente das suas dimensões ou da origem das suas operações, explica a autora. “É considerada um sistema em interação constante com o meio que está sendo profundamente influenciado pelas rápidas mudanças deste final de século, as quais aumentam a relevância da comunicação em sua estrutura organizacional.” (BARICHELO, 2001, p. 96).

Mesmo considerando que um estudo aprofundado da instituição universitária somado à proposta de uma política planejada de comunicação possa apresentar resultados, é nas atividades cotidianas que os setores da universidade interagem com seus interlocutores internos e externos, estabelecendo sua identidade, legitimidade e visibilidade. Diante disso, Barichello (2001) enfatiza que antes da implantação de qualquer estratégia de comunicação, é preciso analisar os pontos de

identificação da universidade como: origem, localização, modo de atuação e área de influência, tanto territorial como simbólica.

É através desses pontos que os membros da instituição, por meio de seus diversos setores, costumam se relacionar com a sociedade em geral e a comunidade em particular. Trabalhar primeiro esses pontos também ajuda a comunidade universitária a renovar a sua identidade de projeto e se sentir agente de um processo de comunicação partilhado (BARICHELO, 2001, p. 96).

Os limites territoriais da cidade universitária foram expandindo, tanto no sentido concreto da palavra, como simbólico, acrescenta a autora: “A clássica universidade isolada foi cedendo lugar a uma organização espacial específica, cada vez mais voltada a atender as exigências da sociedade” (BARICHELO, 2001, p. 123).

Assim, a autora compreende a comunidade universitária como o projeto de um grupo de pessoas que busca o saber e sua transmissão, “[...] um projeto que se concretiza em um determinado território através de investimentos e trocas simbólicas” (BARICHELO, 2001, p. 134). E a legitimação da instituição está diretamente relacionada às trocas estabelecidas com outras instituições e comunidades. Mas a autora alerta que a renovação do projeto comunitário depende do compartilhamento dos significados, principalmente no interior da própria comunidade universitária.

O resgate da questão comunitária, segundo Barichello (2001), é providencial nos dias atuais, especialmente nos países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, onde há uma redução na esfera de atuação do Estado.

Essa retração é sentida em países como o Brasil, especialmente nas áreas da educação e da saúde, onde as conquistas sociais são muito recentes e já se transformam, sofrem mutação ou, simplesmente, desmoronam ante as imposições do mercado (BARICHELO, 2001, p. 123).

A acessibilidade da instituição também é tema de Ristoff (1999), que não tem dúvidas de que a universidade deve servir à sociedade que a criou, porém diz que é preciso ter muito claro à qual sociedade deve servir.

E neste sentido, parece evidente que num país democrático a universidade precisa romper com o elitismo que a concebeu e engajar-se de forma clara

num programa nacional que promova o acesso amplo das populações hoje excluídas (RISTOFF, 1999, p. 205).

Compartilhando a ideia dos autores já citados, Chauí (2003) acredita que a universidade tem uma função social.

[...] a universidade pública sempre foi uma instituição social, isto é, uma ação social, uma prática social fundada no reconhecimento público de sua legitimidade e de suas atribuições, num princípio de diferenciação, que lhe confere autonomia perante outras instituições sociais, e estruturada por ordenamentos, regras, normas e valores de reconhecimento e legitimidade internos a ela (CHAUÍ, 2003, p. 05).

Segundo a autora, foi a partir das revoluções sociais do século XX e, conseqüentemente, a partir das lutas sociais e políticas provocadas por estes movimentos que a educação e a cultura passaram a ser idealizadas como constitutivas da cidadania e, portanto, como direitos dos cidadãos, possibilitando que a universidade se tornasse uma instituição social inerente à ideia de democracia e democratização do saber.

Entendendo então que a universidade é direito dos cidadãos, Chauí (2003) propõe pensar numa mudança da universidade pública pela perspectiva da formação e da democratização, assinalando alguns pontos essenciais para este processo. Entre eles, os conceitos de educação e formação.

[...] educação significa um movimento de transformação interna daquele que passa de um suposto saber (ou da ignorância) ao saber propriamente dito (ou à compreensão de si, dos outros, da realidade, da cultura acumulada e da cultura no seu presente ou se fazendo). A educação é inseparável da formação e é por isso que ela pode ser permanente (CHAUÍ, 2003, p. 11).

Já em relação à formação, Chauí (2003) diz que, como o próprio termo indica, é uma relação com o tempo, ou seja:

[...] é introduzir alguém ao passado da sua cultura (no sentido antropológico do tempo, isto é, como ordem simbólica ou de relação com o ausente), é despertar alguém para as questões que esse passado engendra para o presente, e é estimular a passagem do instituído ao instituinte (CHAUÍ, 2003, p. 12).

Segundo a autora, posicionar-se claramente contra a exclusão é o primeiro ponto condicional para pensar a universidade pelo viés da formação e da

democratização. Ou seja, é preciso ter a educação superior como um direito do cidadão. E, ainda, defender a universidade pública tanto pelo aumento de sua capacidade de atender, sobretudo as classes populares, como pela renúncia da privatização dos conhecimentos.

Outro aspecto importante apontado por Chauí (2003) é estabelecer a autoestima universitária baseada no direito e no poder de decidir suas normas de formação, docência e pesquisa. E nesse ponto entra a questão da autonomia universitária que, de acordo com a autora, é entendida em três sentidos principais: como autonomia institucional ou de políticas acadêmicas, como autonomia intelectual e como autonomia da gestão financeira, que possibilita destinar recursos de acordo com as necessidades regionais da docência e da pesquisa.

Esclarecer a confusão entre a democratização da educação superior e a massificação, revalorizar a docência e a pesquisa também são fatores importantes para Chauí (2003):

Quanto à relevância social das pesquisas, cabe às universidades públicas e ao Estado fazer um levantamento das necessidades de seu país no plano do conhecimento e das técnicas e estimular trabalhos universitários nessa direção, assegurando, por meio de consulta às comunidades acadêmicas regionais, que haja diversificação dos campos de pesquisa segundo as capacidades e as necessidades regionais (p.14).

A autora ainda reforça a importância das parcerias com os movimentos sociais nacionais e regionais no sentido de que a sociedade possa orientar os caminhos da instituição universitária, da mesma forma que a universidade possa disponibilizar elementos reflexivos e críticos para a ação e o desenvolvimento desses movimentos por meio de atividades de extensão ou serviços especializados. “Ou seja, a orientação de rumos das pesquisas pode ser feita segundo a idéia de cidadania” (CHAUI, 2003, p. 14).

O fato do objeto de pesquisa, Festival de Inverno da UFPR, ter como a sua estratégia central a gratuidade dos principais eventos promovidos garante a acessibilidade a comunidade antoninense e aos demais participantes. Mantém assim a orientação de uma instituição pública quanto à sua democratização. Outro aspecto a destacar é que as oficinas são oferecidas após levantamento de interesse junto à população, e buscam complementar a formação de acordo com as necessidades

regionais, observando o compromisso da instituição pública com a formação dos seus cidadãos e despertando interesses ainda não explorados.

3.1.1 Diretrizes educacionais

As mudanças econômicas e sociais e a necessidade de se constituir uma educação globalizada, somadas à demanda constante de novos perfis profissionais no mercado de trabalho, foram fatores chave para que as reformas das instituições educacionais de ensino, principalmente aquelas voltadas à formação dos indivíduos e à produção do conhecimento – consideradas atualmente valiosos capitais econômicos –, ganhassem centralidade na agenda dos países que buscam seu desenvolvimento.

A importância da educação superior no panorama das políticas públicas começa a ser gradativamente reconhecida, não só pelo seu valor intrínseco na formação acadêmico-profissional, mas também pelas atividades de pesquisa focadas no desenvolvimento econômico e social e também pela sua contribuição para a formação ética e cultural mais ampla. Assim ela passa a ocupar um lugar estratégico nas políticas públicas orientadas para a cidadania, a justiça social e o desenvolvimento sustentável.

No Brasil, o esforço em buscar referenciais a fim de contribuir para a reforma do sistema de educação esbarra em dois fatores importantes. De acordo com Macedo, Trevisan, Trevisan e Macedo (2005), o primeiro diz respeito à dimensão, à complexidade e à própria imaturidade do sistema nacional de educação. O segundo está relacionado à heterogeneidade, não só devido às acentuadas diversidades e desigualdades regionais, mas também pelas características encontradas nos dois diferentes momentos de expansão do sistema nacional da educação superior.

Buarque (2011) também enfatiza que as desigualdades existentes no Brasil contribuem para o atraso no desenvolvimento da educação do país.

Neste começo de século, o desenvolvimento do Brasil esbarra em dois muros: a desigualdade que divide o país e o atraso que o separa do resto do mundo desenvolvido. O muro da desigualdade separa, aqui dentro, uma parte da população da outra; o muro do atraso separa o Brasil do resto do mundo desenvolvido (BUARQUE, 2011, p. 09).

Dessa forma, conforme publicação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (2005), os processos de avaliação e de regulação da educação superior são sustentados por vários argumentos diferentes, que vão desde a necessidade dos Estados em manterem a qualidade e os controles regulatórios, a distribuição e o uso dos recursos públicos, até a expansão de acordo com os critérios determinados por políticas institucionais e do sistema.

Ainda, segundo o mesmo documento, as diferentes experiências e propostas metodológicas de avaliação da educação superior implementadas no Brasil seguem duas orientações distintas: a primeira é baseada no modelo anglo-americano, que atribui a crise do ensino superior à eficiência ou à ineficiência das instituições em se adaptarem às novas exigências sociais, compreendendo que a educação superior funciona como fator de incremento do mercado de trabalho. Nesse caso, a avaliação se caracteriza como atividade predominantemente técnica, em que se busca a mensuração dos resultados alcançados pelas instituições em termos de ensino, pesquisa e prestação de serviços à comunidade. A ênfase, nessa proposta, está nos indicadores quantitativos que retratam um resultado das dimensões mais visíveis e facilmente descritíveis, como área construída, titulação dos professores, relação dos servidores, dos produtos, das formaturas, possibilitando o estabelecimento de *rankings* de instituições. Por isso, essa perspectiva de avaliação é denominada regulatória.

A outra proposta segue o modelo holandês e francês, que combina dimensões quantitativas e qualitativas com foco na avaliação institucional e análise. Busca ir além da medição e de aspectos performáticos, aderindo à própria discussão do sentido ou da existência das instituições de educação superior na sociedade. Essa perspectiva, conhecida como emancipatória, defende que o conhecimento produzido, além de ser apreendido como força produtiva, também é instrumento de cidadania, em sua pluralidade e em sua diversidade. Aqui, o processo avaliativo requer reflexão tanto sobre a prática quanto sobre o objeto e os efeitos da avaliação.

Discussões e ações relativas à avaliação de cursos de graduação, de instituições e do sistema de educação superior levaram à implementação de diferentes propostas de avaliação da educação superior. Muitas delas diretamente relacionadas à democratização do país e ao fortalecimento da dimensão pública e da educação.

3.1.1.1 Trajetória histórica das diretrizes educacionais

A trajetória histórica das diretrizes educacionais é um reflexo do momento e das exigências impostas em cada época do país, retratando quais as prioridades de cada fase. No início, concentraram seus esforços para garantir um ensino com qualidade, depois veio a preocupação com a pesquisa e, mais recentemente, as atividades de extensão.

A primeira grande reforma universitária foi instituída no Brasil, em 1968, planejada pelo segundo governo militar. De acordo com Macedo, Trevisan, Trevisan e Macedo (2005), além de reformular os exames vestibulares, a reforma estabeleceu uma carreira universitária aberta e baseada no mérito acadêmico, instituindo o departamento como unidade mínima de ensino e pesquisa e criando os colegiados de curso.

A Lei de Diretrizes e Bases de 1968 (BRASIL, 1968), em seu artigo 2.º, estabelece que o ensino superior, indissociável da pesquisa, seria ministrado em universidades e, apenas excepcionalmente, em estabelecimentos isolados, organizados como instituições de direito público ou privado.

Conforme os autores anteriormente citados, a reforma de 1968 também privilegiou um modelo único de instituição de educação superior em que a pesquisa fazia parte do cotidiano acadêmico e a extensão assumia uma função ainda indefinida e de mão única, restringindo-se à transferência de resultados à comunidade, proporcionando aos estudantes a possibilidade de participação em programas de melhoria das condições de vida da sociedade.

A mesma lei (BRASIL, 1968) estabelece em seu artigo 40 que: “[...] por meio de suas atividades de extensão, proporcionarão aos corpos discentes oportunidades de participação em programas de melhoria das condições de vida da comunidade e no processo geral do desenvolvimento”.

Ainda de acordo com os mesmos autores, o modelo de educação superior vigente após a reforma de 1968, apoiado por investimentos significativos, apresentou um grande crescimento durante a década de 1970. Assim, a universidade concretizou-se como fonte de desenvolvimento da atividade nacional de pesquisa, iniciando o processo de constituição da extensão como atividade

própria da instituição de educação superior.

Macedo, Trevisan, Trevisan e Macedo (2005) explicam que, sem mecanismos próprios e, principalmente, sem uma nítida noção a respeito de como executar uma efetiva articulação com a sociedade na qual está inserida, nesse primeiro momento a universidade restringiu sua participação atendendo demandas pontuais do mercado de trabalho ou implantando projetos de prestação de serviços na área da saúde ou na formação e aprimoramento de professores, aproveitando os recursos e as competências já disponíveis.

Os referidos autores também destacam que, durante os anos de 1970, um amplo conjunto de normas e regulamentos, assim como de decisões do então Conselho Federal de Educação possibilitaram o crescimento do sistema nacional de educação superior através da criação de faculdades isoladas. Segundo eles, inúmeras instituições não universitárias, em sua maioria privadas, foram criadas no período para suprir uma necessidade crescente por educação superior, impossível de ser absorvida pelas universidades, públicas ou privadas, cuja expansão era limitada em função dos altos custos causados pelo princípio da indissociabilidade ensino-pesquisa e pela dificuldade de manter o investimento exigido pelo sistema público em níveis satisfatórios.

A produção acadêmica no campo da temática da avaliação institucional e da avaliação da educação superior, de acordo com a publicação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (2009), tinha pouca relevância até o começo da década de 1980. Só a partir desse período que o interesse sobre a avaliação da educação superior ganhou mais evidência. Zainko (2008) reforça que foi só na década de 1980, com o esgotamento do modelo militar e já caminhando para a democratização do país, que a avaliação da educação superior ganhou destaque e foi concebida como instrumento para a implantação de novas políticas educacionais.

Nos anos de 1990, as publicações nessa área ficaram mais frequentes, revelando não só o interesse, mas a centralidade da avaliação no âmbito das reformas e das políticas públicas de educação.

Conforme texto do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (2009), já nos primeiros relatos sobre o tema é possível verificar a preocupação com o controle das instituições de educação superior em virtude do grande crescimento de instituições e matrículas. Entretanto, a avaliação até então

era idealizada como uma forma das instituições de educação superior prestar contas à sociedade dos investimentos realizados pelo setor público, que precisavam ser justificados.

Assim, de acordo com o referido texto, surgiu a primeira proposta de avaliação da educação superior no país: o Programa de Avaliação da Reforma Universitária (PARU), de 1983, que tratou basicamente de dois temas: gestão e produção / disseminação de conhecimentos.

O Programa de Avaliação da Reforma Universitária (PARU), de 1983, é produzido a partir de levantamento de dados e apreciação crítica da realidade da educação superior nacional, mediados por estudos, discussões e pesquisas, com a finalidade de realizar uma avaliação comparativa de todo o sistema (ZAINKO, 2008, p. 828).

Ainda conforme o documento do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (2009), dez anos depois, em 1993, cria-se o Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB). Apoiado no princípio da adesão voluntária das universidades, o PAIUB entendia a autoavaliação como a etapa inicial de um processo que, quando iniciado, se estendia a toda instituição, finalizando com a avaliação externa.

O PAIUB definiu uma nova configuração de relacionamento entre o conhecimento e a formação, e estabeleceu através do diálogo com a comunidade acadêmica e com a sociedade novos patamares a serem conquistados.

Zainko (2008) esclarece:

Neste modelo avaliativo, cabe ao MEC articular, viabilizar e financiar a avaliação da educação superior, estimulando a adesão voluntária das instituições a esta prática avaliativa. A avaliação é compreendida enquanto um processo de acompanhamento metódico das ações realizadas pela instituição de educação superior, com vistas a averiguar em que medida são cumpridas e atendidas as funções e prioridades delimitadas coletivamente (p.829).

A publicação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (2009) relata que apesar de sua curta trajetória, o PAIUB possibilitou maior legitimidade à cultura da avaliação, promovendo mudanças visíveis na dinâmica universitária. Além disso, recuperou a legitimidade da avaliação, pois o amplo debate estabelecido com a comunidade universitária estimulou a adesão

voluntária das instituições ao processo avaliativo. Devido à nova orientação dada pelo então governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, o PAIUB passou a ser um processo de avaliação interna das universidades.

A segunda fase de grande expansão do sistema de educação superior acontece a partir do ano de 1995, na vigência da Constituição de 1988 (BRASIL, 1988), que determinou os princípios da autonomia universitária e da indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão (art. 207), e estabeleceu as normas básicas da participação do setor privado na oferta de ensino (art. 209), e da Lei n.º 9.394 (BRASIL, 1996), que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

Em 1995, surgiu no MEC (Ministério da Educação) uma proposta de avaliação da educação superior. A partir de uma concepção regulatória, ela apresentava a avaliação como contraponto à autonomia das instituições de educação superior, destacando as dimensões individuais, embora se mantivesse a preocupação com as dimensões institucionais.

Ainda segundo consta na publicação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (2009), depois da Lei n.º 9.131/1995 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei n.º 9.394/1996 – foram instituídos, progressivamente, outros mecanismos de avaliação: o Exame Nacional de Cursos (ENC), a Análise das Condições de Ensino (ACE), a Avaliação das Condições de Oferta (ACO) e a Avaliação Institucional dos Centros Universitários.

A Lei n.º 9.131, de 24 de novembro de 1995, criou o novo Conselho Nacional de Educação e definiu pela primeira vez como atribuições do MEC: “[...] formular e avaliar a política nacional de educação, zelar pela qualidade do ensino e velar pelo cumprimento das leis que o regem”, art. 6.º da Lei n.º 4.024/1961 (BRASIL, 1995).

Entre as suas disposições, também determinou a criação de um conjunto de avaliações periódicas das instituições e cursos superiores, evidenciando o propósito da realização anual de exames nacionais. Esses exames teriam o objetivo de confirmar os conhecimentos e competências adquiridas pelos alunos em fase de conclusão dos cursos de graduação. Os resultados deveriam ser divulgados anualmente pelo MEC.

A nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, ampliou os limites da extensão para além dos

muros das instituições universitárias, definindo melhor o papel da extensão: “[...] estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade”, e também “[...] promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica gerada na instituição” (BRASIL, 1996).

Além disso, os textos do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (2009) relatam que a Lei nº 9.394 conduziu importantes transformações para a consolidação da educação nacional, reforçando os processos de avaliação que visam à melhoria da qualidade de ensino, aderindo à acreditação de instituições e cursos como recurso para a regulação do setor. A avaliação da educação superior passa a assumir um lugar de destaque entre as políticas educacionais, tanto para a orientação de suas diretrizes mais amplas, como para as ações mais específicas dos órgãos competentes do Ministério da Educação. Diante disso, Demo (1997, p. 31) mostra-se inteiramente favorável: “[...] até que enfim, a LDB consagra o princípio da avaliação como parte central da ‘organização da educação nacional’ (Arts 8.º SS)”.

Vale ressaltar que a importância atribuída à avaliação e sua inclusão em dispositivos legais ocorre antes da edição da LDB de 1996.

Conforme o texto do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP (2009), no período entre a nova Constituição e a edição da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 1996, o cenário universitário é marcado pelo surgimento de novas questões responsáveis por alterar os eixos orientadores da pesquisa. Aprofunda-se, então, o processo de redefinição da missão das universidades em que o papel da extensão universitária adquire aos poucos a mesma importância do ensino e da pesquisa. Surge, assim, uma universidade mais consciente de sua responsabilidade para com o desenvolvimento da sociedade e mais próxima e comprometida com a realidade social em que está inserida.

A publicação do INEP (2009) também cita a relevância do Plano Nacional de Educação (PNE) no âmbito do processo avaliativo das universidades. Em 2001, o PNE estabeleceu para cada nível educacional um “diagnóstico”, “diretrizes” e “objetivos e metas”. Nas diretrizes específicas para a educação superior e para a regulação de seu sistema, destaca-se a ênfase dada aos processos de avaliação.

Como princípio geral, afirma-se no Plano que “[...] nenhum país pode aspirar a ser desenvolvido e independente sem um forte sistema de educação superior”. O Plano define diretrizes para a regulação do sistema; entende que é necessário planejar a expansão com qualidade, evitando-se o fácil caminho da massificação. Para lidar com a necessária expansão do sistema, o PNE enfatiza a importância de se garantir a qualidade do ensino ministrado. Nessa direção, afirma o Plano ser “[...] indispensável melhorar a qualidade do ensino oferecido, para o que constitui instrumento adequado à institucionalização dos programas de pós-graduação, cujo objetivo é qualificar os docentes que atuam na educação superior”.

Macedo, Trevisan, Trevisan e Macedo (2005) consideram que a nova Lei de Diretrizes e Bases (LDB) estabeleceu uma grande diversificação do sistema de ensino superior através da previsão de novos tipos de instituição (universidades especializadas, instituições superiores de educação, centro universitários). Além de criar novas modalidades de cursos e programas, definiu os fundamentos para a construção de um sistema nacional de avaliação superior.

Os autores também relatam que o sistema nacional de ensino superior experimentou não apenas uma vigorosa expansão, mas também uma profunda diversificação dos tipos de instituições que o compõem e uma alteração significativa de sua composição. Sempre baseado numa estrutura legal, complementada por um conjunto de leis, decretos, portarias e resoluções.

Da Constituição de 1988 às sucessivas Medidas Provisórias, passando pela Nova Lei de Diretrizes e Bases (LDB), pelo Plano Nacional de Educação (PNE) e por inúmeros Decretos, houve, sem dúvida, um progresso no reconhecimento legal da importância da Avaliação associada à ideia de melhoria da qualidade.

Essas diversas iniciativas revelam, em cada momento, as diferentes concepções e perspectivas da educação superior e do seu papel perante a sociedade, como já colocado inicialmente. Os autores ainda observam que:

Preparar as instituições de ensino superior para atender demandas da sociedade do conhecimento e de um mercado de trabalho globalizado, enfrentar o desafio de ampliar e democratizar o acesso à educação superior, definir e implementar novas políticas de financiamento de instituições, capazes de orientar a modernização de sua gestão, incentivar e avaliar a educação a distância, são problemas sérios cuja solução requer profunda revisão de objetivos, modelos, estruturas, mecanismos de financiamento e de acompanhamento (MACEDO; TREVISAN; TREVISAN; MACEDO, 2005, p. 132).

Para dar continuidade ao processo de mudanças necessárias, garantindo a evolução das políticas públicas com atividades orientadas no desenvolvimento sustentável e na diminuição das desigualdades sociais, focadas no respeito à diversidade regional e compromissadas com a melhoria das condições de vida da comunidade, em fins de 2004, o Ministério da Educação assumiu essa responsabilidade e apresentou à discussão pública uma nova proposta de reforma da educação superior.

3.1.1.2 Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES)

Constitui-se, então, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), criado pela Lei n.º 10.861, de 14 de abril de 2004. Com o compromisso de melhorar permanentemente a qualidade da educação brasileira e orientar a sua expansão, considerando a inclusão social e a formação cidadã, o SINAES, segundo informações divulgadas pelo INEP, é formado por três componentes principais: a avaliação das instituições, dos cursos e do desempenho dos estudantes. Assim, avalia todos os aspectos que giram em torno desses três eixos: o ensino, a pesquisa, a extensão, a responsabilidade social, o desempenho dos alunos, a gestão da instituição, o corpo docente, as instalações e vários outros aspectos.

Para isso possui uma série de instrumentos complementares: autoavaliação, avaliação externa, ENADE (Exame Nacional de Desempenho de Estudantes), Avaliação dos cursos de graduação e instrumentos de informação (censo e cadastro). Os processos avaliativos são coordenados e supervisionados pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (Conaes). A operacionalização é de responsabilidade do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (Inep).

Com os objetivos de identificar o mérito e o valor das instituições, áreas, cursos e programas, nas dimensões de ensino, pesquisa, extensão, gestão e informação; melhorar a qualidade da educação superior, orientar a exposição da oferta e promover a responsabilidade social das IES (Instituições de Ensino Superior), respeitando a identidade institucional e a autonomia, os resultados das

avaliações possibilitam traçar um panorama da qualidade dos cursos e instituições de educação superior no país.

A dinâmica da legislação referente ao Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) impõe que a sociedade em geral e a comunidade acadêmica em particular sejam informadas e continuamente atualizadas em relação aos procedimentos adotados para sua implantação. Sendo assim, o Ministério da Educação tornará público e disponível o resultado da avaliação das instituições de ensino superior e de seus cursos. A divulgação abrange tanto instrumentos de informação (dados do censo, do cadastro, CPC – Conceito Preliminar de Cursos e IGC – Índice Geral de Cursos), quanto os conceitos das avaliações para os atos de Renovação de Reconhecimento e de Recredenciamento (ciclo trienal do SINAES – com base nos cursos contemplados no ENADE de cada ano).

Os resultados considerados insatisfatórios ensejarão a celebração de um protocolo de compromisso firmado entre a IES e o MEC, no qual se estabelecerão encaminhamentos, procedimentos e ações, com indicação de prazos e métodos a serem adotados pela IES para a superação das dificuldades.

As informações obtidas com o SINAES são utilizadas pelas instituições de educação superior para orientação da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social; pelos órgãos governamentais para orientar políticas públicas; pelos estudantes, pais de alunos, instituições acadêmicas e público em geral, para orientar suas decisões quanto à realidade dos cursos e das instituições.

Todo esse conjunto de normas, considerando as suas especificidades, sinaliza no sentido do aprimoramento do processo avaliativo da educação superior, incluindo adequações procedimentais que garantem a operacionalização do SINAES e sua completa implantação.

O SINAES é fundamentado em uma concepção de avaliação comprometida com a melhoria da qualidade e da relevância das atividades de cada uma e do conjunto das instituições educacionais, por isso apresenta as seguintes finalidades:

- a) Construtiva e formativa;
- b) Permanente;
- c) Envolvimento de toda a comunidade;
- d) Ultrapassa a simples preocupação com desempenhos ou rendimentos estudantis, buscado os significados mais amplos da formação profissional;
- e) Explicita a responsabilidade social da educação superior, especialmente quanto ao avanço da ciência, à formação da cidadania e ao aprofundamento dos valores democráticos;

- f) Supera meras verificações e mensurações, destacando os significados das atividades institucionais, não apenas do ponto de vista acadêmico, mas também quanto aos impactos sociais, econômicos, culturais e políticos;
 - g) Aprofunda a idéia da responsabilidade social no desenvolvimento da IES, operando como processo de construção, com participação acadêmica e social;
 - h) Valoriza a solidariedade e a cooperação, e não a competitividade e o sucesso individual
- (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, 2009).

Diante das finalidades determinadas pelo SINAES é possível fazer algumas considerações sobre a pesquisa em questão. A programação do Festival de Inverno da UFPR é concebida com o propósito de estimular a cidadania e aprofundar os valores democráticos em diversos aspectos, desde seu planejamento até a sua realização na cidade de Antonina. A escolha das oficinas, os espetáculos selecionados, as atividades da praça, todas as ações são programadas para garantir a participação do maior número de pessoas. A possibilidade de contar com o envolvimento dos alunos, professores e técnico-administrativos do quadro da universidade assim como dos moradores de Antonina na organização e execução do evento evidencia a ideia da responsabilidade social no desenvolvimento da universidade e também valoriza a solidariedade e a cooperação. Por último, os resultados gerados em diferentes setores da cidade (cultural, social econômico e turístico) decorrentes da realização do evento refletem o significado das atividades institucionais além do ponto de vista acadêmico.

O SINAES também está fundamentado nas avaliações institucionais, de cursos e de estudantes. A avaliação institucional, interna e externa, considera dez dimensões:

- a) Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional;
 - b) Política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação e a extensão;
 - c) Responsabilidade social das IES, especialmente no que se refere à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural;
 - d) Comunicação com a sociedade;
 - e) As políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e técnico-administrativo;
 - f) Organização da gestão da IES;
 - g) Infraestrutura física;
 - h) Planejamento de avaliação;
 - i) Política de atendimento aos estudantes;
- Sustentabilidade financeira

(INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, 2009).

Mais uma vez, o SINAES aponta subsídios que sinalizam para uma efetiva responsabilidade social por parte do Festival de Inverno da UFPR, pois o evento procura resgatar e manter a memória cultural e a produção artística do litoral. Exemplo disso é privilegiar os grupos artísticos locais, incluindo-os na programação de espetáculos do evento, além de oferecer oficinas específicas para os artesãos e artistas da região.

Outra dimensão importante para se considerar nesta pesquisa é “a comunicação com a sociedade”. O Festival de Inverno da UFPR interage com a comunidade de Antonina em diferentes aspectos. Durante os oito dias do evento são realizadas as mais diversas atividades com o intuito de transmitir o conhecimento, estimular a prática democrática e promover a cidadania. A própria Universidade Federal do Paraná entende que o evento é uma alternativa de comunicação com a comunidade quando em seu Relatório de Gestão UFPR 2012 cita a “promoção de eventos culturais em Curitiba e interior do Estado” como uma das suas atividades de interação com a sociedade.

3.2 CIDADANIA: POSSIBILIDADES CONCEITUAIS

De acordo com Dagnino (1994), a expressão cidadania encontra-se em toda parte, apropriada por todo mundo com sentidos e intenções distintas reforçando o fato de que o termo está em permanente construção, consistindo em uma busca contínua de direitos, garantias individuais e coletivas, e principalmente na busca pela liberdade.

Quando passamos a explicitar quais são os processos e as práticas sociais identificadas com a cidadania, invariavelmente associamos ao exercício de direitos e deveres, sempre pensados como necessidades fundamentais para o indivíduo na busca por sua liberdade. Isso se deve ao sentido hegemônico do conceito, ou seja, à ideia predominante pelos sujeitos políticos e também pela maioria dos pesquisadores do assunto (MIANI, 2012, p. 05).

A cidadania pode ser definida também, segundo Demo (1999), como a qualidade social de uma sociedade organizada sob a forma de direitos e deveres majoritariamente reconhecidos. Em relação aos direitos, são os chamados direitos humanos; já em relação aos deveres, são aqueles que aparecem, sobretudo com o compromisso comunitário de cooperação e corresponsabilidade. Neste sentido, é importante ressaltar que quando se relaciona cidadania a direitos e a deveres, inevitavelmente se configura uma condição prepositiva que favorece o indivíduo. Quase nunca se questiona os limites de tais direitos e deveres, ou seja, quem determina tais limites e quem se beneficia com eles. Assim:

Cidadania pressupõe o estado de direito, que parte, pelo menos na teoria, da igualdade de todos perante a lei e do reconhecimento de que a pessoa humana e a sociedade são detentores inalienáveis de direitos e deveres (DEMO, 1999, p. 67).

E é justamente apoiada na ideia central de Demo (1999), que Peruzzo (2002) afirma que a cidadania é mantida por três pilares: os direitos no campo da liberdade individual, que englobam liberdade, igualdade, locomoção e justiça; os direitos de participação no exercício do poder político, que juntam a participação política em todos os níveis como eleições, plebiscitos, participação em órgãos de representação tais como sindicatos, movimentos e associações; e os direitos sociais que conglomeram o direito e a igualdade de usufruto de um modo de vida digno, através do acesso ao patrimônio social ligado ao consumo, ao lazer, às condições e às leis de trabalho, à moradia, à educação, à saúde, à aposentadoria, etc.

A autora complementa ainda que as cinco noções abaixo não podem ser deixadas de lado quando o assunto é cidadania:

Primeiro: o cidadão tem direitos e deveres. [...] Segundo: a cidadania é história. [...]. Terceiro: a cidadania é sempre uma conquista do povo. [...] Quarto: as formas de participação decorrem do tipo de sociedade política em que se vive. [...] Quinto: cidadania não se encerra nas suas dimensões da liberdade individual e participação política, mas inclui os direitos sociais e coletivos (PERUZZO, 2002, s/p).

O interesse pela cidadania sinalizada no início do século XXI é destacado por Vieira (2001). O conceito de cidadania está presente nas noções centrais da filosofia política, como os reclamos de justiça e participação política. Para Vieira (2001, p. 227), “[...] cidadania vincula-se intimamente com a idéia de direitos

individuais e de pertença a uma comunidade particular, colocando-se, portanto, no coração do debate contemporâneo entre liberais e comunitaristas”.

Inúmeros trabalhos teóricos sobre cidadania produzidos na década de 1990 conduzem para uma teoria de cidadania que deveria focalizar a identidade e a conduta de cidadãos individuais, suas responsabilidades, lealdades e papéis.

Porém, de acordo com Kymlicka (*apud* VIEIRA, 2001), a proposta encontra dois obstáculos: o primeiro refere-se ao âmbito potencialmente ilimitado de uma teoria de cidadania, que poderia se tratar de qualquer situação envolvendo as relações entre o cidadão e o Estado. O segundo diz respeito à dualidade no interior do conceito de cidadania, quer dizer, duas concepções distintas coexistindo na noção de cidadania.

Mais precisamente, seria de um lado a cidadania como *status* legal: cidadão como membro pleno de uma comunidade política particular; e do outro lado, uma concepção de cidadania como atividade desejável, em que a extensão e a qualidade da cidadania seriam função da participação do cidadão naquela comunidade.

Taylor (*apud* VIEIRA, 2001) diz que são basicamente dois modelos de cidadania. Um é fundamentado nos direitos individuais e no tratamento igual. O outro define a participação no autogoverno como essência da liberdade, como componente essencial da cidadania.

Uma nova existência de cidadania é defendida por Dagnino (2000), que procura instituir uma estratégia de construção democrática e transformação social impondo um laço constitutivo entre política e cultura. A nova cidadania⁸ pressupõe uma redefinição da compreensão de direitos, em que o ponto inicial é a concepção de um direito a ter direitos. Mas ao contrário de outros entendimentos, a nova cidadania não está relacionada a uma estratégia das classes dominantes, tão pouco vinculada à política dos setores excluídos. Ainda segundo a mesma autora, a ideia da nova cidadania “[...] é o direito de participar na própria definição desse sistema (político), para definir se queremos ser membros, isto é, a invenção de uma nova sociedade” (DAGNINO, 2000, p. 87). A nova cidadania é, de acordo com Telles

⁸ Dagnino (1994) identifica dois sentidos para o termo cidadania. O primeiro diz respeito ao seu significado original, relacionado à sua origem contemporânea. O segundo “é aquilo que considero seja inovador, aquilo que pode justificar o falar-se hoje de uma nova cidadania. Acho que é possível marcar, desde logo, esses dois sentidos da cidadania destacando o seu caráter de estratégia política, o fato de que ela expressa e responde hoje a um conjunto de interesses, desejos e aspirações de uma parte sem dúvida significativa da sociedade, mas que certamente não se confunde com toda a sociedade” (DAGNINO, 1994, p. 103).

(*apud* DAGNINO, 2000, p. 88), o “[...] reconhecimento do outro como sujeito portador de interesses válidos e de direitos legítimos”.

Dentro dessa nova concepção de cidadania fica claro que a cidadania não está mais restrita às relações com o Estado, ou entre o Estado e o indivíduo, mas sim, definida no interior da própria sociedade, o que implica, como coloca Dagnino (2000, p. 89), “[...] um processo de aprendizagem social, de construção de novos tipos de relações sociais, que requer, obviamente, a constituição de cidadãos como sujeitos sociais ativos”.

Esse viés se confirma quando Vieira (2001) aborda o multiculturalismo, em que se evidencia um conflito básico entre ser cidadão e ser um membro de um grupo étnico ou religioso, pois a identidade pessoal na sociedade contemporânea está muito mais apoiada na comunidade do que na ideia de nação. Conforme sugere o referido autor, “[...] o ponto de partida do multiculturalismo é a tensão entre ser um cidadão do Estado nacional e ser um membro de outra comunidade, como igrejas, grupos étnicos ou políticos” (VIEIRA, 2001, p. 232). O autor complementa que numa sociedade multicultural, a cidadania não se configura como uma dimensão política semelhante à base étnico-cultural do Estado-nação. “O Estado é o lugar de todos os cidadãos. Mas a pessoa humana é mais do que apenas cidadão nacional: é judeu, católico, mulher, negro etc.” (VIEIRA, 2001, p. 233). E, ainda, que:

Há, inegavelmente, uma tensão entre cidadania e a pertença a uma comunidade particular. Mas as particularidades normativas são vistas como nocivas, porque a igualdade é o ideal nas democracias. A partir de certo ponto, as diferenças (por sexo, orientação sexual, classe, *status*) podem abalar a coesão social e a unidade política. Eis por que a igualdade e a cidadania são percebidas como valores positivos, enquanto a desigualdade e a diferença são rejeitadas no ideário social e político (VIEIRA, 2001, p. 234).

Questões como a multiculturalidade têm sido incorporadas para a construção dos movimentos sociais: ações de grupos identitários que lutam pelo reconhecimento da diversidade cultural e por direitos: sociais, econômicos, políticos e culturais.

Gohn (2010) esclarece que no mundo contemporâneo há uma ressignificação dos conceitos clássicos de igualdade, fraternidade e liberdade incorporados na construção da identidade dos movimentos sociais. “A igualdade é ressignificada com a tematização da justiça social; a fraternidade se retraduz em

solidariedade; e a liberdade associa-se ao princípio da autonomia” (GOHN, 2010, p. 16).

Por isso, as diferentes significações do termo cidadania, resultantes dos processos de interação social, levam a uma multiplicidade de possibilidades conceituais que atuam de formas complementares, diferentes, divergentes e até mesmo antagônicas.

Analisando o Festival de Inverno da UFPR sob a ótica dos conceitos de cidadania apresentados, observa-se que ele proporciona aos cidadãos de Antonina e demais participantes os direitos sociais de igualdade, na medida em que não distingue classe social, colabora para um modo de vida digno quando oferece oportunidade de desenvolvimento social e acesso à cultura e ao conhecimento, inclusão social, bem como possibilidades de lazer para as diversas faixas etárias.

Assim, o objeto de pesquisa não se restringe às liberdades individuais, mas também promove os direitos sociais e coletivos, fomentando a participação da comunidade, como sujeitos sociais ativos que mudam a sua realidade através dos novos saberes e interações coletivas. Consolida, ainda, a noção de pertencimento a uma comunidade gerando um sentimento de identidade.

3.3 RESPONSABILIDADE SOCIAL: INSTRUMENTO DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

Cidadania corporativa, desenvolvimento sustentável, sustentabilidade ou *marketing* social, estes são alguns termos utilizados para se nomear as ações com fins sociais no contexto organizacional. Assim como cidadania, responsabilidade social também é um conceito amplo e com muitos significados e sinônimos. Mas, em geral, refere-se ao conjunto de atividades desenvolvidas por empresas com foco na sociedade e que extrapolam a esfera da sua atividade econômica. Ashley *et al.* (2002, p. 06) define como “[...] toda e qualquer ação que possa contribuir para a melhoria da qualidade de vida da sociedade”.

Outros exemplos de significados são dados por Costa (2006):

Responsabilidade social das empresas, filantropia, organizações não governamentais, marketing cultural, mecenato, ações sem finalidade lucrativa são alguns dos conceitos que passam a fazer parte do jargão de quem trabalha com administração de empresas, com iniciativas de caráter social e até com políticas públicas (p.01).

Observa Parra (2003) que a sociedade contemporânea requer uma nova definição do papel social da empresa e das organizações públicas:

A responsabilidade social da empresa moderna, não só deve preocupar-se com o bem-estar dos seus colaboradores (internos e externos), como também deve integrar-se com a comunidade, proporcionando-lhe benefícios e sendo solidária com os seus problemas (p.06).

Isso porque, segundo o autor, as organizações fazem parte de um conjunto de organizações políticas, culturais, jurídicas, econômicas e sociais, ou seja, são incapazes de sobreviver isoladamente. “Constitui-se em um sistema aberto, pois interage com o ambiente no qual está estabelecida, agindo e reagindo às situações, influenciando e sendo influenciada, adaptando-se continuamente e também provocando adaptações nesse ambiente” (PARRA, 2003, p. 04).

Para Melo Neto e Froes (2001):

A Responsabilidade Social busca estimular o desenvolvimento do cidadão e fomentar a cidadania individual e coletiva. Sua ética social é centrada no dever cívico [...]. As ações de Responsabilidade Social são extensivas a todos os que participam da vida em sociedade – indivíduos, governo, empresas, grupos sociais, movimentos sociais, igreja, partidos políticos e outras instituições (p.26-27).

A responsabilidade social também é vista como importante instrumento de transformação social, segundo Grajew⁹ (2002), quando afirma que o movimento pela responsabilidade social vai além dos limites da filantropia. Diz ainda que a responsabilidade social não é um fim em si mesmo, mas sim, um considerável instrumento de transformação social cada vez mais necessário diante dos desafios

⁹ Oded Grajew é sócio-fundador e presidente emérito do Instituto Ethos; coordenador geral da Secretaria Executiva da Rede Nossa São Paulo; sócio-fundador do movimento Todos pela Educação; membro do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) da Presidência da República; ex-assessor especial do Presidente da República; membro do Conselho Consultivo do Global Compact; membro do Conselho Deliberativo do Instituto Akatu pelo Consumo Consciente; idealizador do Fórum Social Mundial; membro-fundador do Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE); fundador e ex-presidente da Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança e do Adolescente; fundador e coordenador de honra da Associação Brasileira de Empresários pela Cidadania (Cives).

sociais e ambientais vividos na atualidade. O autor também argumenta que não só as empresas privadas, mas o poder público, como ONGs (Organizações Não Governamentais) especializadas, sindicatos, organismos governamentais internacionais e as próprias universidades podem contribuir no desenvolvimento de ações que permitam enfrentar com eficácia cada um desses desafios.

Ainda de acordo com o autor, a interlocução gerada por essas ações possibilita aos atores delinear criteriosamente as demandas e levar em conta os diferentes interesses.

Ao estabelecer espaços de diálogo e de negociação, supera-se a noção tradicional de que cabe ao autor da prática social determinar as necessidades do beneficiado. E o beneficiado passa a ser também protagonista, interferindo na elaboração das atividades implementadas (GRAJEW, 2002, p. 24).

Nesse sentido, o Instituto Ethos¹⁰ de Empresas e Responsabilidade, fundado em 1998, define responsabilidade social como:

Uma forma de conduzir os negócios que torna a empresa parceira e co-responsável pelo desenvolvimento social. A empresa socialmente responsável é aquela que possui a capacidade de ouvir os interesses das diferentes partes (acionistas, funcionários, prestadores de serviço, fornecedores, consumidores, comunidade, governo e meio-ambiente) e conseguir incorporá-los no planejamento de suas atividades, buscando atender às demandas de todos e não apenas dos acionistas ou proprietários (INSTITUTO ETHOS, 2005, p. 71).

De acordo com o Instituto de Defesa do Consumidor (IDEC), a maioria das atividades realizadas pelas empresas sob o viés da responsabilidade social surge como uma resposta às ações dos trabalhadores, de grupos ambientalistas, de consumidores, de defensores de direitos humanos, de políticos e de mobilização cidadã. Ou seja, é uma necessidade das empresas oferecerem uma resposta à própria sociedade.

O Instituto de Defesa do Consumidor lançou, em 2004, em parceria com a Fundação Avina¹¹, o *Guia de Responsabilidade Social para o Consumidor*,

¹⁰ O Instituto Ethos foi fundado em 1998 pelo empresário Oded Grajew com o objetivo de difundir o conceito de responsabilidade social entre as empresas brasileiras.

¹¹ Fundada em 1994 pelo empresário suíço Stephan Schmidheiny com o objetivo de fortalecer as iniciativas dos líderes sociais e empresariais que buscam possibilidades mais sustentáveis de desenvolvimento. Disponível em: <http://www.avina.net/por/timeline_entry>.

afirmando que:

[...] muito mais que ações sociais e de filantropia, a responsabilidade social empresarial deve ser a base da atividade de uma empresa. Engloba a preocupação e o compromisso com os impactos que uma determinada ação causa aos consumidores, ao meio ambiente, aos trabalhadores e à comunidade local; os valores professados na ação prática cotidiana no mercado de consumo – refletida na publicidade e nos produtos e serviços oferecidos –; a postura da empresa em busca de soluções para eventuais problemas; e, ainda, a transparência nas relações com os envolvidos em suas atividades (PRATES, 2004, p. 04).

A abrangência desse envolvimento também é considerada por Parra (2003) que acredita que a responsabilidade social envolve o dever e o direito das pessoas, grupos e instituições em relação à sociedade como um todo, quer dizer, em relação a todas as pessoas envolvidas, todos os grupos e todas as instituições. “A responsabilidade é o que nos faz sujeitos e objetos da ética, do direito, das ideologias e, se quisermos, da fé” (PARRA, 2003, p. 06).

Não só o número de interações no âmbito da responsabilidade social é significativo, mas também os assuntos envolvidos, como explica Grajew (2002)¹², que ao assumir a responsabilidade social uma empresa está aumentando significativamente o rol de assuntos com os quais tem de lidar. Primeiro, esclarece o autor, precisava defender o interesse dos acionistas. Depois, também dos funcionários. E para completar, tem que assumir uma função de interesse e utilidade públicos, obrigada a tratar com questões como meio ambiente, direitos humanos, discriminação, deficientes físicos e mentais, educação, saúde, infância, juventude, idosos, trabalho infantil, gênero, raça, pobreza, fome, nutrição.

Costa (2006) reforça ainda que os projetos de desenvolvimento das artes, de defesa e de preservação do patrimônio cultural, de estímulo às manifestações artísticas populares, enfrentam as mesmas dificuldades e ameaças.

Como para projetos no campo da saúde pública e da educação, é preciso encontrar para produção artística e preservação do seu caráter público novas maneiras de sensibilização e mobilização da sociedade, envolvendo Estado e empresariado, setor público e privado, criando parcerias baseadas na convergência de interesses (COSTA, 2006, p. 14).

O conceito de responsabilidade social está a cada dia conquistando mais relevância e significado também na gestão pública, principalmente no que diz

¹² Entrevista concedida à Revista **Exame** – Edição Especial: Guia de Boa Cidadania Corporativa. Parte integrante da edição 781 da Revista **Exame**, 2002.

respeito às questões sociais, segundo Rosso e Silvestrin (2013). No entendimento das autoras isso requer que as instituições públicas atentem mais para as demandas da população, propiciando mecanismos de inclusão na vida pública através da interação e do diálogo.

Em relação às universidades, Durham (2005) explica que antes se pensava que a responsabilidade social das instituições de ensino superior limitava-se ao cumprimento das três funções para as quais foram criadas, conforme coloca a autora:

A mais fundamental de todas é o ensino, que se exige de qualquer instituição. A segunda, igualmente importante, mas que só é exigida das universidades, consiste na pesquisa. Há ainda uma terceira função, a extensão, que decorre das anteriores e consiste na divulgação de conhecimento e das competências que as instituições detêm e produzem para o conjunto da sociedade, por meio de cursos livres, projetos de investigação em parceria com órgãos públicos ou empresas privadas, acesso público a bens culturais como museus e bibliotecas e prestação de serviços associados às atividades regulares de ensino e pesquisa (DURHAM, 2005, p. 59).

A determinação de todas essas atividades era de responsabilidade das instituições, sem a influência de uma política externa, estímulos ou recursos para o desenvolvimento das atividades tidas como estratégicas pelos governos. Segundo Durham (2005), esta era considerada uma prática rotineira, especialmente no caso das universidades, porém também se aplicava ao conjunto das instituições, já que não cabia ao governo supervisionar os objetivos a serem alcançados e tão pouco estabelecer quais os serviços deveriam ser oferecidos à população.

Entretanto, a situação parece ter mudado e a educação superior pública e privada assumiu um novo papel em termos de responsabilidade social. Conforme cita Durham (2005), cabe à universidade: aplicação de políticas afirmativas para promover a igualdade educacional, beneficiando os mais pobres e as minorias étnicas; contribuir para a eliminação das desigualdades sociais regionais, implantação de políticas públicas na área de saúde e cultura, além da ciência e da tecnologia. E, ainda, promover a diversidade cultural e de identidade, ação e memória dos diferentes segmentos étnicos nacionais, em especial das culturas populares, indígenas e áreas de conhecimento, o reconhecimento e a valorização de diferentes tradições culturais.

“O espaço da instituição de ensino é o espaço da sociedade onde ela se insere. O ensino autêntico é aquele cujas salas de aula são do tamanho de sua região” (TODOROV, 2005, p. 43). Por isso, Todorov defende que a proposta curricular mais adequada é aquela que defende uma política educacional condizente com as demandas socioeducativas da sua região. Sem esquecer o respeito à diversidade, a ética e a transparência nas suas ações e com todos os atores sociais envolvidos.

Para Calderón (2005), o conceito de responsabilidade social, adotado há mais de 40 anos no seminário “A Responsabilidade Social da Universidade”, ainda é atual, não perdeu valor nem vigência. “A responsabilidade social da universidade deve ser entendida como os deveres que a universidade tem para com o equacionamento dos graves problemas sociais do País e de seus entornos territoriais” (CALDERÓN, 2005, p. 23). Segundo o mesmo autor, falar da responsabilidade social universitária significa o mesmo que falar dos deveres e das obrigações da universidade, incumbências diretamente relacionadas à própria natureza das IES.

Calderón também ressalta que a busca de soluções para os problemas sociais não é uma escolha, não é um compromisso que a universidade pode ou não deixar de cumprir. É uma obrigação da universidade. E caso a IES não cumpra sua obrigação, torna-se, conseqüentemente, uma instituição socialmente irresponsável. “O ensino tem de ser socialmente responsável. A pesquisa tem de ser socialmente responsável. Não se trata de um compromisso para o futuro. Trata-se de uma obrigação para o hoje e não mais uma promessa para o amanhã” (CALDERÓN, 2005, p. 23).

O autor também explica que, de acordo com o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, serão objetos de avaliação da responsabilidade social universitária os itens abaixo:

- a) A transferência do conhecimento e importância social das ações universitárias e impactos das atividades científicas, técnicas e culturais para o desenvolvimento regional e nacional;
- b) A natureza das relações com o setor público, com o setor produtivo e com o mercado de trabalho e com as instituições sociais, culturais e educativas de todos os níveis;
- c) As ações voltadas ao desenvolvimento da democracia, à promoção da cidadania, à atenção de setores sociais excluídos, às políticas de ação afirmativa, dentre outras (CALDERÓN, 2005, p. 24).

Assim, cabe analisar até que ponto o Festival de Inverno atende aos critérios de avaliação no que se refere à responsabilidade social, conforme exposto. Afinal, trata-se de um evento que, há 23 anos, busca compartilhar o conhecimento produzido na academia, reconhecendo a importância das ações universitárias e o impacto das atividades no desenvolvimento regional, além de preservar as relações com o setor público, através da parceria com a Prefeitura Municipal de Antonina, e com as instituições sociais, culturais e educativas da cidade.

3.3.1 *Accountability*: informação e cidadania

No que se refere à questão da responsabilidade social, gerir com transparência parece uma consequência natural, já que é um direito da sociedade ter claro entendimento das ações praticadas pelas instituições. Nesse sentido, Canelón (2013, p. 18, tradução nossa¹³) diz que:

Invocar o conceito de responsabilidade social leva, inevitavelmente, ao terreno da transparência habitual e prestação de contas (*accountability*) em relação aos compromissos assumidos e às ações tomadas pela organização, equipado com avaliação, elaboração de relatórios e divulgação dos resultados, aderindo uma perspectiva *multistakeholder*¹⁴.

Embora extremamente utilizado pelas ciências sociais, o termo *accountability* ainda não encontrou uma definição muito clara na língua portuguesa, o que, conseqüentemente, provoca uma falta de consenso entre os autores que abordam o assunto.

Nos últimos anos, o termo *accountability* tem sido disseminado na ciência política latino-americana como sinônimo de mecanismos que possibilitem a responsabilização das pessoas que ocupam cargos públicos, sejam eles

¹³ “Invocar el concepto de la Responsabilidad Social conduce, indefectiblemente, a los terrenos de la transparencia y la consabida rendición de cuentas (*accountability*) en relación con los compromisos asumidos y las acciones emprendidas por la organización, aparejadas a la evaluación, el reporte y la comunicación de resultados, adhiriendo una perspectiva *multistakeholder*” (CANELÓN, 2013, p. 18).

¹⁴ *Stakeholders*: “Indivíduos ou grupo que é afetado pelas operações de uma empresa ou pode influenciá-las” (WRIGHT; KROLL; PARNELL, 2000, p. 80). Ou ainda: “[...] grupos de interesse que se relacionam e são afetados pela organização e suas atividades” (ORCHIS; YOUNG; MORAES, 2002, p. 57).

eleitos ou não, por seus atos à frente das instituições do Estado (PAULINO, 2007, p. 177).

De uma forma mais ampla, o termo refere-se à ideia de responsabilização, transparência e prestação de contas, e neste último caso, não significa uma prestação de contas só no sentido contábil, mas uma forma de garantir que o Estado efetive suas políticas públicas dentro do que determina a legislação vigente, buscando equilíbrio entre a necessidade de realizar os anseios da sociedade e o cumprimento às leis. Para Marcondes Neto (2012, p. 95), o termo *accountability* “[...] surge no contexto da governança corporativa, com os mandamentos de transparência e responsabilidade de prestar satisfações públicas e traz em si, juntos, dois conceitos: a capacidade de resposta (*answerability*) e capacidade de punição (*enforcement*)”.

Tapscott e Ticoll (2005, p. 28) dizem que a transparência de acordo com os profissionais de recursos humanos é uma “comunicação aberta, honesta e direta”. Em síntese, *accountability* é agir com responsabilidade.

A literatura internacional traz uma vasta produção sobre o tema da *accountability*. As abordagens enfatizam diferentes aspectos, que, em algumas situações, mostram-se conflitantes. O'Donnell (1998), por exemplo, classifica a *accountability* em vertical e horizontal. A *accountability* vertical corresponde às atividades de fiscalização dos cidadãos e da sociedade civil que estabelecem formas de controle ascendente sobre o governo. Já a *accountability* horizontal ocorre por meio de mecanismos de controle e fiscalização mútua entre os três poderes.

O autor ressalta ainda que os mecanismos de *accountability* estão baseados unicamente sobre questões de responsividade, sem que necessariamente haja a imposição de sanções. Mainwaring (2003) utiliza o termo *accountability* intraestado para designar um tipo de relação entre as agências do Estado. A principal diferença entre a *accountability* horizontal, proposta por O'Donnell (1998), e a intraestado está no debate sobre se o processo de *accountability* deve ou não estar relacionado às transgressões legais e às decisões políticas. Enquanto O'Donnell (1998) restringe a *accountability* horizontal às violações legais, Mainwaring (2003) considera ainda as possíveis violações políticas dentro da sua definição de *accountability* intraestado.

Além disso, Mainwaring (2003) esclarece a questão buscando uma distinção entre o poder de sanção designado legalmente e outras sanções. Para o autor, não

existe *accountability* se não houver o poder de sanção.

Eu delimito o conceito de *accountability* política para relações que formalmente dão a algum ator a autoridade de supervisão/sanção relativa aos funcionários públicos. *Accountability* Política é, portanto, a relação formal de supervisão/sanção dos funcionários públicos por outros atores. [...] Quando o controle das autoridades públicas tem lugar fora de um quadro institucional em que os agentes são designados formalmente com esta responsabilidade, isto fica fora do âmbito do meu entendimento de *accountability* (MAINWARING, 2003, p. 07, tradução nossa¹⁵).

Entretanto, independente de qualquer definição, há o entendimento de que as instituições públicas têm o compromisso de atender aos desejos e às necessidades da comunidade em que estão inseridas e o dever de divulgar suas ações de forma nítida e transparente.

“Entidades que vivem de recursos públicos não podem entender sua ‘autonomia’ como dispensa de prestação de contas, de um lado, e distanciamento dos interesses da população, de outro” (DEMO, 1997, p. 36). Rosso e Silvestrin (2013) defendem que a concepção que envolve a *accountability* favorece a legitimidade da atuação de um órgão público que:

[...] ao prestar contas e justificar as ações está exercendo a responsabilidade social, estimulando a cidadania ativa e corresponsável que propicia a participação e o envolvimento do cidadão, em um processo de discussão simétrico que busca o equilíbrio entre as partes interessadas (s/p).

E as universidades públicas, assim como outras instituições que fazem parte da esfera pública, são frequentemente questionadas pela sua atuação e sujeitas às regras e princípios do direito público. Sobre a universidade pública, particularmente, as críticas recaem sobre a qualidade de ensino, por não atender um número maior de estudantes e pelas condições precárias de funcionamento, entre outras questões relevantes que acabam criando um quadro desfavorável à educação pública superior. O que revela a necessidade das instituições de ensino superior em estabelecer mecanismos de *accountability* para divulgar sistematicamente a

¹⁵ “I delimit the concept of political accountability to relationships that formally give some actor the authority of oversight and/or sanction relative to public officials. Political accountability is thus a formalized relationship of oversight and/or sanctions of public officials by other actors. [...] When monitoring of public authorities takes place outside an institutionalized framework in which agents are formally charged with this responsibility, it falls outside the scope of my understanding of accountability” (MAINWARING, 2003, p. 07).

regularidade e eficiência de seus atos, ressaltando seus valores perante a sociedade.

A população tem todo o direito de saber o que sucede na escola e na universidade, bem como nos órgãos administrativos que comandam os sistemas educacionais. Essa discussão, contudo, não é muito diferente em espaços privados educacionais. Por vezes, é até mais bem colocada aí, porque quem paga exige serviço. Por estarem diretamente ligados ao mercado, tendem a adotar os trâmites da “qualidade total”, que implicam sempre alguma forma de avaliação, embora muito parcial (DEMO, 1997, p. 37).

Corbari (2004) afirma que para a construção da cidadania e fortalecimento da democracia, duas condições são indispensáveis: primeiro, cidadãos conscientes e mobilizados em torno de reivindicações cuja realização pelo poder público vise a melhoria das condições de vida de toda coletividade; depois o fornecimento de informações corretas, claras e relevantes à população, reforçando a legitimidade das políticas públicas.

Especificamente, a realização do Festival de Inverno propicia que a Universidade Federal do Paraná, enquanto instituição social inserida e comprometida com as necessidades da comunidade de Antonina, promova sua *accountability* ao sair do seu espaço físico convencional, divulgando suas ações de forma clara e transparente.

4 O REFERENCIAL METODOLÓGICO E OS PROCEDIMENTOS ADOTADOS

Como nos dois primeiros capítulos foram apresentados os conceitos que norteiam este estudo, cabe agora expor sobre a escolha do referencial metodológico e das técnicas utilizadas para a realização da pesquisa empírica, além de situar e dar mais detalhes sobre o Festival de Inverno da UFPR.

4.1 REFERENCIAL METODOLÓGICO

O referencial metodológico desta pesquisa se fundamenta na Hermenêutica de Profundidade (HP), sustentada por Thompson (1995).

Este referencial metodológico coloca em evidência o fato de que o objeto de análise é uma construção simbólica significativa, que exige uma interpretação. Por isso, devemos conceder um papel central ao processo de interpretação, pois somente desse modo poderemos fazer justiça ao caráter distintivo do campo-objeto. Mas as formas simbólicas estão também inseridas em contextos sociais e históricos de diferentes tipos; e sendo construções simbólicas significativas, elas estão estruturadas internamente de várias maneiras (THOMPSON, 1995, p. 355-356).

O autor explica que o enfoque da Hermenêutica de Profundidade (HP) deve estar fortemente baseado nas maneiras como as formas simbólicas são interpretadas e compreendidas pelas pessoas que as produzem e as recebem no decorrer de suas vidas cotidianas. Segundo Thompson (1995), este caráter etnográfico é um estágio preliminar indispensável do enfoque da HP. “Através de entrevistas, observação participante e outros tipos de pesquisa etnográfica, podemos reconstruir as maneiras como as formas simbólicas são interpretadas e compreendidas nos vários contextos da vida social” (THOMPSON, 1995, p. 363-364).

Negligenciar esses contextos da vida cotidiana, e as maneiras como as pessoas situadas dentro delas interpretam e compreendem as formas simbólicas que eles produzem e recebem, é desprezar uma condição hermenêutica fundamental da pesquisa sócio-histórica, especificamente, que o campo-objeto de nossa investigação é também um campo-sujeito em

que as formas simbólicas são pré-determinadas pelos sujeitos que constituem esse campo (THOMPSON, 1995, p. 364).

Para Thompson (1995), as formas simbólicas são construções significativas interpretadas e compreendidas pelas pessoas que a produzem e recebem, mas são também construções estruturadas de maneiras definidas e que estão inseridas em condições sociais e históricas específicas. “Formas simbólicas são construções significativas que exigem uma interpretação; elas são ações, falas, textos que, por serem construções significativas, podem ser compreendidas” (THOMPSON, 1995, p. 357).

E para que as maneiras como as formas simbólicas estão estruturadas e as condições sócio-históricas em que elas estão inseridas sejam levadas em consideração, Thompson (1995) sugere ir além da interpretação da doxa¹⁶ e envolver-se nos tipos de análise que se enquadram dentro do referencial metodológico da HP.

[...] a HP é um referencial metodológico amplo que compreende três fases ou procedimentos principais. Essas fases devem ser vistas não tanto como estágios separados de um método seqüencial, mas antes como dimensões analiticamente distintas de um processo interpretativo complexo (THOMPSON, 1995, p. 365).

A primeira fase, chamada análise sócio-histórica, enfatiza as condições sociais e históricas da pesquisa. De acordo com Thompson (1995), o principal objetivo da análise sócio-histórica é recuperar as condições sociais e históricas de produção, circulação e recepção das formas simbólicas. Pois, conforme coloca o autor, “[...] formas simbólicas não subsistem num vácuo, elas são produzidas, transmitidas e recebidas em condições sociais e históricas específicas” (THOMPSON, 1995, p. 366).

A tarefa da primeira fase do enfoque da HP é reconstruir as condições e contextos sócio-históricos de produção, circulação e recepção das formas simbólicas, examinar as regras e convenções, as relações sociais e instituições, e a distribuição de poder, recursos e oportunidades em virtude das quais esses contextos constroem campos diferenciados e socialmente estruturados (THOMPSON, 1995, p. 369).

Thompson (1995) distingue cinco aspectos básicos dos contextos sociais e

¹⁶ De acordo com Thompson (1995), doxa refere-se às opiniões, crenças e compreensões defendidas e partilhadas pelas pessoas que fazem parte do mundo social.

defende que cada um deles define um nível de análise distinto.

O primeiro consiste em identificar e descrever as situações espaço-temporais específicas em que as formas simbólicas são produzidas e recebidas.

As formas simbólicas são produzidas (faladas, narradas, inscritas) e recebidas (vistas, ouvidas, lidas) por pessoas situadas em locais específicos, agindo e reagindo a tempos particulares e a locais especiais, e a reconstrução desses ambientes é uma parte importante da análise sócio-histórica (THOMPSON, 1995, p. 366).

O segundo aspecto é identificar os campos de interação. De acordo com o autor, as formas simbólicas estão situadas em determinados campos de interação, que podem ser vistos como um espaço de posições e um conjunto de trajetórias que, se analisadas conjuntamente, determinam algumas das relações entre pessoas e algumas das oportunidades acessíveis a elas.

O terceiro aspecto da análise sócio-histórica refere-se às instituições sociais. Para Thompson (1995, p. 367), as “[...] instituições sociais podem ser vistas como conjuntos relativamente estáveis de regras e recursos, juntamente com relações sociais que são estabelecidas por eles”. O autor também argumenta que:

As instituições sociais dão uma forma particular aos campos de interação. Elas estão situadas dentro de campos de interação, aos quais elas dão forma através de uma gama de posições e trajetórias; ao mesmo tempo, porém, elas criam também campos de interação ao estabelecer novas posições e novas trajetórias. Analisar instituições sociais é reconstruir os conjuntos de regras, recursos e relações que as constituem, é traçar seu desenvolvimento através do tempo e examinar as práticas e as atitudes das pessoas que agem a favor e dentro delas (THOMPSON, 1995, p. 367).

O quarto aspecto colocado por Thompson (1995) é a análise da estrutura social, ou seja, identificar as assimetrias, as diferenças e as divisões da produção. Entender quais manifestações resultam apenas de diferenças individuais e quais são o resultado de diferenças coletivas e duráveis em termos de distribuição e acesso de recursos, poder, oportunidades e possibilidade de realização.

O quinto e último aspecto refere-se aos meios técnicos de construção de mensagens e transmissão.

Sendo que as formas simbólicas são intercambiadas entre pessoas, elas implicam necessariamente algum meio de transmissão, seja ele simplesmente ondas aéreas moduladas, como no caso das conversações

numa situação face-a-face, ou mecanismos complexos de codificação e transmissão eletrônica, como no caso da difusão de rádio ou televisão (THOMPSON, 1995, p. 368).

Nesta pesquisa, a primeira fase descrita como análise sócio-histórica é contemplada neste capítulo quando se apresenta o Festival de Inverno da UFPR e a Universidade Federal do Paraná. Por meio da descrição das situações espaço-temporais, dos campos de interação, instituições sociais e dos meios técnicos de construção de mensagens e transmissão é possível contextualizar social e historicamente as produções simbólicas, já que estas existem em condições específicas. “Não só por razões hermenêuticas – todo sentido só pode ser compreendido a partir do contexto” (DEMO, 2001, p. 11).

Além da análise sócio-histórica, outras duas fases contemplam a Hermenêutica de Profundidade de Thompson (1995): a análise formal ou discursiva e a da interpretação e reinterpretação.

A análise formal ou discursiva entende que as formas simbólicas possuem um aspecto adicional e irreduzível que pede um novo olhar, uma maneira diferente de observação. E, ainda, de acordo com o autor, é esse aspecto diferencial que estabelece as bases para um tipo de análise que está preocupada, em primeiro lugar, com a organização interna das formas simbólicas, com suas características estruturais, assim como seus padrões e relações. Pois, segundo Thompson (1995, p. 369), “[...] os objetos e expressões que circulam nos campos sociais são também construções simbólicas complexas que apresentam uma estrutura articulada”. O autor ainda lembra que esse tipo de análise se torna superficial quando deslocada do referencial metodológico da HP e discutida separadamente das demais fases. A análise formal ou discursiva, neste estudo, refere-se aos questionários aplicados e aos depoimentos dos grupos focais realizados em Antonina, descritos posteriormente.

Embora a HP admita o uso de várias técnicas para realizar o estudo que se propõe, especificamente nesta investigação será empregada a análise de conteúdo para compreender o objeto de estudo. De acordo com a proposta de Bardin (2010), neste tipo de análise não há regras prontas. Só existem regras para a orientação do pesquisador, o que significa que a técnica indicada deve ser definida conforme os objetivos pretendidos na pesquisa. Assim, neste estudo, a análise procurou a melhor maneira de responder se o Festival de Inverno da UFPR pode ser entendido como

uma ação de comunicação pautada na agenda da responsabilidade social, pois, conforme a autora, “[...] por detrás do discurso aparente geralmente simbólico e polissêmico esconde-se um sentido que convém desvendar” (BARDIN, 2010, p. 16).

A fase denominada interpretação/reinterpretação pode ser mediada pela análise sócio-histórica, como também pela análise formal ou discursiva, o que ajuda o pesquisador a enxergar a forma simbólica de uma nova maneira em relação aos contextos de sua produção e recepção. Pois, de acordo com Thompson (1995), as formas simbólicas possuem um “aspecto referencial”, ou seja, são construções que representam algo, referem-se a algo, ou, ainda, dizem alguma coisa sobre algo. E é exatamente esse aspecto referencial que se busca compreender no processo de interpretação. “[...] a interpretação implica um movimento novo de pensamento, ela procede por síntese, por construção criativa de possíveis significados” (THOMPSON, 1995, p. 375). Esta fase é observada no momento em que se estabelece a relação entre a análise sócio-histórica e a interpretação dos dados obtidos nos questionários aplicados e na leitura das informações coletadas com os grupos focais. Neste processo é possível verificar se o Festival de Inverno da UFPR pode ou não ser reinterpretado como uma ação de comunicação no exercício da responsabilidade social.

O autor também explica que o processo de interpretação é, simultaneamente, um processo de reinterpretação. Segundo Thompson (1995, p. 376),

[...] as formas simbólicas que são o objeto de interpretação são parte de um campo pré-interpretado, elas já são interpretadas pelos sujeitos que constituem o mundo sócio-histórico. Ao desenvolver uma interpretação que é mediada pelos métodos do enfoque da HP, estamos reinterpretando um campo pré-interpretado; estamos projetando um significado possível que pode divergir do significado construído pelos sujeitos que constituem o mundo sócio-histórico.

O autor ainda esclarece que embora a interpretação da doxa seja uma premissa indispensável, não é o ponto final do processo interpretativo. “As formas simbólicas podem ser analisadas mais além, em relação tanto às suas condições sócio-históricas como às suas características estruturais internas, e elas podem, por isso, ser reinterpretadas” (THOMPSON, 1995, p. 376).

E como uma reinterpretação de um campo objetivo pré-interpretado, o

processo de interpretação é necessariamente arriscado, cheio de conflito e aberto à discussão. Thompson (1995) lembra que a possibilidade de existir um conflito de interpretação é inerente ao processo de interpretação. E esse conflito pode surgir tanto entre as interpretações divergentes de pesquisadores que empregam técnicas diferentes, como também entre uma interpretação sustentada pelo enfoque da HP de um lado, e as maneiras em que as formas simbólicas são interpretadas pelos sujeitos que compõem o mundo sócio-histórico, de outro.

4.2 ESTUDO DE CASO E AS TÉCNICAS APLICADAS

A presente pesquisa se enquadra como um estudo de caso por entender que o Festival de Inverno da UFPR é um fenômeno contemporâneo realizado dentro de um contexto da vida real, conforme definição de Yin (2010, p. 39): “O estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo em profundidade e em seu contexto de vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não são claramente evidentes”.

Dessa forma, segundo Yin (2010), o estudo de caso é utilizado quando se deseja entender um fenômeno da vida real em profundidade, mas, principalmente, quando esse entendimento engloba importantes condições contextuais.

Justifica-se, ainda, pela observação feita por Castro (1977, *apud* DUARTE, 2010, p. 219), quando explica que “[...] o interesse primeiro não é pelo caso em si, mas pelo o que ele sugere a respeito do todo”. O propósito da pesquisa não é analisar o Festival de Inverno da UFPR de uma forma descritiva, e sim compreender se o evento pode ser reinterpretado como uma ação de comunicação no exercício da responsabilidade social, praticada pela Universidade Federal do Paraná.

Os argumentos de outros autores também contribuem na escolha do estudo de caso para investigar o objeto de estudo, conforme expressam Goode e Hatt (1979, *apud* DUARTE, 2010, p. 216), que afirmam tratar-se de “[...] um método de olhar para a realidade social”. Segundo estes autores, o estudo de caso é uma abordagem que aceita qualquer unidade social como um todo, podendo ser uma pessoa, uma família, um grupo social, uma cultura, um conjunto de relações ou processos. O que significa que um evento artístico cultural, conforme o Festival de

Inverno da UFPR, também pode ser considerado uma unidade social, aceita pelo método. Yin (2010, p. 24) completa afirmando que “[...] o estudo de caso é usado em muitas situações, para contribuir ao nosso conhecimento dos fenômenos individuais, grupais, organizacionais, sociais, políticos e relacionados”.

Bruyne, Hermene, Schoutheteete (1991, *apud* DUARTE, 2010) explicam que para apreender a totalidade de uma situação, o estudo de caso deve reunir, o máximo possível, informações numerosas e detalhadas. E Yin (2010) também acredita que o grande diferencial do estudo de caso é sua capacidade de lidar com uma vasta variedade de evidências como, por exemplo, documentos, artefatos, entrevistas e observações, justificando-se, assim, as diversas fontes de informações desta pesquisa.

Para o autor, o estudo de caso é o preferido quando se trata das pesquisas de eventos contemporâneos, mas somente quando os comportamentos relevantes não podem ser manipulados.

O estudo de caso conta com muitas das mesmas técnicas que a pesquisa histórica, mas adiciona duas fontes de evidência geralmente não incluídas no repertório do historiador: observação direta dos eventos sendo estudados e entrevistas das pessoas envolvidas nos eventos (YIN, 2010, p. 32).

Yin (2010) também destaca que o estudo de caso não é somente uma forma de pesquisa qualitativa. “Alguma pesquisa de estudo de caso vai além de um tipo de pesquisa qualitativa, usando uma mistura de evidência quantitativa e qualitativa” (YIN, 2010, p. 41).

Nesse sentido, Demo (2001) defende que todo fenômeno qualitativo apresenta também faces quantitativas e vice-versa. “Parto do ponto de vista de que entre quantidade e qualidade não existe dicotomia, pois são faces diferenciadas do mesmo fenômeno” (DEMO, 2001, p. 08). E ainda: “[...] toda pesquisa qualitativa só tem a ganhar se cuidar também de suas ilações quantitativas, ou melhor dizendo, se souber aliar-se favoravelmente a métodos quantitativos” (DEMO, 2001, p. 09).

Demo (2001, p. 51) esclarece também que a chamada informação qualitativa não significa necessariamente uma informação especial, superior, preferencial ou coisa parecida, mas simplesmente algo diretamente relacionado a certas dimensões da realidade.

Dessa forma, o estudo de caso justifica-se pelo fato de que a pesquisa em

questão trata de um evento específico e procura encontrar as características e o que há de essencial na realização do Festival de Inverno da UFPR, e ainda mensurar o nível de relevância das percepções junto à população.

Posto isso, para a coleta de dados foram aplicados questionários semiestruturados na fase da pesquisa exploratória. Paralelamente, foram realizadas leituras sobre o tema, para compor o referencial teórico que fundamenta o trabalho, ou seja, pesquisa bibliográfica. Nesta etapa, além dos autores: Rüdiger (2011), Blumer (1982), Thompson (1995), Barichello (2001), Chauí (2003), Dagnino (2000), entre outros já citados na introdução, buscou-se também subsídios nos documentos do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES), para descrever o objeto de estudo e situá-lo institucionalmente. Como uma forma de complementar qualitativamente o estudo de caso, foram realizadas duas reuniões com grupos focais distintos, formados por residentes de Antonina. O uso dessa técnica objetivou aprofundar questões evidenciadas a partir dos dados obtidos nos questionários e identificar aspectos mais valorativos dos grupos.

4.3 SITUANDO O OBJETO DE ESTUDO

Em dezembro de 2012, a Universidade Federal do Paraná completou 100 anos. Uma data importante não só para os atuais gestores, professores, estudantes e técnico-administrativos, mas também para os milhares de profissionais que, de alguma forma, passaram pela instituição. Momento significativo para refletir sobre o seu papel perante a sociedade.

A edição especial do centenário do Jornal *Notícias da UFPR* enfatiza que a história da Universidade Federal do Paraná está diretamente ligada à história do desenvolvimento do Estado do Paraná. O ideal de Victor Ferreira do Amaral e Nilo Cairo fez da UFPR a mais antiga universidade do Brasil.

O princípio da democratização do conhecimento e de seu uso ético foi assumido desde sua origem, em 1912, quando no dia 19 de dezembro, Victor Ferreira do Amaral concretiza a ideia lançada por Nilo Cairo em 1892, e cria a Universidade Federal do Paraná, com a aprovação dos Estatutos e a eleição da

primeira diretoria, apoiada pelo Governo do Estado e pela Prefeitura Municipal de Curitiba.

Ainda, segundo o livro que marca os 90 anos da UFPR, no mesmo dia, durante a sessão solene de instalação, o orador, Dr. Daltro Filho, lembrou a história do Brasil e citou a importância que a educação deveria ter na construção da unidade do país. E, ao justificar a criação de uma universidade, ressaltou sua relevância para a formação de profissionais nas várias carreiras liberais, formação esta que deveria estar fundada no conhecimento científico. Na época, o ciclo econômico da erva-mate exigia profissionais competentes e com habilidades complexas, como engenheiros, advogados e médicos, fomentando a criação de uma instituição para promover a reflexão, a intelectualidade e os talentos necessários para uma sociedade em desenvolvimento.

Contrariamente ao que acontecia nos centros maiores do país, no início do século XX, o contexto histórico no Paraná exigiu que a primeira instituição de Educação Superior não fosse uma faculdade isolada, e sim, uma universidade.

Os primeiros cursos ofertados foram: Ciências Jurídicas e Sociais, Engenharia, Comércio, Odontologia, Farmácia e Obstetrícia, e, em 1914, Medicina e Cirurgia. Victor Ferreira do Amaral foi o primeiro reitor da UFPR, permanecendo no cargo, mesmo que simbolicamente, até 1948.

Os anos 1950 e 1960 apresentaram grande expansão física, com destaque para o Complexo da Reitoria, Centro Politécnico e Hospital de Clínicas. A UFPR consolida-se, então, como universidade multicampi.

Nos anos seguintes incorporou o antigo Colégio dos Jesuítas de Paranaguá, atual Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE), e a Escola de Educação Física e Desportiva do Paraná (1977); e inaugurou as sedes do Setor de Ciências Biológicas, no Centro Politécnico (1979) e do centro de Biologia Marinha em Pontal do Sul (1981). Outra ação desse período foi a criação da Fundação da Universidade Federal do Paraná para o Desenvolvimento da Ciência, da Tecnologia e da Cultura, a FUNPAR, voltada ao desenvolvimento da ciência, tecnologia e cultura.

Em 1993, a UFPR consolidou sua participação no interior do Paraná com a criação do Campus Palotina, hoje Setor Palotina, e de centros de pesquisa agrícola e florestal em quatro municípios: Quatro Barras, Rio Negro, Paranavaí e Bandeirantes. Outras três expansões físicas importantes consistiram na Escola

Técnica, em 1994; no Campus Jardim Botânico, em 1997; e no Setor Litoral, em 2005.

A identidade entre a UFPR e a comunidade foi se firmando na experiência de diversas parcerias e no enfrentamento de problemas sociais e culturais, buscando promover o conhecimento sobre assuntos relevantes para o desenvolvimento humano e implantação de políticas de intercâmbio e cooperação técnica.

De acordo com a publicação comemorativa aos 90 anos da UFPR, o pensamento universitário, conforme sugerido pela Conferência Mundial sobre Ensino Superior, patrocinada pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), em 1998, tem compromisso com o conhecimento como patrimônio social, com a educação como serviço público, com a qualidade, liberdade e autonomia acadêmicas, com a pluralidade de ideias, com a pesquisa como o fator essencial para a progressão do conhecimento, com a participação democrática e com a busca da pertinência entre a educação e as demandas sociais.

A formação do profissional cidadão é complexa e exige o empenho de todos. É necessário que nossos currículos contemplem o ensino integrado à sociedade. É preciso que tenhamos projetos de extensão com compromisso social. É fundamental que nosso aluno seja um profissional atento às mudanças político-sociais deste país e esteja sintonizado com a realidade em que vivemos. Enfim, é mandatário aproximar a universidade da sociedade. Afinal, é ela que nos sustenta através de seus impostos. Ao aprofundarmos este vínculo, estaremos fazendo grandes progressos para que sejamos, verdadeiramente, uma universidade do povo para a comunidade (MOREIRA, 2002, p. 13-14).

A UFPR está presente em todas as regiões do Estado, por seus campi Centro, Agrárias, Centro Politécnico e Jardim Botânico (Curitiba), Palotina (Palotina), Litoral (Matinhos) e Pontal do Sul/Centro de Estudos do Mar (Pontal do Paraná), e campi avançados: Fazendas Experimentais Canguiri (Quatro Barras), Rio Negro e São João do Triunfo (Rio Negro), Paranavaí (Paranavaí) e Bandeirantes (Bandeirantes). Essas doze unidades, somadas ao Museu de Arqueologia e Etnologia (Paranaguá) e ao antigo Prédio da Rede Ferroviária Federal, ainda em reforma, totalizaram em 2010 uma área de aproximadamente 106 mil m² em edificações prediais. Estão também associados a UFPR três hospitais universitários, todos em Curitiba: o Hospital de Clínicas, a Maternidade Victor Ferreira do Amaral e o Hospital do Trabalhador. Esses hospitais associam a prestação de serviços à população, principalmente nos procedimentos de alta complexidade, à formação de

recursos humanos em saúde, como requer a uma instituição universitária. Resultando, assim, nove milhões de metros quadrados de área total, incluindo a não edificada, e uma comunidade de 48 mil pessoas entre docentes, servidores e discentes.

4.3.1 Perfil institucional

Conforme descreve o Plano de Desenvolvimento Institucional 2012-2016 a missão da Universidade Federal do Paraná é: “[...] contribuir com o desenvolvimento sustentável, priorizando a formação continuada do profissional cidadão e produzindo, socializando e apropriando o conhecimento de forma articulada com os demais segmentos da Sociedade, sendo referência no Brasil” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ, 2012).

Os valores da instituição citados no mesmo documento compreendem: comprometimento com a construção do saber e a formação de profissionais competentes e compromissados socialmente; promoção de ambiente pluralista, no qual o debate público e respeitoso seja instrumento de convivência democrática; valorização dos Conselhos Superiores na construção de Políticas Universitárias; valorização da multiculturalidade como respeito à Sociedade brasileira e a solidariedade internacional; isonomia no tratamento a todas as Unidades; construção de uma universidade pública, gratuita e de qualidade e comprometida com o desenvolvimento social e sustentável; indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão; respeito à liberdade na construção e à autonomia na disseminação do conhecimento; respeito a todas as instâncias da sociedade organizada; incentivo à participação democrática e representativa das Comunidades interna e externa nas políticas e decisões institucionais.

E, ainda, em relação às diretrizes determinadas para os próximos anos, de acordo com o PDI (Plano de Desenvolvimento Institucional) 2012-2016, a UFPR propõe, juntamente com os demais segmentos da sociedade, investir na comunicação com outros setores da sociedade. Além disso, a instituição abordará as seguintes questões: modelo de estrutura organizacional; formação acadêmica do futuro (novos modelos e tecnologias); futuro da Pós-Graduação e Pesquisa; inclusão

e excelência acadêmica; desenvolvimento sustentável; inovação e visão do futuro; gestão eletrônica; engajamento institucional de docentes, servidores e alunos; reestruturação administrativa; ampliação da liderança acadêmica nos cenários nacional e internacional.

4.3.2 Compromisso social

O PDI 2012-2016 também descreve, sob o título “Compromisso Social da Instituição, enfatizando a contribuição à inclusão social e ao desenvolvimento econômico e social da região”, as ações já realizadas pela Universidade e as previstas para os próximos anos, que visam incentivar e promover o desenvolvimento humano, social e econômico do Paraná.

A primeira ação abordada pelo texto refere-se à expansão do número de vagas ofertadas pela Instituição através do aumento do número de vagas na Graduação, aumento de cursos ofertados nos níveis Graduação, Residência Médica e Multiprofissional, e Pós-Graduação *stricto sensu*, e ainda no Ensino a Distância. O compromisso social da UFPR encontra-se também nas práticas acadêmicas que privilegiam o bem-estar das comunidades interna e externa e o exercício dos direitos e deveres enquanto cidadãos envolvidos com o desenvolvimento sustentável, tendo como foco a formação da cidadania. Internamente, a UFPR manterá as políticas de assistência estudantil, compreendendo, dentre outras, bolsas Permanência, Auxílio Moradia, Apoio à Mobilidade e Benefícios Refeição e Moradia Casa do Estudante Universitário; e de qualificação de servidores, por meio de cursos oferecidos pela Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas.

Ainda de acordo com o PDI 2012-2016, deverão ter continuidade as ações desenvolvidas pelo Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Especiais, vinculado à Pró-Reitoria de Graduação e Educação Profissional, e o Núcleo de Apoio a Ações Afirmativas para Inclusão social em atividades de pesquisa e extensão, vinculado à Pró-Reitoria de Extensão e Cultura. O documento também faz referência à programação de caráter didática produzida por técnicos, alunos e professores, veiculada na rádio com acesso digital e na televisão pelos canais 15 da NET e 71 da TVA.

O compromisso social também é exercido perante a Comunidade, segundo o PDI 2012-2016, através do programa de Educação a Distância, resultado da parceria entre a UFPR e a Universidade Aberta do Brasil.

A Universidade oferece ainda assistência à saúde da população, com a disponibilização de leitos, internações, exames complementares, cirurgias e transplantes nos Hospitais Universitários (Hospital de Clínicas, Hospital Maternidade Victor Ferreira do Amaral e Hospital do Trabalhador). Além disso, a UFPR conta com dois Hospitais Veterinários – Curitiba e Palotina –, que atendem prioritariamente as atividades de ensino do Curso de Medicina Veterinária, mas também oferecem assistência em clínica médica, clínica cirúrgica, teriogenologia e diagnósticos laboratoriais à comunidade em geral.

As atividades culturais promovidas pela Coordenadoria de Cultura da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura também demonstram o compromisso social da Universidade. Os seis Grupos Artísticos: Orquestra Filarmônica, Coro, Madrigal, Grupo de MPB, Companhia de Teatro Palavração e Têssera Companhia de Dança se apresentam gratuitamente em diferentes espaços dentro e fora da Universidade. A participação nos Grupos Artísticos da UFPR é aberta a alunos, servidores técnico-administrativos, professores e pessoas da comunidade externa, independente do vínculo com a Universidade. O Curso de Dança Moderna da UFPR, vinculado à Têssera Companhia de Dança, proporciona o aprendizado e a prática da dança moderna a jovens a partir dos nove anos de idade, sem nenhum custo. E, ainda, o Projeto de Musicalização, coordenado pelo Grupo de MPB, tem como objetivo oferecer gratuitamente a crianças e jovens entre sete e quatorze anos a oportunidade de conhecer os códigos da escrita musical através do Canto Coral.

No âmbito econômico, considera-se que a UFPR está localizada na mesorregião que concentra maior parcela do PIB do Estado – 45% em 2006. Além disso, a Universidade pretende, nos próximos anos, ampliar as parcerias com as instituições públicas e privadas, como também as cooperações firmadas nos setores primário, secundário e terciário.

4.3.3 Interação com a sociedade

O Relatório de Gestão UFPR 2012, respeitando a dimensão “comunicação com a sociedade” imposta pelo SINAES, destaca as seguintes interações com a sociedade: atendimento à população pelos Hospitais Universitários, inclusive veterinários; transferência de tecnologia e encubação de empresas para atender necessidades do setor produtivo; promoção de eventos culturais em Curitiba e interior do Estado, participação em iniciativas coletivas como o Plano Nacional da Educação e o Fórum da Verdade.

Outros canais para atendimento à comunidade foram mantidos, como o Núcleo de Práticas Jurídicas, o Centro de Educação Física e Desporto, o Museu de Arqueologia e Etnologia, o Museu de Ciências Naturais e as Bibliotecas Central e setoriais. A função cidadã mostrou-se, ainda, na execução de boas práticas ambientais, incluindo coleta, remoção e destinação de resíduos; na ampliação do acesso, observando as normativas federais para o regimento de cotas, nas interações com Prefeituras Municipais; na cessão de servidores para atender demandas de órgãos municipais, estaduais ou federais; e na publicidade de dados institucionais, inclusive planilhas mensais de execução financeira.

O Relatório de Gestão UFPR 2012 também apresenta os macroprocessos finalísticos com a indicação dos principais produtos e serviços que tais processos devem oferecer aos cidadãos-usuários ou clientes. Os macroprocessos finalísticos são divididos em quatro blocos distintos: no campo da promoção da educação, do ensino e do desenvolvimento tecnológico e da cultura; no campo da formação de profissionais, técnicos e cientistas; no campo da contribuição à solução dos problemas da comunidade; e no campo do desenvolvimento da pesquisa nas várias áreas do conhecimento.

A seguir serão apresentadas somente as ações desenvolvidas no campo da promoção da educação, do ensino e do desenvolvimento tecnológico e da cultura, em que é mencionado o Festival de Inverno da UFPR, objeto de estudo desta pesquisa. Vale ressaltar que o evento não é citado nos demais macroprocessos finalísticos.

No campo da promoção da educação, do ensino e do desenvolvimento tecnológico e da cultura, o Relatório de Gestão 2012 aponta que o Processo Seletivo

2012/2013 para ingresso nos Cursos de Graduação da UFPR ofereceu 6.559 vagas, das quais 529 para acesso pelo Sistema de Seleção Unificada do Ministério da Educação. Uma das preocupações da UFPR, segundo o mesmo documento, é a inclusão plena das pessoas portadoras de deficiência. O Setor Litoral também buscou a acessibilidade. O laboratório do Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Especiais fornece condições de acesso e permanência da comunidade acadêmica com tal carência. O Núcleo de Assessoria Pedagógica desenvolve programa em três eixos: integração Universidade-Sociedade na transformação das ações de ensino de inglês nas Educações Básica e Superior; a promoção de troca de saberes entre professores e pesquisadores universitários, licenciados e professores da Educação Básica; e a busca pela inter-relação entre os espaços institucionais de ensino de inglês e os diferentes olhares e saberes adotados pelos profissionais e futuros professores em cada espaço institucional. Dentre as formas de promoção da educação, do ensino e do desenvolvimento tecnológico estão também as Atividades de Extensão Universitária.

O desenvolvimento tecnológico, de acordo com o mesmo relatório, pôde ser observado em diferentes frentes acadêmicas e em rotinas de Ensino e Pesquisa. A Agência de Inovação, entre outras ações, apoiou a edição da obra Empreendedorismo e Inovação Sustentável nas Empresas de Tecnologia de Informação. A Agência integrou a Rede Paranaense de Incubadoras e Parques Tecnológicos e a Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos de Tecnologias Avançadas. A UFPR-TV possui 12 programas produzidos semanalmente e inseridos na grade de exibição. Todos os programas são exibidos em Curitiba, pelos canais 15 da NET e 71 da TVA, e pela Internet através do blog da TV (<www.tv.ufpr.br>). Neste endereço está disponível a programação em tempo real e o acesso gratuito aos mais de 1.500 programas produzidos pela UFPR, registrados desde 2010. Em 2012 a UFPR-TV interligou-se, com permuta de conteúdo, a 20 instituições pelo sistema Rede IFES (Institutos Federais de Ensino). A parceria com o Canal Saúde Fundação Oswaldo Cruz possibilita que nove programas sejam exibidos em rede nacional.

Em relação à Coordenadoria de Cultura e ao Museu de Arqueologia e Etnologia foram realizadas ações em Curitiba e em outros espaços da UFPR, como “Museu para todos – Ações Educativas e Inclusivas no MAE/UFPR”, “Ações Educativas do MAE em Paranaguá” e “Visitas Guiadas na Sala Didático-Expositiva

do MAE”. Houve também a exposição de painéis produzidos por crianças de escolas municipais, *performances* artísticas com instrumentos tradicionais africanos, e a exposição “Ver com as mãos” – com o Instituto dos Cegos do Paraná. O Festival de Inverno da UFPR, no mês de julho, criou um espaço alternativo ao estudo das artes. Foram ofertadas oficinas de artes plásticas e cênicas, música, dança, literatura, fotografia, educação especial e artesanato, além de espetáculos abrangendo teatro, dança e música.

De acordo com o Relatório de Atividades UFPR 2012, a contribuição do Festival de Inverno para o alcance dos objetivos estratégicos da UFPR, definidos no PDI 2012-2016, é o fortalecimento das ações artísticas e culturais na UFPR.

4.3.4 Pró-Reitoria de Extensão e Cultura

A Pró-Reitoria de Extensão e Cultura tem por objetivo desenvolver de forma integrada ações de extensão, cultura e desenvolvimento social articulando Ensino, Pesquisa e Extensão de maneira inter e multidisciplinar. Isto acontece através da reflexão e discussão sobre o espaço social e os atores nele envolvidos, privilegiando atuações conjuntas com as administrações públicas e a sociedade civil, buscando o desenvolvimento sustentável e a transformação social com foco nos direitos fundamentais e no exercício da cidadania. “[...] a comunidade da UFPR tem como princípio inegociável a Universidade pública, gratuita, com mais qualidade e mais compromisso social” (MOREIRA, 2002, p. 13). Ou seja, a Universidade procura agir de forma compromissada com as demandas e anseios da comunidade paranaense.

A PROEC (Pró-Reitoria de Extensão e Cultura) é responsável pela promoção e difusão de iniciativas culturais e artísticas, e pela orientação e definição de políticas relativas à Extensão Universitária. Além das Coordenadorias de Extensão e de Cultura, a PROEC também responde pela Editora da UFPR e pelo Museu de Arqueologia e Etnologia.

4.3.5 Coordenadoria de Cultura

Visando a produção, promoção e difusão da arte e da cultura dentro e fora do ambiente universitário, a Coordenadoria de Cultura é responsável por três espaços culturais: MUSA – Museu de Arte da UFPR, Teatro da Reitoria e TEUNI – Teatro Experimental da UFPR; e também por seis grupos artísticos: Coro, Madrigal, Orquestra Filarmônica, Grupo de MPB, Têssera Companhia de Dança e Companhia de Teatro Palavração. Além disso, responde pelo Curso de Dança Moderna, projeto social vinculado à Têssera Companhia de Dança universitário; e pelo Festival de Inverno, evento realizado anualmente em Antonina.

Os grupos apresentam anualmente duas temporadas oficiais de espetáculos nos espaços culturais da UFPR. São eventos gratuitos direcionados a um público heterogêneo. Além das temporadas oficiais, os Grupos Artísticos também se apresentam em diversos lugares dentro e fora da UFPR, sempre assumindo a função de pesquisa e difusão artística. A participação nos Grupos Artísticos da UFPR é aberta a alunos, servidores técnico-administrativos, professores e pessoas da comunidade externa, uma possibilidade democrática na experiência com as linguagens artísticas, independente do vínculo com a Universidade.

4.3.6 Festival de Inverno da UFPR

O Festival de Inverno da UFPR é um evento artístico-cultural promovido pela Universidade Federal do Paraná em parceria com a Prefeitura Municipal de Antonina. Anualmente, o projeto cultural é encaminhado ao Ministério da Cultura (Minc)¹⁷ para aprovação por meio da Lei Rouanet, viabilizando, assim, a captação de recursos e a realização do evento.

Para descrever o Festival de Inverno é preciso, antes de tudo, recuperar a ideia de universidade, partindo do princípio que é fundamental o envolvimento com o social. Além do ensino, as instituições públicas de ensino superior têm como

¹⁷ O Ministério da Cultura apoia projetos culturais por meio das Leis e também por editais para projetos específicos, lançados periodicamente. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br>>.

propósito encontrar soluções para os problemas da sociedade. O conhecimento produzido internamente não pode estar desvinculado das demandas sociais. Ou seja, a universidade tem um importante papel a desempenhar no tecido social: desenvolver conhecimentos que melhorem a qualidade de vida das pessoas.

É nesse viés, que com 23 edições ininterruptas o Festival de Inverno da UFPR, realizado na cidade litorânea de Antonina¹⁸, propicia desde a sua primeira edição, em 1991, a abertura de um espaço alternativo de aprendizagem, prática, reflexão crítica, apreciação e produção artístico-cultural, numa articulação entre Ensino, Pesquisa e Extensão. Planejado para ocorrer durante oito dias de férias escolares, o Festival é uma oportunidade de formação complementar para estudantes, professores e artistas, bem como para a comunidade em geral. O evento busca formas diferenciadas de socializar o conhecimento artístico em ambientes diferentes do acadêmico-formal, integrando os mais variados segmentos da sociedade.

É importante ressaltar que o fato do evento ser realizado em Antonina não inibe a participação dos alunos da UFPR. O Festival de Inverno faz parte oficialmente do calendário escolar aprovado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE). Todos os anos, alunos dos mais diferentes cursos se mobilizam para aderir ao evento.

Eduardo Nascimento (2002), ex-professor da UFPR e um dos idealizadores do evento, esclarece que o Festival de Inverno da UFPR nasceu com o propósito de ser contínuo, e para que isso ocorresse foi necessário um misto de sensibilidade, conhecimento, determinação, respeito, responsabilidade e vontade de continuar o projeto.

Idealizado a partir de experiências anteriores similares, em especial do Festival de Inverno da UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais, o Festival de Inverno da UFPR surgiu do ideal de transportar a Universidade para outra realidade, mas com a constante preocupação de que a cidade anfitriã não se transformasse em simples palco para os acontecimentos culturais. Dessa forma, o projeto, desde o

¹⁸ Fundada em 12 de setembro de 1714, Antonina está localizada a 90 km da cidade de Curitiba e é um dos municípios mais antigos do Paraná. Com uma população de aproximadamente 19.500 habitantes e área territorial de 882.317 km², a cidade preserva um importante ambiente de manguezais da Mata Atlântica. Além da beleza natural de suas paisagens, Antonina possui no seu calçamento de pedras, nas suas ruínas e na sua arquitetura, histórias que enriquecem seu patrimônio. O município oferece diversos atrativos turísticos e realiza o carnaval de rua mais tradicional do Estado. Fontes: <<http://cidades.ibge.gov.br>> e <<http://portalantonina.com>>.

início, foi concebido de modo a envolver e integrar totalmente a comunidade de Antonina.

O Reitor da Universidade Federal do Paraná, no período de 1990 a 1994, Carlos Alberto Faraco (*apud* NASCIMENTO, 2002), afirma que:

O Festival de Inverno, em particular, tem sido concebido não como um evento que reduz a cidade histórica de Antonina a um mero cenário histórico, mas como um trabalho de estímulo permanente às próprias manifestações artísticas da população local. Busca-se no Festival, com seus espetáculos artísticos, mini-cursos, oficinas e projetos especiais, uma interação entre demandas, expectativas e experiências da população local e o fazer cultural da Universidade. Ampliam-se para todos as oportunidades de aprendizagem e aperfeiçoamento, concretizando a extensão universitária como uma efetiva ação de dupla via (p.34).

Na mesma direção, Maria José Justino (Pró-Reitora de Extensão e Cultura da UFPR na gestão 1998-2002, responsável pela implantação do Museu de Arte do Paraná em Curitiba no ano de 1987, e do MUSA – Museu de Artes da UFPR – em abril de 2002), comentou:

É necessário motivar os jovens – e o Festival de Inverno é um espaço privilegiado para isso – ao contato com a cultura nas suas diferentes manifestações. É preciso despertar a sensibilidade, os valores éticos e estéticos para a formação, para a modelação do homem integral, como ensinaram os gregos. [...] Atendendo solicitações da sociedade pelo viés da arte, possibilita o acesso às formas artísticas tanto aquele que faz, que constrói, como aquele que frui, que participa da arte enquanto consumidor, contemplador (JUSTINO, 2002, p. 12 e 15).

Justino (2002) ainda diz que o Festival de Inverno, ao se constituir como um programa de extensão, passou a ser um sensor das necessidades comunitárias e demandas provenientes de uma conjuntura cultural específica. Nesse sentido, Rafael Pacheco¹⁹ (2010, p. 02), Coordenador de Espetáculos do 20.º Festival de Inverno da UFPR, destaca a fidelidade que o Festival manteve ao longo desses anos, que é o de contribuir com a formação dos antoninenses: “[...] aqui você tem oficinas e espetáculos que são voltados para a cidade”, conclui. Uma das preocupações da comissão organizadora, diz ele, é justamente essa. “O Festival flutua conforme a necessidade da cidade”, garante Pacheco (2010, p. 02), citando

¹⁹ Entrevista concedida ao **CARANGUEJO** – Jornal Diário do Festival de Inverno da UFPR. **A gente precisa de uma grana legal. Só.** Ano 13, n. 03, 2010.

também oficinas realizadas em anos anteriores, como as de cerâmica e de turismo que capacitaram o público local para trazer dividendos à cidade.

Para Dulce Osinski (2002), a preocupação por parte dos idealizadores e organizadores do Festival com o resgate do fazer artístico e do universo histórico local, assim como com o artesanato de toda a região litorânea, tem apresentado resultados concretos que refletem diretamente na melhoria da qualidade do ensino de arte, das peças artesanais produzidas pela comunidade e no estímulo à expressão múltipla da arte num contexto de interdisciplinaridade.

Justino (2002) completa afirmando que o evento tornou-se, no decorrer dos anos, um lugar de provocação da criação, do acontecer da arte, lugar em que fazer e prazer, trabalho e lúdico caminham juntos. É um espaço por meio do qual a Universidade abre suas portas à comunidade, levando aprendizado, ampliando o conhecimento, trocando experiências e emoções. Para Mulinari²⁰ (2011), Vice-Reitor da Universidade Federal do Paraná, gestão 2009-2012 e gestão 2013-2016, “[...] o Festival de Inverno da UFPR é o maior evento de extensão da UFPR, que aproxima o saber acadêmico da cultura popular”.

Zaki Akel Sobrinho²¹ (2012), Reitor da Universidade Federal do Paraná, gestão 2009-2012 e gestão 2013-2016, explica que mais que ensinamentos através das oficinas nas mais diversas representações da arte, ou espetáculos gratuitos nas mais diferentes formas de expressão, o Festival de Inverno tem cumprido seu papel de formador de gerações produtoras e críticas de arte, de plateias que sabem apreciar e comentar uma apresentação, de crianças e adultos de todas as idades que aprendem e ensinam, disseminando a cultura que a UFPR leva a Antonina.

Pode-se dizer que, nos últimos anos, o Festival cresceu em conceito e reconhecimento, firmando-se como um evento formador e transformador que possibilita o intercâmbio entre os saberes popular e acadêmico, oferecendo para toda a comunidade de Antonina a oportunidade de experimentar o fazer artístico. “O objetivo era tornar a cultura acessível a todas as pessoas, independente de classe social, raça, credo. Simplesmente, tornar a cultura acessível. E esse objetivo se

²⁰ Entrevista concedida ao Jornal **Gazeta do Povo**. Caderno Vida na Universidade. BELO, C. G. **Festival de Inverno da UFPR agita Antonina**. Publicado no dia 18/07/2011.

²¹ Depoimento publicado no *site* do 22.º Festival de Inverno da UFPR: <www.ufpr.br/proec/festival2012>.

mantém até hoje”, declara Lucia Maria Bueno Mion (2010, p. 05)²², Coordenadora Geral do 20.º Festival de Inverno da UFPR.

Essa forma democrática de abordar a arte e a cultura só é possível porque a programação do evento conta com oficinas infantis, de iniciação, aprimoramento, educação especial e educação e arte, sem falar da programação gratuita de espetáculos, essencial para ampliar o repertório e dar subsídio à criação artística. Segundo Eduardo Nascimento (2010, p. 02)²³, “[...] os participantes do festival, principalmente os ministrantes, oferecem para a cidade um legado intelectual imensurável e único e que jamais se repetirá”.

A cidade abraçou o Festival. Ele é um pólo cultural para pensar a própria prática da universidade. E nós vimos ao longo destes anos oficinas muito ricas para a comunidade, oficinas de artesanato, de elementos da música, de elementos da tradição do carnaval. Antonina ganha e ganha muito. E a universidade também. Ela cumpre seu papel de trazer para a comunidade esta troca, esta vivência, esta relação de cultura. Isto enriquece e transforma as pessoas. A cidade não se transformou, mas as pessoas da cidade passaram por esta transformação pessoal (MANZO, 2008, p. 04²⁴).

De acordo com Sueli Nunes Alves Nascimento²⁵ (2009), Diretora da APAE de Antonina, desde que o Festival de Inverno iniciou, são realizadas atividades que envolvem pessoas portadoras de necessidades especiais. Em sua avaliação, o aspecto mais importante do projeto refere-se à interação social que é proporcionada às crianças, ampliando seu círculo de convivência.

O Festival de Inverno é um importante exemplo a ser seguido, não apenas pela magnitude de sua realização, mas pela amplitude de suas ações. Perpetuar essa vivência e deixá-la à disposição, como exemplo e para consulta, é uma parte importante do trabalho que uma comunidade acadêmica envolvida e ciente de suas responsabilidades pode fazer (MOREIRA, 2008, p. 09).

As instituições de educação superior devem atuar ultrapassando os limites físicos impostos pelo ensino formal. Devem não só contribuir para o avanço do

²² Entrevista concedida ao **CARANGUEJO** – Jornal Diário do Festival de Inverno da UFPR. **Da Universidade para às ruas**. Ano 13, n. 06, 2010.

²³ Entrevista concedida ao **CARANGUEJO** – Jornal Diário do Festival de Inverno da UFPR. **Reinventar o Festival**. Ano 13, n. 02, 2010.

²⁴ Entrevista concedida ao **CARANGUEJO** – Jornal Diário do Festival de Inverno da UFPR. **Ser ministrante é divino**. Ano X, n. 02, 2008.

²⁵ Depoimento concedido ao **CARANGUEJO** – Jornal Diário do Festival de Inverno da UFPR. **Iguais na diferença**. Ano XI, n. 02, 2009.

conhecimento, mas suas atividades de pesquisa devem contemplar também a solução de problemas e de demandas da comunidade em que está inserida.

O que se pode observar é que em um país em que iniciativas culturais costumam ter dificuldades para se manter, o Festival de Inverno da UFPR é um exemplo de ação cultural e social. O evento busca proporcionar, desde 1991, ininterruptamente, uma política artística de qualidade, privilegiando além do crescimento da economia, a promoção da qualidade de vida.

4.3.6.1 Festival de Inverno da UFPR em imagens

a) Oficinas



Crédito: Marcos Solivan



Crédito: Acervo de imagens PROEC/UFPR



Crédito: Douglas Fróis



Crédito: Acervo de imagens PROEC/UFPR



Crédito: Marcos Solivan



Crédito: Marcos Solivan



Crédito: Marcos Solivan



Crédito: Acervo de imagens PROEC/UFPR



Crédito: Marcos Solivan



Crédito: Douglas Fróis

b) Espetáculos



Crédito: Douglas Fróis



Crédito: Manuela Salazar



Crédito: Acervo de imagens PROEC/UFPR



Crédito: Acervo de imagens PROEC/UFPR



Crédito: Manuela Salazar



Crédito: Douglas Fróis

c) Atividades na praça central



Crédito: Acervo de imagens PROEC/UFPR



Crédito: Manuela Salazar



Crédito: Marcos Solivan



Crédito: Manuela Salazar

5 QUESTÕES EM ANÁLISE: A FASE DA INTERPRETAÇÃO/REINTERPRETAÇÃO

Este capítulo descreve como as técnicas de pesquisa foram aplicadas no desenvolvimento deste estudo e sintetiza as respostas obtidas nas pesquisas exploratórias e nas entrevistas com os grupos focais. Também detalha aspectos do Festival de Inverno, com o objetivo de trazer situações específicas a fim de sustentar as argumentações e as relações identificadas entre a teoria e a pesquisa empírica e, por fim, apresenta o resultado final das análises fundamentadas na fase de interpretação e reinterpretação proposta por Thompson (1995).

5.1 APLICAÇÃO E RESULTADOS DAS TÉCNICAS DE PESQUISA

5.1.1 Pesquisa exploratória – Julho 2012

A primeira pesquisa exploratória foi aplicada durante a realização do 22.º Festival de Inverno da UFPR, no período de 7 a 14 de julho, em Antonina. Para esta pesquisa foi selecionada uma amostra aleatória da população residente em Antonina com idade entre 15 e 18 anos, composta por 78 (setenta e oito) jovens.

É importante salientar que a escolha desse segmento para a aplicação do questionário justifica-se por entender que a programação do Festival de Inverno da UFPR proporciona diferentes oportunidades para essa faixa etária, como assistir gratuitamente aos espetáculos; participar das oficinas formativas em categorias distintas: adulto, aprimoramento, arte educação e educação especial; integrar a equipe de produção atuando na infraestrutura do evento ou nas atividades desenvolvidas no Espaço Diversão e Inclusão, realizadas na Praça Coronel Macedo – fruto de uma parceria entre a Universidade Federal do Paraná e o Centro Estadual de Educação Profissional Brasília Machado; e ainda, a possibilidade de emprego devido ao grande movimento na cidade durante o período.

A técnica utilizada foi o questionário semiestruturado (Apêndice I) composto

de perguntas fechadas e abertas. Os questionários foram aplicados para sondar a percepção do público jovem da cidade sobre a realização do Festival de Inverno da UFPR e para auxiliar na formulação da questão de pesquisa e dos objetivos deste estudo.

5.1.1.1 Interpretação dos dados obtidos – Pesquisa exploratória Julho 2012

A partir da amostra total pode-se concluir que 100% dos respondentes conhecem o Festival de Inverno da UFPR, sendo que 84,6%, além de conhecer o evento há quatro anos ou mais, já participaram de alguma atividade da sua programação; 91% dos jovens revelaram que conhecem três ou mais pessoas que tenham participado das atividades oferecidas pelo evento. O resultado indica o grau de envolvimento das pessoas com o Festival de Inverno da UFPR.

Em relação aos benefícios gerados, 98,7% dos questionários analisados apontaram que o Festival de Inverno da UFPR gera benefícios para a comunidade de Antonina. Por ordem de importância, de acordo com a pesquisa, as áreas mais beneficiadas são: cultural, turística, social e comercial.

Do total da amostra, 88,4% das pessoas pesquisadas entendem que o Festival de Inverno da UFPR pode ser considerado uma ação de responsabilidade social praticada pela UFPR. Este entendimento decorre da análise realizada nas justificativas extraídas dos questionários: “incentiva a cultura”, “gera conhecimento” e “pela interação UFPR e Antonina”. Esta última reforça que o Festival de Inverno é uma ação de comunicação da UFPR.

E, ainda, 94,8% acreditam que a continuidade do evento é importante para a comunidade de Antonina por vários aspectos, conforme indicam os questionários: “pelo fator cultural”, “porque gera conhecimento”, “pelo fator turístico” e “pelo fator econômico”.

O resultado desta pesquisa revelou que a amostra pesquisada considera a realização do Festival de Inverno da UFPR importante para a comunidade antoninense, pois percebe que não se trata apenas de um evento artístico e cultural, mas sim, de uma atividade que modifica a rotina da cidade trazendo benefícios a todos, revelando o papel social do evento.



5.1.2 Pesquisa exploratória – Julho 2013

Para responder a questão da pesquisa com mais propriedade, em 2013, durante a realização do 23.º Festival de Inverno da UFPR, de 13 a 20 de julho, foi realizada nova pesquisa exploratória entre os moradores de Antonina, com a aplicação de 216 (duzentos e dezesseis) questionários semiestruturados (Apêndice III). O tamanho da amostra estatística foi determinado pelo Laboratório de Estatística Aplicada da UFPR – LEA (Anexo I). Esta se diferencia da pesquisa anterior por atingir um público mais abrangente, 216 (duzentos e dezesseis) pesquisados, e por não restringir faixa etária.

5.1.2.1 Interpretação dos dados obtidos – Pesquisa exploratória Julho 2013

Do total dos respondentes, 59,2% são do sexo feminino e 37,9% do sexo masculino. Em relação à idade, 32,4 % das pessoas estão na faixa entre 15 e 25 anos. Quanto à escolaridade da amostra, os números mais significativos revelam que 29,1% possuem Ensino Médio Completo, enquanto 21,2% têm Ensino Médio Incompleto.

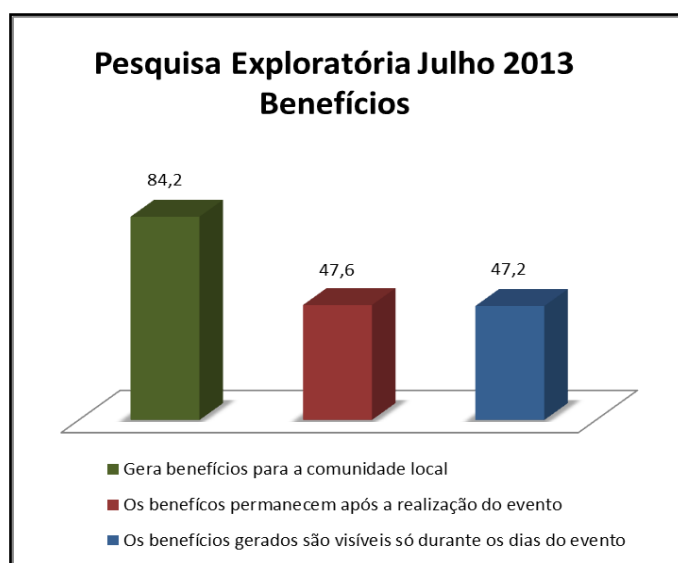
Quando abordadas questões específicas sobre o Festival de Inverno da UFPR, 215 (duzentas e quinze) pessoas assinalaram conhecer o evento, ou seja, 99,5%. Deste total, 90,7% afirmaram que conhecem o evento há quatro anos ou mais. Ao serem solicitados a definir se o Festival de Inverno é uma atividade de extensão universitária, um evento cultural ou uma ação de responsabilidade social, o resultado foi o seguinte: 83,3% defendem que o Festival de Inverno é um evento cultural, 38,8% responderam que é uma atividade de extensão universitária e 37,9% definiram como uma ação de responsabilidade social. É importante ressaltar que nesta questão os entrevistados podiam assinalar mais de uma opção.



Em relação à participação das pessoas questionadas, 84,2% afirmaram que já participaram de alguma atividade da programação do evento, sendo: 66,2% das oficinas, 29,1% das atividades realizadas na praça central da cidade, 26,3% participaram como integrante de grupo artístico, se apresentando nos espaços destinados aos espetáculos e 50,4% participaram como espectador. Aqui também era possível marcar mais de uma alternativa.



Tratando-se dos benefícios gerados pelo evento, 84,2% consideram que a realização do Festival de Inverno gera benefícios para a cidade, contribuindo para o desenvolvimento de Antonina. Entretanto, quando questionados se os benefícios permanecem na cidade ou são visíveis só no período da realização do evento, as opiniões ficaram bem divididas: 47,6% acreditam que os benefícios permanecem após a realização do evento e 47,2% defendem que os benefícios gerados são visíveis só durante os oito dias em que ocorre o evento. Por ordem de importância, de acordo com a pesquisa, as áreas mais beneficiadas são: em primeiro lugar, cultural; em segundo lugar, social e turística; e, por último, comercial.



O resultado da pesquisa também revelou que 82,4% consideram o Festival de Inverno acessível a toda população de Antonina e as justificativas mais citadas, de acordo com os questionários, são: programação sem distinção de classes econômica, social e cultural; programação para todas as idades e portadores de necessidades especiais; programação gratuita; oportunidade de cultura e conhecimentos e oportunidade aos cidadãos e ao município (lazer, turismo, comércio). Em contrapartida, 15,2% responderam que o evento não é acessível à comunidade, pois falta transporte para a população rural e bairros distantes, algumas oficinas não são gratuitas e é preciso realizar atividades nos bairros distantes da cidade.



Finalmente, 96,2% dos entrevistados afirmaram que a continuidade do evento é importante para a cidade porque promove o turismo e divulga a cidade, estimula o desenvolvimento econômico, proporciona benefícios sociais para a população, incentiva o desenvolvimento cultural e é muito importante para a cidade.

5.1.3 Grupo focal

Com o objetivo de imprimir um caráter mais qualitativo à pesquisa foram realizados em dezembro de 2013 dois grupos focais com os moradores de Antonina,

pois, conforme explica Costa (2010, p. 180), o “Grupo Focal, quando bem orientado, permite a reflexão sobre o essencial, o sentido dos valores, dos princípios e motivações que regem os julgamentos e percepções das pessoas”. E ainda, de acordo com a mesma autora, o grupo focal é uma técnica com grande potencial para complementar as pesquisas quantitativas, pois gera uma variedade de informações extremamente ricas e significativas para a pesquisa.

Morgan (*apud* COSTA, 2010) diz que o uso do grupo focal é indicado quando se pretende ouvir as pessoas, quando se quer aprofundar o conhecimento e explorar temas de interesse em que a troca de impressões agrega valor ao produto final. Trata-se de uma espécie de entrevista coletiva que busca compreender uma situação e identificar tendências. Neste caso, tem como objetivo perceber aspectos que evidenciem a interação com a comunidade e o compromisso social da Universidade Federal do Paraná.

5.1.3.1 Grupos focais – Antonina

Para este estudo foram realizados dois grupos focais na cidade de Antonina com a finalidade de ouvir as impressões dos moradores da cidade sobre a realização do Festival de Inverno da UFPR, tendo como objetivo específico entender se o evento é percebido pela comunidade local como uma ação de responsabilidade social. Os encontros foram realizados no dia 5 de dezembro de 2013, na antessala do Teatro Municipal da cidade de Antonina. As entrevistas foram realizadas em duas sessões, sendo uma pela manhã e outra à tarde, com duração aproximada de 60 minutos. As reuniões foram gravadas e depois transcritas na íntegra. Para condução das entrevistas, foram voluntárias: Patricia Salles Carvalho como moderadora e Beatriz Kopp Gonçalves como documentadora.

Na primeira reunião, realizada pela manhã, participaram 10 (dez) moradores de Antonina, sendo: 3 (três) proprietários de restaurantes, 2 (dois) proprietários de pousadas, 1 (uma) professora, 1 (um) músico, 2 (dois) representantes de associação de moradores, 1 (um) diretor de turismo.

Na segunda reunião, realizada à tarde, participaram 6 (seis) moradores de Antonina, sendo: 4 (quatro) funcionários da Secretaria de Cultura de Antonina, 1

(um) professor aposentado e artesão, 1 (um) presidente de escola de samba de Antonina.

Os encontros iniciaram-se com a explanação do objetivo das entrevistas, esclarecendo que se tratava de uma dissertação de mestrado, cujo objeto de pesquisa é o Festival de Inverno. Na conversa inicial foram esclarecidas as dúvidas, foram informados os procedimentos e, acima de tudo, procurou-se criar um clima descontraído para deixar os participantes à vontade para manifestar livremente as suas impressões sobre os assuntos abordados.

Após as assinaturas das autorizações para uso das informações e a concordância da gravação das entrevistas, iniciou-se a fase das perguntas, previamente selecionadas na fase de planejamento do Grupo Focal.

Um aspecto que vale a pena destacar foi a observação do debate entre os próprios participantes, claramente trocando as suas experiências e impressões sobre o Festival de Inverno da UFPR, através da exposição do significado individual ou da classe que ali estavam representando. Foi um momento de grande interação. Assim, a realização do Grupo Focal correspondeu ao objetivo proposto de ouvir e compreender as impressões dos moradores da cidade sobre a realização do Festival de Inverno da UFPR.

5.1.3.2 Análise dos grupos focais

As reuniões transcorreram num clima informal e espontâneo. Muitas vezes o assunto foi desviado para troca de opiniões entre os participantes e equalização das suas informações, uma vez que eram de diferentes segmentos da sociedade. Os participantes comentaram que este encontro foi uma oportunidade: “Então, assim, o que está faltando é a universidade estar abrindo a possibilidade de a gente criar uma discussão que a gente está tendo a liberdade em função do convite da (Patrícia) e discutir coisas internas nossas aqui”.

As perguntas foram realizadas para dar um direcionamento mínimo e para manter o objetivo da reunião com vistas à questão da pesquisa e, principalmente, para estimular o debate espontâneo e a manifestação das impressões dos participantes com relação ao Festival de Inverno da UFPR. As reuniões foram

gravadas (Apêndice VI), com a autorização dos participantes (Anexo II), e depois foram integralmente transcritas.

Dentre os assuntos abordados, as principais impressões sobre o Festival de Inverno da UFPR extraídas das reuniões seguem abaixo.

a) Conhecimento do Festival de Inverno da UFPR

O Festival de Inverno da UFPR é conhecido por todos os participantes dos dois grupos. Alguns participam das edições do evento desde criança: “[...] eu cresci aqui, eu tinha sete anos quando o festival veio para cá, eu fiz todas as oficinas que eu podia, fui para fora, estudei, retornei”.

Observa-se que há dificuldade em dissociar o Festival de Inverno da UFPR da cidade de Antonina, como se pode observar no depoimento: “Eu não consigo ver (Antonina) sem festival”. O Festival de Inverno da UFPR é tratado como um patrimônio da cidade, e muitas vezes é chamado de Festival de Inverno “de Antonina”, fazendo parte da própria identidade da comunidade.

Por outro lado, os participantes têm um sentimento de que o Festival de Inverno tem decaído ao longo dos anos, e percebe-se que há um temor que seja descontinuado de acordo com os comentários a seguir: “[...] caiu bastante o nível [...]”; “Então se o festival não está decaindo, também não está crescendo”; “[...] oficinas maravilhosas não fecham mais, as filas gigantescas onde tinha inscrição, não existem mais, então, assim, realmente tem que ser repensado”; “[...] agora nós estamos assim meio nas nuvens porque a gente já teve medo de vocês (UFPR) saírem. A gente já teve medo, pelo amor de deus [...]”.

Os participantes também reconhecem a importância do Festival de Inverno – e sugerem melhorias –, principalmente como um instrumento de ações de desenvolvimento social e divulgação do turismo em Antonina, como se pode observar: “Então assim, hoje o festival, ele é fundamental, o que pode ser feito, talvez ajustes né, para que ele dê, que ele consiga colher os frutos. Que ele planta, ele planta, mas em um determinado momento, quando ele plantou, ele vai embora [...]”. E ainda: “[...] eu acredito que o Festival de Inverno não só vai acontecer, como poderá ser um dos melhores, e permanecer, como é o que a gente precisa”.

Quanto à perspectiva do turismo, veem o evento como um meio de divulgação da cidade de Antonina e oportunidade para atrair turistas:

[...] aproveitando que vem um volume muito grande de pessoas e ficam oito dias na cidade, é sentar, por exemplo, com a secretaria de turismo [...], o que, que a gente pode fazer de ação para que a gente consiga atingir 50% da população que está aqui, que eles possam ser potenciais turistas para a cidade.

Também foram citados os benefícios que o Festival de Inverno traz para o comércio da cidade durante a realização do evento. Além disso, observa-se, ainda, que a UFPR é vista como uma parceira, referência inclusive para intermediar interesses da comunidade junto a outras instituições.

b) Oficinas como ponto principal da discussão

As oficinas oferecidas pelo Festival de Inverno são muito valorizadas, como pode ser observado na afirmação: “Então, assim, as oficinas são de extrema qualidade. O que eu acho é que, assim, se um antoninense, um só, fizer uma oficina, já vai dar um resultado maravilhoso para a cidade”.

As oficinas configuraram-se no ponto central da discussão. Foram citadas várias oficinas realizadas pelo Festival de Inverno ao longo dos anos, com exemplos de grande sucesso, como a oficina de Coral infantil, “minha filha participava” e “Eu fui, eu acho que eu tenho uns quatro ou cinco diplomas parece”; e também a oficina de Hip Hop.

Outras oficinas bastante destacadas foram as direcionadas aos músicos da Filarmônica Antoninense e aos carnavalescos. Os resultados destas oficinas são aplicados na prática e são internalizados pela comunidade sob a forma de aperfeiçoamento técnico na execução das obras pela Filarmônica Antoninense, na confecção das alegorias e nas técnicas de percussão para o desempenho da bateria das escolas de samba de Antonina, que têm muita importância para a cidade.

A oficina de gastronomia do último evento também trouxe a oportunidade de um dos participantes cozinhar no quinto melhor restaurante do mundo, segundo declaração do próprio participante. E ainda foram lembradas as oficinas para os professores da APAE, que utilizam o material e os conhecimentos adquiridos durante o ano todo para ministrar as aulas; e também foi ressaltada a importância das oficinas infantis na formação das crianças e na ampliação das perspectivas, colaborando inclusive para a orientação profissional.

Parte dos representantes questiona a cobrança das oficinas de adultos,

embora haja isenção para diversas categorias; outra parte dos representantes defende ainda que esta taxa deve ser vista como um investimento para a formação profissional.

c) Envolvimento com a comunidade

Observa-se que os participantes dos grupos possuem um envolvimento ativo com a comunidade, demonstrando interesse em contribuir para o desenvolvimento socioeconômico da população.

Reconhecem os benefícios que o Festival de Inverno da UFPR traz à população e buscam alternativas para envolvê-la ainda mais nas ações desenvolvidas pelo evento, sugerindo um trabalho com os professores e alunos para que eles se transformem em mobilizadores junto às suas famílias. Os participantes acreditam que é importante estimular a participação dos professores como agentes de formação das crianças.

Reforçando o envolvimento do Festival de Inverno com a comunidade, foram citadas as reuniões que a UFPR iniciou no final de 2013 para as quais foram convidadas todas as associações de moradores de Antonina. Esta iniciativa foi valorizada pelos participantes não só por identificar interesses, mas também buscar ideias junto à população antecipadamente à realização do próximo evento de 2014. Percebe-se que desejam participar e contribuir com a realização do Festival de Inverno e para isto estão abertos e colocam à disposição o seu conhecimento da comunidade e as parcerias com as escolas municipal e estadual.

Em vários momentos das reuniões, os participantes manifestaram expressão de reconhecimento do Festival de Inverno da UFPR como uma ação de responsabilidade social. Observa-se também que o evento contribui ainda para a valorização da cultura local e autoestima dos cidadãos.

Assim, o Festival de Inverno é visto pelos participantes do grupo focal como uma grande oportunidade, um potencial que pode ser explorado ainda mais para contribuir com mudanças significativas na comunidade. Eles não só identificam os benefícios do Festival de Inverno, como manifestam o desejo de estendê-los às comunidades mais carentes, em especial para a área rural.

d) Outras observações

Os participantes observam que com maior envolvimento do poder público local, seria possível dar continuidade e estimular durante o ano todo as ações realizadas durante o Festival de Inverno da UFPR, gerando maior desenvolvimento e efetividade na mudança da realidade da comunidade.

Sugerem, ainda, que os artistas locais continuem sendo valorizados e que, inclusive, como em alguns anos, algumas oficinas sejam ministradas por residentes locais.

Acreditam que falta mais divulgação do evento, inclusive ações de divulgação para a própria comunidade entender a importância das atividades do Festival de Inverno. Propõem, como forma de incentivo à participação dos empresários locais, identificar e divulgar os parceiros locais do evento, dando crédito aos apoiadores.

Uma parceria com a Secretaria de Educação também foi sugerida com o objetivo de engajar os professores para transmitir às crianças e aos jovens, durante o ano letivo, os conhecimentos e as experiências adquiridas no Festival de Inverno. E, ainda, fazer divulgação do Festival de Inverno nas escolas com o objetivo de incentivar cada vez mais a participação das crianças no evento.

5.2 INTERPRETAÇÃO/REINTERPRETAÇÃO: O FESTIVAL DE INVERNO DA UFPR SOB NOVA PERSPECTIVA

Conforme exposto no capítulo anterior, o processo de interpretação/reinterpretação sustentado por Thompson (1995) é facilitado pela análise sócio-histórica e pela análise formal ou discursiva. A importância desta inter-relação está justamente no fato de que as formas simbólicas não se encontram soltas, dispersas, mas inseridas em contextos sócio-históricos específicos, nos quais, e por meio dos quais, são produzidas, transmitidas e recebidas. A interpretação pode ser obtida a partir da análise sócio-histórica, como também sobre os resultados da análise formal ou discursiva que, como coloca Thompson (1995, p. 375), “[...] quebram, dividem, desconstroem, procuram desvelar os padrões e efeitos

que constituem e que operam dentro de uma forma simbólica ou discursiva”. Assim, a fase de interpretação/reinterpretação nesta pesquisa é feita a partir do contexto sócio-histórico, apresentado no capítulo 4, dos questionários aplicados à população de Antonina e da observação dos depoimentos das pessoas que participaram dos grupos focais. Para compreender o pensamento refletido nos depoimentos e declarações dos participantes, optou-se pela técnica da análise de conteúdo, definida por Bardin (2010) como:

[...] conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (p.44).

A técnica descrita por Bardin (2010) divide-se em pré-análise, exploração dos resultados e interpretação. Na pré-análise, foram selecionadas três categorias temáticas: Comunicação e Interação; Cidadania e Democracia; e Responsabilidade Social e *Accountability*. Após a seleção destes temas passou-se então para a análise, que foi realizada com base no levantamento sócio-histórico, nos dados coletados nos questionários aplicados e nos depoimentos obtidos nos grupos focais. A análise de conteúdo permitiu uma compreensão quantitativa e qualitativa, que associada ao referencial teórico possibilitou uma reinterpretação do evento, conforme apresentado a seguir.

a) Comunicação e Interação

O Relatório de Gestão UFPR 2012, conforme a dimensão “comunicação com a sociedade” imposta pelo SINAES, destaca entre as interações com a sociedade a promoção de eventos culturais em Curitiba e interior do Estado. O Festival de Inverno está inserido dentro desta ação, o que demonstra que a Universidade interpreta o evento como uma ação de comunicação com a sociedade. Recorrendo à análise sócio-histórica do objeto de pesquisa, identifica-se que o evento propicia a abertura de um espaço alternativo de aprendizagem, prática, reflexão crítica, apreciação e produção artístico-cultural, numa articulação entre Ensino, Pesquisa e Extensão. O Festival de Inverno também busca formas diferenciadas de socializar o conhecimento artístico em ambientes diferentes do

acadêmico-formal, integrando os mais variados segmentos da sociedade.

Assim, pode-se verificar que a análise sócio-histórica converge para o conceito de comunicação apresentado por Rüdiger (2011), que considera a comunicação um mecanismo de coordenação da interação social. Dessa forma, o processo comunicacional não pode ser reduzido à pura transmissão de experiências, pois vai muito além. A comunicação é considerada um processo pelo qual as pessoas têm uma experiência comum da realidade e pelo qual estabelecem seu mundo como coletividade, ainda de acordo com o autor. Quando o Festival de Inverno oferece aos indivíduos experiências culturais e cognitivas através da realização dos espetáculos, das oficinas e das atividades na praça, proporciona também um espaço de compartilhamento de ideias e de troca de experiências entre a própria comunidade, confirmando-se como uma ação de comunicação, conforme o pensamento de Wolton (2004, p. 57), quando diz que a comunicação remete à ideia de comunhão, de partilha: “[...] a comunicação sempre será a busca do outro e o desejo de compartilhar”.

Segundo a análise sócio-histórica, a realização do Festival de Inverno é promovida pela Universidade Federal do Paraná em parceria com a Prefeitura Municipal de Antonina, através de um projeto cultural aprovado por meio da Lei Rouanet, que permite a captação de recursos junto às instituições. No entanto, cabe à UFPR exercer o papel de articuladora junto ao poder executivo local e potenciais patrocinadores do evento. A atuação no sentido de mobilizar essas instituições e convergir interesses para possibilitar a realização do evento pode ser interpretada como uma iniciativa de interação junto à sociedade e, ainda, como um agente transformador à medida que conquista a parceria das instituições em benefício da comunidade.

As ações desenvolvidas pelo Festival de Inverno abrem oportunidades diversas de interação, seja entre a Universidade e demais instituições, como mencionado acima; entre a comunidade e a Universidade, no momento em que a própria comunidade participa da elaboração da programação das oficinas, trazendo as suas propostas e interesses; entre ministrantes e alunos das oficinas; entre turistas e a comunidade de Antonina; ou ainda entre os estagiários e os acadêmicos, professores e técnicos da UFPR. As atividades realizadas na praça central da cidade são conduzidas por monitores, alunos do curso de Educação Física da UFPR e alunos do ensino médio da própria comunidade, que têm a oportunidade de

trabalhar como estagiários da UFPR e interagir com os acadêmicos que os orientam nas recreações com as crianças e suas famílias. Cabe ressaltar que são jovens da comunidade promovendo brincadeiras para as crianças da própria comunidade, despertando o valor da cooperação com a população. Os alunos do ensino médio também têm a possibilidade de atuar como estagiários na equipe de organização do evento, interagindo com os ministrantes, técnicos e professores da UFPR, adquirindo novas experiências pessoais e profissionais.

A pesquisa exploratória de 2013 confirma essa interação através do resultado da questão que indaga sobre a participação dos entrevistados no evento: 84,2% afirmaram que já participaram de alguma atividade da programação do evento, sendo: 66,2% em oficinas, 29,1% das atividades realizadas na praça central da cidade, 26,3% participaram como integrante de grupo artístico, apresentando-se nos espaços destinados aos espetáculos e 50,4% participaram como espectador.

Privilegiando a interação pessoal, as oficinas constituem as formas simbólicas que proporcionam uma interação mais efetiva com a população, por se constituir num contato direto entre os ministrantes e os participantes das oficinas.

De acordo com a análise dos grupos focais, sob o aspecto da interação da comunidade com o Festival de Inverno, observou-se que foram citadas as reuniões que a UFPR iniciou no final de 2013 para identificar interesses junto à população:

Então eu acho que tendo essa parceria da comunidade, já se reunindo, que é uma coisa excelente que está acontecendo, se está falando de Festival de Inverno antes de o ano terminar, [...] para se pensar no próximo, então eu acho que isso já é uma questão positiva. Que vai começar a envolver toda a comunidade né, para isso todas as associações foram convidadas né, para que cada um traga a sua ideia, para que possa trazer, ter um outro objetivo, não apenas cultural, mas uma coisa que permanece na cidade.

Outro aspecto observado e que vale destacar foi o desejo manifestado nos grupos focais de participar e contribuir com o Festival de Inverno:

Então dentro da nossa associação a gente já está vendo também o que nós podemos colaborar, o que seria interessante a nossa participação, onde que nós, como associação, conhecemos uma parte da nossa comunidade, principalmente a nossa comunidade [...] temos algum trabalho com parcerias com escola municipal e estadual, o que que é viável, o que que é interessante trazer para o Festival de Inverno.

A ação de comunicação identificada aqui como Festival de Inverno

possibilita inúmeras interações da UFPR com vários segmentos da sociedade de Antonina, instituições privadas, instituições e órgãos públicos. Estas interações ocorrem principalmente durante a realização do evento, com a comunidade de Antonina (crianças, jovens, idosos, portadores de necessidades especiais, etc.), mas também durante a fase de planejamento na busca de apoio e patrocínio, nos contatos com os profissionais de cultura, ministrantes das oficinas, artistas e com os próprios servidores da instituição, mobilizando a sua comunidade interna na realização do evento. Todas essas interações refletem, de alguma forma, o papel da UFPR enquanto instituição social inserida na comunidade onde atua.

b) Cidadania e Democracia

O Festival de Inverno da UFPR é dirigido a toda comunidade, mantendo a orientação de uma instituição pública quanto à sua democratização, de acordo com um dos conceitos apresentados de cidadania: “Cidadania pressupõe o estado de direito, que parte, pelo menos na teoria, da igualdade de todos perante a lei e do reconhecimento de que a pessoa humana e a sociedade são detentores inalienáveis de direitos e deveres” (DEMO, 1999, p. 67).

A programação é composta por atividades para todas as faixas etárias, privilegiando a participação de toda a família nas atividades da praça, proporcionando que os pais compartilhem das brincadeiras com as crianças que nesta época do ano estão em férias. Os espetáculos e as oficinas também contemplam o público infantil, público jovem, homens e mulheres. E o Festival de Inverno possui ainda atividades específicas para pessoas na terceira idade, assim como para portadores de necessidades especiais. Estas características definem o tratamento igualitário dado aos participantes pelo Festival de Inverno que são vistas como valores positivos ao lado da cidadania, conforme aponta Vieira (2001):

Há, inegavelmente, uma tensão entre cidadania e a pertença a uma comunidade particular. Mas as particularidades normativas são vistas como nocivas, porque a igualdade é o ideal nas democracias. A partir de certo ponto, as diferenças (por sexo, orientação sexual, classe, *status*) podem abalar a coesão social e a unidade política. Eis por que a igualdade e a cidadania são percebidas como valores positivos, enquanto a desigualdade e a diferença são rejeitadas no ideário social e político (p.234).

O resultado da pesquisa exploratória de 2013 indica que 82,4% consideram

o Festival de Inverno acessível a toda população de Antonina e as justificativas mais citadas, de acordo com os questionários, são: programação sem distinção de classes econômica, social e cultural; programação para todas as idades e portadores de necessidades especiais; programação gratuita; oportunidade de cultura e conhecimentos e oportunidade aos cidadãos e ao município, como lazer, turismo, comércio. A interpretação realizada pelos participantes da pesquisa confirma a interpretação realizada sobre a análise sócio-histórica de que o evento proporciona o exercício da cidadania.

Nos grupos focais, percebe-se o reconhecimento que o Festival de Inverno é acessível à população, porém manifestam o desejo de estendê-lo às áreas mais carentes, contemplando também as áreas rurais através da realização de atividades nos bairros mais distantes: “[...] que a gente também precisa trazer esse pessoal mais humilde para o Festival de Inverno, e para que traga mais coisas para eles, no futuro né?”, e ainda, “Que não fique centralizado aqui, mas que o Festival de Inverno também vá à área rural, que se trabalhe lá, e que venha de lá também, não só aqui. E que o pessoal da Universidade também vá ao encontro dessas pessoas que não vêm”. Esta percepção reforça o objetivo da produção do evento de atingir toda a população, mantendo a característica da igualdade no exercício da cidadania.

Confirmando o desejo demonstrado pelos grupos focais, o resultado da pesquisa exploratória de 2013 mostra que 15,2% dos pesquisados acreditam que o evento não é acessível a toda comunidade, pois falta transporte para a população rural e bairros distantes, algumas oficinas não são gratuitas e é preciso realizar atividades nos bairros distantes da cidade. Neste sentido, observa-se que ainda há espaço a ser explorado pela UFPR no contexto da acessibilidade do evento pelas diversas classes sociais do município.

Seguindo a análise das ações realizadas pelo Festival de Inverno, de acordo com a análise sócio-histórica, os espetáculos num primeiro momento são vistos como eventos culturais. No entanto, uma análise mais detalhada identifica alguns componentes importantes a serem observados sob a perspectiva da autoestima e do resgate da cultura local. Quando os artistas ou grupos locais são selecionados para participar dos espetáculos e apresentar a cultura local através dos shows musicais e das encenações teatrais, a comunidade se vê como sujeito ativo e como espectador ao mesmo tempo. Ver-se como sujeito ativo aumenta o sentimento da pertença do indivíduo na comunidade, contribuindo para uma nova concepção de cidadania,

como coloca Dagnino (2000, p. 89), “[...] um processo de aprendizagem social, de construção de novos tipos de relações sociais, que requer, obviamente, a constituição de cidadãos como sujeitos sociais ativos”. O fato de uma instituição conceituada como a UFPR resgatar a cultura local desperta o interesse da população proporcionando a ressignificação desses valores pela comunidade.

Os direitos sociais são parte dos três pilares que mantêm a cidadania, segundo Peruzzo (2002): os direitos no campo da liberdade individual, que englobam liberdade, igualdade, locomoção e justiça; os direitos de participação no exercício do poder político, que juntam a participação política em todos os níveis como eleições, plebiscitos, participação em órgãos de representação tais como sindicatos, movimentos e associações; e os direitos sociais que conglomeram o direito e a igualdade de usufruto de um modo de vida digno, através do acesso ao patrimônio social ligado ao consumo, ao lazer, às condições e às leis de trabalho, à moradia, à educação, à saúde, à aposentadoria, etc.

O direito ao lazer é proporcionado a 84,2% da comunidade que assistem aos espetáculos, conforme resultado da pesquisa exploratória de 2013, que afirmaram que já participaram de alguma atividade da programação do evento. Ainda segundo a pesquisa, 26,3% participaram como integrante de grupo artístico, apresentando-se nos espaços destinados aos espetáculos, atuando como um agente de resgate da cultura local, estimulando a sua valorização junto à comunidade e exercendo desta forma os seus direitos sociais.

O sentimento de autoestima que o Festival de Inverno desperta na comunidade também pode ser identificado através dos grupos focais, quando demonstram o seu orgulho através dos depoimentos: “[...] eu acho que não dá para medir essa importância, porque para a cidade é vida para nós, é o orgulho para (Antonina) saber que o Festival, que a universidade escolheu e permanece em (Antonina)”. Outros depoimentos também revelam a autoestima da comunidade, por exemplo, quando dizem que a apresentação da Filarmônica Antoninense é mais prestigiada do que outras ou que a palavra caiçara está sendo resgatada pelos restaurantes, como um diferencial e valorização da cultura local, como pode ser verificado nas seguintes falas: “E o interessante é que às vezes vem conjunto de fora, mas a nossa banda consegue suplantá-la em número de pessoas e tudo”; e quando observam que:

[...] alguns restaurantes começaram a usar a palavra *caiçara*, depois dessa apresentação (apresentação do resultado da oficina de gastronomia) [...] e tudo porque saiu daqui. Então, assim, a gente tem coisas que estão sendo realizadas, tudo por causa do festival, inclusive na minha área de gastronomia.

De acordo com o exposto, pode-se concluir que o Festival de Inverno promove o exercício da cidadania através da sua programação, que busca proporcionar aos cidadãos de Antonina e demais participantes o direito social de igualdade, independente de classe social, faixa etária ou gênero.

c) Responsabilidade Social e *Accountability*

Conforme apresentado no capítulo 4, o Festival de Inverno da UFPR é realizado em Antonina, onde o evento ocupa diversos espaços públicos da cidade, entre eles escolas, teatro, igrejas, praças públicas, e durante a realização do evento passa a fazer parte do contexto e do cotidiano da cidade. Isto evidencia que o papel da UFPR vai além dos limites de seus *campi*, interagindo no contexto da própria comunidade, confirmando a evolução de universidade descrita por Barichello (2001, p. 123) como: “A clássica universidade isolada foi cedendo lugar a uma organização espacial específica, cada vez mais voltada a atender às exigências da sociedade”.

A realização do evento revela ainda que a Universidade assume a iniciativa de ir até a comunidade à qual abre as suas portas, amplia o público que possui acesso aos saberes da universidade, possibilita novas experiências e compartilha ideias com a comunidade, confirmando os preceitos de uma universidade contemporânea, de acordo com Barichello (2001, p. 64):

Argumentamos que o núcleo abstrato da universidade se concretiza através dos diferentes espaços que ocupa e das pressões existentes em cada época. Dessa forma, se um dia a universidade parece ter se voltado a formar uma cultura nacional, hoje ela estaria mais voltada à pluralidade das diferentes experiências e ambientes de concretização, mas a sua importância como um lugar de construir um saber superior, através da partilha de idéias, permanece. E partilhar significa conviver e participar de uma comunidade [...].

Outro aspecto a destacar é que a realização do evento por 23 anos consecutivos consolidou o compromisso de uma ação continuada na comunidade, e não apenas uma ação aleatória desvinculada dos valores da Universidade. Entre os

valores da UFPR relacionados no capítulo 4 estão: “[...] a construção de uma Universidade pública, gratuita e de qualidade e comprometida com o desenvolvimento social e sustentável” e o “[...] respeito à liberdade na construção e à autonomia na disseminação do conhecimento”. Pelas declarações obtidas dos grupos focais, pode-se observar que valores são legitimados pela comunidade antoninense que reconhece que a instituição põe em prática o seu compromisso social, por exemplo:

[...] A gente aprende um monte de coisa, têm oficinas maravilhosas, vêm pessoas com uma, com um nível cultural exemplar, que para a gente que escolheu a cidade para morar, em minha opinião, falta isso, falta essa oxigenação de ideias, falta essa oxigenação que o festival traz durante o festival né.

O que confirma a definição de Chauí (2003):

[...] a universidade pública sempre foi uma instituição social, isto é, uma ação social, uma prática social fundada no reconhecimento público de sua legitimidade e de suas atribuições, num princípio de diferenciação, que lhe confere autonomia perante outras instituições sociais, e estruturada por ordenamentos, regras, normas e valores de reconhecimento e legitimidade internos a ela (p.05).

As oficinas constituem as formas simbólicas que proporcionam uma interação mais efetiva com a população, por se constituir num contato direto e pessoal entre os ministrantes e os participantes das oficinas. Além do desenvolvimento social, aquisição de conhecimento e aperfeiçoamento profissional, os ministrantes, quando interagem com os alunos, compartilham as suas experiências e vivências externas à comunidade, ampliando as perspectivas dos indivíduos sobre a realidade local. Por outro lado, os alunos proporcionam aos ministrantes o contato com a comunidade antoninense e com novas vivências. Isso também é percebido pelos participantes dos grupos focais. Sobre a oficina de alegorias um dos participantes comenta:

Nossa, para nós, cada ano aprendo, não é pouco, é muito. O (André) vem, o (André Marins) ele é fantástico, ele sabe, para nós ele sabe tudo. [...] ficou estonteante, [...] isso para nós é uma realidade, o resultado final, nós não vamos chegar naquele resultado final, mas o macete que a gente aprendeu, as dicas que ele deu, até chegar naquilo para nós, é a vida sabe? Aquilo, eu fiquei anos na escola de samba e não sabia que era tão fácil você fazer coisas assim, simples, barato, rápido, é tudo que a gente precisa.

Thompson (1995, p. 198) lembra que as características dos contextos sociais não são meramente elementos de um ambiente dentro do qual a ação está inserida, mas “[...] são constitutivos da ação e interação, no sentido de que os indivíduos, rotineira e necessariamente, baseiam-se, implementam e empregam os vários aspectos dos contextos sociais no curso de sua ação e interação uns com os outros”.

Ainda sobre as oficinas, cabe ressaltar que os temas e assuntos são definidos com o envolvimento direto dos representantes da comunidade, o que revela a participação da população interferindo nas decisões da programação, buscando atender aos seus interesses. A parceria na definição dos temas das oficinas também foi observada nos grupos focais, onde foram citadas as reuniões que a UFPR iniciou no final de 2013 para identificar interesses junto à população:

Então eu acho que tendo essa parceria da comunidade, já se reunindo, que é uma coisa excelente que está acontecendo, se está falando de Festival de Inverno antes de o ano terminar, desse ano terminar, para se pensar no próximo, então eu acho que isso já é uma questão positiva. Que vai começar a envolver toda a comunidade né, para isso todas as associações foram convidadas né, para que cada um traga a sua ideia, para que possa trazer, ter um outro objetivo, não apenas cultural, mas uma coisa que permanece na cidade.

Embora nas entrevistas sejam mencionadas as reuniões realizadas em 2013, a sondagem de interesse é realizada anualmente, durante a fase de planejamento do Festival de Inverno. O desejo de participar e contribuir com o Festival de Inverno foi demonstrado pelos participantes nas falas:

Então dentro da nossa associação a gente já está vendo também o que nós podemos colaborar, o que seria interessante a nossa participação, onde que nós como associação, conhecemos uma parte da nossa comunidade, principalmente a nossa comunidade [...] temos algum trabalho com parcerias com escola municipal e estadual, o que, que é viável, o que, que é interessante trazer para o Festival de Inverno.

Esse envolvimento é identificado por Grajew (2002, p. 24) como característica das ações de responsabilidade social:

Ao estabelecer espaços de diálogo e de negociação, supera-se a noção tradicional de que cabe ao autor da prática social determinar as necessidades do beneficiado. E o beneficiado passa a ser também protagonista, interferindo na elaboração das atividades implementadas.

Essa aproximação da comunidade com a Universidade, tomando decisões e direcionando as atividades de acordo com os seus interesses, também é tema das conceituações de *accountability* de diversos autores, apresentadas a seguir: “Entidades que vivem de recursos públicos não podem entender sua ‘autonomia’ como dispensa de prestação de contas, de um lado, e distanciamento dos interesses da população, de outro” (DEMO, 1997, p. 36).

Rosso e Silvestrin (2013, s/p) defendem que a concepção que envolve a *accountability* favorece a legitimidade da atuação de um órgão público que:

[...] ao prestar contas e justificar as ações está exercendo a responsabilidade social, estimulando a cidadania ativa e corresponsável que propicia a participação e o envolvimento do cidadão, em um processo de discussão simétrico que busca o equilíbrio entre as partes interessadas.

E, ainda, Barichello (2001, p. 134) diz que a legitimação da instituição está diretamente relacionada às trocas estabelecidas com outras instituições e comunidades, “[...] um projeto que se concretiza em um determinado território através de investimentos e trocas simbólicas”.

Entre as oficinas que são oferecidas de forma recorrente estão àquelas relacionadas com as escolas de samba de Antonina, com a Filarmônica Antoninense e com o artesanato. O carnaval é um tema de relevância para a comunidade, pois além de ser um evento com grande envolvimento da comunidade, também é um dos eventos que atrai um grande número de turistas. As oficinas oferecem técnicas de elaboração de alegorias e técnicas de percussão. É um exemplo de que o Festival de Inverno tem como compromisso atender às necessidades e interesses da comunidade estimulando o beneficiado a desempenhar também o papel de protagonista. As oficinas dirigidas ao aperfeiçoamento técnico dos músicos e maestro da Filarmônica Antoninense também são demandas da comunidade e são reconhecidas pela população. O desempenho da Filarmônica Antoninense é um orgulho para a cidade, exemplo de valorização da cultura local.

Pode-se analisar o Festival de Inverno também sob a perspectiva de agente de transformação da sociedade em que está inserida. O objetivo mais explícito das oficinas é compartilhar conhecimentos e práticas que possam transformar-se em uma atividade lucrativa para seus cidadãos. Nesta modalidade são oferecidas as oficinas de artesanato, selecionadas também de acordo com as propostas da

comunidade. A geração de renda traz autonomia e melhoria da qualidade de vida das pessoas, reforçando que as oficinas podem ser interpretadas como uma ação de responsabilidade social, conforme a definição de responsabilidade social de Ashley *et al.* (2002, p. 06): “[...] toda e qualquer ação que possa contribuir para a melhoria da qualidade de vida da sociedade”. A importância das oficinas com este objetivo, geração de renda, também foi manifestada nos grupos focais, conforme depoimento: “[...] porque se pegar um artesão que aprendeu uma técnica no Festival, e ele for para a praça e conseguir sustentar uma família, já valeu o Festival inteiro”.

Segundo Corbari (2004), para a construção da cidadania e fortalecimento da democracia, duas condições são indispensáveis: primeiro, cidadãos conscientes e mobilizados em torno de reivindicações cuja realização pelo poder público vise a melhoria das condições de vida de toda a coletividade; depois o fornecimento de informações corretas, claras e relevantes à população, reforçando a legitimidade das políticas públicas. Tanto os espetáculos quanto as oficinas são espaços de formação e reflexão. De maneira lúdica trazem novas perspectivas ao indivíduo, situando-o num universo maior que a própria cidade, levando-o a conhecer novas possibilidades fora do seu cotidiano, transformando em cidadão mais consciente da sua realidade e das suas potencialidades. Pensamento este que vem ao encontro da fala de um dos participantes dos grupos focais: “[...] a gente precisa de exemplos para que esses jovens saibam que o mundo é maior do que essa cidade aqui”. Desta forma, o Festival de Inverno acima de tudo estimula o desenvolvimento do cidadão e da comunidade, atraindo um público de fora da cidade, que traz outras referências e perspectivas, que confrontadas com a realidade local resultam em novos pensamentos e possibilitam novas experiências.

O público infantil tem uma programação especial no Festival de Inverno que contempla espetáculos, oficinas e atividades na praça. Entre as oficinas mais disputadas durante muitos anos da realização do evento, está a oficina denominada Caranguejinho, em que ocorre a produção do jornal diário do Festival de Inverno elaborado pelas crianças. Nesta oficina, as crianças preparam todo o material, desde fotos, entrevistas e as matérias do jornal. Esta experiência contribui para a formação e desenvolvimento destas crianças, além de proporcionar a vivência da rotina diária de uma edição de jornal. As atividades voltadas ao público infantil foram um dos temas de destaque nos grupos focais, em vários momentos, ressaltando a importância do Festival de Inverno na formação das crianças da comunidade:

[...] quantos alunos que eu vi na universidade, até uns dois anos atrás, que veio desde lá da praça, que fazia os cursinhos, que assim assistia as apresentações aqui, que se formou na universidade [...] começaram nas atividades da casa, foram fazer as oficinas [...] e tomaram gosto, e tem uma profissão hoje.

O resultado das oficinas tem uma característica duradoura que agrega ao indivíduo conhecimentos e habilidades que serão aplicados no seu dia a dia, seja através das técnicas aprendidas para aperfeiçoamento de suas atividades, como exemplo, a Filarmônica Antoninense, seja através do desenvolvimento de novas habilidades, como proporcionam as oficinas de artesanato. De acordo com a pesquisa exploratória de 2013, quando questionados se os benefícios permanecem na cidade ou são visíveis só no período da realização do evento, quase a metade da amostra reconhece que os benefícios permanecem após a realização do evento.

Cabe destacar, ainda, que o Festival de Inverno não é dirigido apenas ao público local de Antonina, ele atrai turistas de maneira geral e o público ligado diretamente à Universidade, como docentes, técnicos, alunos, assim como os artistas e ministrantes convidados. É também um instrumento importante de divulgação da cidade e região. O turismo fomenta o desenvolvimento da cidade que além do comércio precisa preparar uma infraestrutura de hospedagem e alimentação para receber esta população flutuante. Assim, entende-se que a Universidade estimula o desenvolvimento local quando participa da divulgação da cidade e colabora na promoção do turismo.

O resultado da pesquisa exploratória aponta que 37,9% dos pesquisados entendem o Festival de Inverno como uma ação de responsabilidade social. Da mesma forma, esta impressão foi percebida nas reuniões realizadas com os grupos focais, que em vários momentos manifestaram o reconhecimento de que o Festival de Inverno da UFPR é uma ação de responsabilidade social: “Eu acho, eu afirmo sem dúvida nenhuma, é ação social mesmo, tem, na minha vida foi interferência social 100%”; e também sobre uma pergunta a respeito de responsabilidade social: “Com algo bem parecido com o que vocês fazem? Eu acho que vocês são importantíssimos, sabe, é, importantíssimo o Festival, é importantíssimo...”. E ainda, “Mas também se você for analisar todos os pontos (sobre responsabilidade social), eu acho que a Universidade ela abrange todos eles”.

Através desta análise constata-se que apesar da UFPR divulgar o evento como uma ação cultural e não se apropriar do conceito de responsabilidade social, a

comunidade reinterpreta o Festival de Inverno como uma ação de responsabilidade social, confirmada pela reinterpretação realizada a partir da análise sócio-histórica do objeto de pesquisa deste trabalho.

Assim, o Festival de Inverno, quando analisado sob a perspectiva do SINAES, referente à dimensão “Responsabilidade Social das IES, especialmente no que se refere à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural”, também pode ser interpretado como uma ação de responsabilidade social quando resgata e mantém a memória cultural e promove a produção artística do litoral. Exemplo disso é privilegiar os grupos artísticos locais, incluindo-os na programação de espetáculos do evento, além de oferecer oficinas específicas para os artesãos e artistas da região.

E em relação aos critérios de avaliação do SINAES, apresentados no capítulo 3 por Calderón (2005), no que se refere à responsabilidade social universitária, o Festival de Inverno da UFPR, através da sua programação, cumpre todos os quesitos solicitados. O evento busca, há 23 anos, compartilhar o conhecimento produzido na academia, reconhecendo a importância das ações universitárias e o impacto das atividades no desenvolvimento regional. Preserva as relações com o setor público, através da parceria com a Prefeitura Municipal de Antonina, e com as instituições sociais, culturais e educativas da cidade e, também, promove ações voltadas à promoção da cidadania e à atenção dos setores excluídos, especialmente no que se refere à oficina direcionada aos alunos e aos profissionais da APAE.

6 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em relação às diretrizes impostas às instituições de educação superior, no que se refere à prática da responsabilidade social, tudo ainda é muito recente. Apesar da validação de inúmeras leis, decretos e normas, só com a criação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), em 2004, o tema entrou para a pauta das políticas educacionais. Desde então, passaram-se nove anos, um período ainda curto para identificar o impacto das transformações geradas por tal determinação. Apesar disso, com o SINAES fica evidente a preocupação pelo mérito e valor das instituições, áreas, cursos e programas nas dimensões de ensino, pesquisa e extensão, e também na promoção da responsabilidade social.

No que se refere às determinações institucionais da UFPR, observa-se, pela sua missão e valores, que a Universidade tem o compromisso de atender às demandas e anseios da comunidade em que está inserida. Entretanto, ao descrever suas atividades, não assume o Festival de Inverno como uma ação social, conforme consta no Plano Institucional da UFPR 2012-2016, que define o evento como artístico-cultural. Tal posicionamento motivou este estudo, que se propõe a compreender e responder por que o Festival de Inverno da UFPR pode ser entendido como uma prática de *accountability*, uma ação de comunicação focada na responsabilidade social realizada pela Universidade Federal do Paraná, capaz de estimular a cidadania e o exercício da democracia junto à comunidade.

De acordo com a base teórica apresentada, pode-se considerar que o Festival de Inverno da UFPR constitui-se em uma ação de comunicação, uma vez que mantém um processo interativo com a comunidade antoninense através das formas simbólicas representadas pelas oficinas e espetáculos, compartilhando informação e conhecimento. O produto desta interação social é o significado que as ações desenvolvidas durante a realização do evento têm para os participantes e principalmente para a população de Antonina, retratando a comunicação, segundo o interacionismo simbólico, baseada na interpretação dos símbolos que compõem o diálogo dos indivíduos de uma sociedade, construindo a sua cultura e seus valores.

As pesquisas realizadas em 2012 e 2013 e as reuniões realizadas com os grupos focais possibilitaram que o Festival de Inverno fosse analisado pelo seu valor simbólico, que é determinado pelos indivíduos que produzem e recebem as formas simbólicas, segundo Thompson (1995). A metodologia utilizada permitiu analisar como o Festival de Inverno da UFPR é interpretado e compreendido pela comunidade de Antonina, como um dos argumentos para compor a resposta à questão norteadora do objeto de pesquisa: identificar se o evento tem as características necessárias e suficientes para que possa ser conceituado como uma ação de responsabilidade social.

O resultado da pesquisa exploratória realizada em 2012 indica que 84% da amostra percebem o Festival de Inverno como uma ação de responsabilidade social. A pesquisa exploratória de 2013 aponta que 37,9% também percebem o evento como uma ação de responsabilidade social, embora em primeiro lugar os pesquisados reconheçam o evento como uma ação cultural. No entanto, a análise dos grupos focais reforça a percepção do evento pela comunidade como uma ação de responsabilidade social, através de declarações explícitas e reconhecimento de que as ações do Festival de Inverno estão relacionadas com: formação das crianças e jovens, ampliação das perspectivas dos indivíduos, colaboração para a orientação profissional, aquisição de conhecimento, acessibilidade a todas as classes sociais, programação para todas as faixas etárias, formação da cidadania, resgate e manutenção da memória cultural e da produção artística locais, interação entre os turistas e a comunidade antoninense, participação acadêmica e social, entre outros.

Constata-se, ainda, que as oficinas são propostas pelo Festival de Inverno atendendo interesses e necessidades levantadas pela própria comunidade, cumprindo o compromisso de corresponder aos desejos e às demandas desta população. Através do Festival de Inverno a UFPR compartilha com a sociedade o conhecimento e as competências que a Universidade possui, em parceria com órgãos públicos e empresas privadas. Dessa forma, a UFPR assume o papel de uma universidade comprometida com o desenvolvimento de todos os segmentos, atuando também como mediadora, contribuindo para a melhor qualidade de vida das pessoas, conforme o conceito de responsabilidade social apresentado no referencial

teórico. E a partir do momento que se entende que o Festival de Inverno é uma ação de comunicação no exercício da responsabilidade social, pode-se concluir que a Universidade Federal do Paraná, através do evento, está agindo dentro do que determina o SINAES, atuando com transparência e prestando contas à sociedade por meio das ações praticadas durante a realização do Festival de Inverno. Isso demonstra que esta iniciativa corresponde aos conceitos de *accountability* e que a UFPR busca o equilíbrio entre as necessidades da comunidade e o cumprimento às leis.

Cumpridas as fases da metodologia de pesquisa adotada, constata-se que o resultado das análises aponta para uma reinterpretação do Festival de Inverno como uma ação de responsabilidade social. Assim, pretende-se que o resultado final deste estudo contribua para a ressignificação do Festival de Inverno, fundamentando a inclusão do conceito de responsabilidade social nos benefícios alcançados com a realização do evento. A partir do momento em que se constata que o Festival de Inverno, além de um evento cultural, é de fato uma ação de responsabilidade social, entende-se que mais do que um agente transformador, ele também passa a ser resultado da transformação social da realidade em que está inserido. As necessidades da comunidade vão se alterando na medida em que são atendidas e novas demandas são geradas pelas mudanças sociais, o que faz com que o Festival de Inverno tenha que continuamente se adaptar para se manter apto a responder aos anseios da comunidade. No entanto, fica a critério da UFPR assumir institucionalmente o conceito de responsabilidade social.

Vale ressaltar que a vinculação do conceito de responsabilidade social à realização do Festival de Inverno poderia agregar valor, por exemplo, na captação de recursos junto aos patrocinadores do evento.

Assim, dentre as possibilidades de continuidade e aprofundamento deste estudo, a criação de indicadores de desempenho do Festival de Inverno para estabelecer uma mensuração do alcance da responsabilidade social na comunidade pode ser vislumbrada como uma proposta.

Por fim, a reinterpretação do Festival de Inverno não se encerra neste estudo, pois abre novas possibilidades de investigação sob outras perspectivas ou visões ainda não reveladas aos produtores deste evento, Thompson (1995) esclarece que o “significado” de uma forma simbólica, ou dos elementos constitutivos de uma forma simbólica, nem sempre corresponde exatamente àquilo

que o sujeito-produtor quis dizer ao elaborar a forma simbólica, podendo ser muito mais complexo e ramificado do que inicialmente previsto pelo sujeito-produtor. Sob esta perspectiva, o estudo do Festival de Inverno pode ser ainda aprofundado, pois a diversidade de suas ações proporciona vasto campo de interação a ser pesquisado.

REFERÊNCIAS

22.º FESTIVAL DE INVERNO DA UFPR. Disponível em:

<<http://www.proec.ufpr.br/festival2012>>. Acesso em: 10/01/2013.

ASHLEY, P. A. *et al.* **Ética e responsabilidade social nos negócios**. São Paulo: Saraiva, 2002.

BARANOW, U. G.; SIQUEIRA, M. D. (Orgs.). **Universidade Federal do Paraná: histórias e estórias: 1912-2007**. Pesquisa histórica: Ângela Lúcia Ganz e Ana Maria Ganz. Curitiba: Ed. UFPR, 2007.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Tradução de: Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa, Portugal: Edição 70 Ltda, 2010.

BARICHELO, E. M. da R. **Comunicação e comunidade do saber**. Santa Maria: Palotti, 2001.

BELO, C. G. **Gazeta do Povo**. Curitiba, 18 julho 2011. Disponível em:

<<http://www.gazetadopovo.com.br/vidauniversitaria/conteudo.phtml?id=1147582&tet=Festival-de-Inverno-da-UFPR-agita-Antonina>>. Acesso em: 14/01/2013.

BLUMER, H. **El Interaccionismo Simbólico: perspectiva y método**. Barcelona: Editorial Hora, 1982.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 05 out. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 10/05/2013.

_____. Lei n.º 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 27 dez. 1961. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4024.htm>. Acesso em: 10/05/2013.

_____. Lei n.º 5.540, de 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 28

nov. 1968. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5540.htm>. Acesso em: 10/05/2013.

_____. Lei n.º 9.131, de 24 de novembro de 1995. Altera dispositivos da Lei n.º 4.024, de 20 de dezembro de 1961, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 25 nov. 1995 (Edição extra). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9131.htm>. Acesso em: 10/05/2013.

_____. Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 10/05/2013.

BUARQUE, C. **A revolução republicana na educação**: ensino de qualidade para todos. São Paulo: Moderna, 2011.

BURMESTER, A. M. de O. *et al.* (Orgs.). **Universidade Federal do Paraná**: 90 anos em construção. Curitiba: Ed. UFPR, 2002.

CALDERÓN, A. I. Responsabilidade social: desafios à gestão universitária. **Estudos**, Brasília, Ano 23, n. 34, p. 13-27, abr. 2005.

CANELÓN, A. R. La Responsabilidad Social Universitaria (RSU) y sus comunicaciones: dialogar con los stakeholders en el entorno digital. **Revista Temas de Comunicación**, Universidad Católica Andrés Bello, n. 26, p. 7-34, 1.º semestre 2013.

CATANI, M. A.; OLIVEIRA, J. F. de. A universidade pública no Brasil: identidade e projeto institucional em questão. In: TRINDADE, H. (Org.). **Universidade em ruínas**: na república dos professores. Petrópolis, RJ: Vozes; Rio Grande do Sul: CIPEDES, 1999.

CHAUÍ, M. A universidade pública sob nova perspectiva. **Revista Brasileira de Educação**, n. 24, p. 5-15, set./dez. 2003.

CORBARI, E. C. Accountability e controle social: desafio à construção da cidadania. **Cadernos da Escola de Negócios da UniBrasil**, p. 99-111, jan./jun. 2004.
COSTA, M. C. C. Muito além do marketing cultural: a produção artística e cultural em tempos de crise. In: _____. (Org.). **Gestão da comunicação**: terceiro setor,

organizações não governamentais, responsabilidade social e novas formas de cidadania. São Paulo: Atlas, 2006.

COSTA, M. E. B. Grupo focal. In: DUARTE, J.; BARROS, A. (Orgs.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2. ed. 4. reimpr. São Paulo: Atlas, 2010.

DAGNINO, E. Cultura, cidadania e democracia. In: ALVAREZ, S. E.; DAGNINO, E.; ESCOBAR, A. (Orgs.) **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos**: novas leituras. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

_____. 1994. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. In: DAGNINO, E. (Ed.). **Os anos 90: política e sociedade no Brasil**. São Paulo: Brasiliense.

DEMO, P. **A nova LDB**: Ranços e avanços. Campinas, SP: Papyrus, 1997.

_____. **Participação é Conquista** – Noções de política social e participação. São Paulo, SP: Cortez, 1999.

_____. **Pesquisa e informação qualitativa**: aportes metodológicos. Campinas, SP: Papyrus, 2001.

DUARTE, M. Y. M. Estudo de caso. In: DUARTE, J.; BARROS, A. (Orgs.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2. ed. 4. reimpr. São Paulo: Atlas, 2010.

DURHAM, E. A responsabilidade social das instituições de ensino superior. **Estudos**, Brasília, Ano 23, n. 34, p. 59-61, abr. 2005.

FUNDAÇÃO AVINA. Disponível em: <http://www.avina.net/por/timeline_entry/>. Acesso em: 03/10/2013.

GARCIA, B. G. *et al.* **Responsabilidade social das empresas**: a contribuição das universidades. São Paulo: Peirópolis, 2002.

GOHN, M. da G. **Movimentos sociais e redes de mobilização civis no Brasil contemporâneo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

GRAJEW, O. Entrevista concedida. **Revista Exame**, Edição especial: Guia da boa cidadania corporativa, São Paulo, abr. 2002.

HENRIQUES, M. S.; BRAGA, C. S.; MAFRA, R. L. M. O planejamento da comunicação para a mobilização social: em busca da co-responsabilidade. In: HENRIQUES, M. S. (org.). **Comunicação e estratégia de mobilização social**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br>>. Acesso em: 03/10/2013.

INSTITUTO ETHOS. **Responsabilidade social das empresas**: a contribuição das universidades. São Paulo: Petrópolis, RJ: Instituto Ethos, 2005.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **SINAES** – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior: da concepção à regulamentação. 5. ed. rev. e amp. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2009. Disponível em: <<http://www.portal.inep.gov.br>>. Acesso em: 20/10/2012.

_____. 2005. Disponível em: <<http://www.portal.inep.gov.br/superior-sinaes>>. Acesso em: 03/06/2013.

MACEDO, A. R.; TREVISAN, L. M. V.; TREVISAN, P.; MACEDO, C. S. Educação Superior no Século XXI e a Reforma Universitária Brasileira. **Ensaio**: Aval. Pol. Públ. Educ., Rio de Janeiro, v. 13, n. 47, p. 127-148, abr./jun. 2005.

MAINWARING, S. Introduction: *Democratic Accountability* in Latin America. In: MAINWARING, S.; WELNA, C. (Orgs.). **Democratic Accountability in Latin America**. Oxford University Press, 2003.

MANSO. Ser ministrante é divino. **CARANGUEJO** – Jornal Diário do Festival de Inverno da UFPR, Ano X, n. 2, 2008.

MARCONDES NETO, M. **A transparência é a alma do negócio**: o que os 4 Rs das Relações Públicas podem fazer por você. Rio de Janeiro: Conceito Editorial, 2012.

MATTELART, A.; MATTELART, M. **História das teorias da comunicação**. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

MELO NETO, F. P. de; FROES, C. **Gestão da responsabilidade social corporativa: o caso brasileiro**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2001.

MIANI, R. A representação iconográfica da cidadania na história política do Brasil no final do século XX. In: ENCONTRO DA COMPÓS, XXI., **Anais...** 2012.

MINISTÉRIO DA CULTURA. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br>>. Acesso em: 11/10/2013.

MION, L. M. B. Da universidade para às ruas. **CARANGUEJO** – Jornal Diário do Festival de Inverno da UFPR, Ano 13, n. 06, 2010.

MURAKAMI, L.; MION, L. M. B. (Orgs.). **Festival de Inverno da UFPR / Pró-Reitoria de Extensão e Cultura**. Universidade Federal do Paraná. Pró-Reitoria de Extensão e Cultura. Curitiba: UFPR, 2008.

NASCIMENTO, E. Reinventar o Festival. **CARANGUEJO** – Jornal Diário do Festival de Inverno da UFPR, Ano 13, n. 2, 2010.

NASCIMENTO, S. N. A. Iguais na diferença. **CARANGUEJO** – Jornal Diário do Festival de Inverno da UFPR, Ano XI, n. 2, 2009.

NOTÍCIAS DA UFPR. **Edição Especial do Centenário**, Ano 12, n. 56, fev. 2013.

O'DONNELL, G. Accountability horizontal e novas poliarquias. **Lua Nova**, São Paulo, n. 44, p. 27-52, 1998.

ORCHIS, M. A.; YOUNG, M. T.; MORALES, S. C. Impactos da responsabilidade social nos objetivos e estratégias empresariais. In: GARCIA, B. G. *et al.* **Responsabilidade social das empresas: a contribuição das universidades**. São Paulo: Peirópolis, 2002.
OSINSKI, D.; JUSTINO, M. J. **Festival de Inverno da UFPR: 11 anos de cultura, arte e cidadania**. Curitiba: UFPR/PROEC, 2002.

PACHECO, R. A gente precisa de uma grana legal. Só. **CARANGUEJO** – Jornal Diário do Festival de Inverno da UFPR, Ano 13, n. 3, 2010.

PARRA, M. F. L. **A responsabilidade social como uma das políticas que legitima a gestão pública**. 2003. Disponível em:

<<http://unpan1.org/intradoc/groups/public/documents/clad/clad0047704.pdf>>. Acesso em: 20/10/2013.

PAULINO, F. O. Comunicação e responsabilidade social: modelos, propostas e perspectivas. In: RAMOS, M. C.; SANTOS, S. dos (Orgs.). **Políticas de comunicação**: buscas teóricas e práticas. São Paulo: Paulus, 2007.

PERUZZO, C. M. K. Comunicação comunitária e educação para cidadania. **PCLA**, v. 4, n. 1, out./nov./dez. 2002. Disponível em: <<http://www2.metodista.br/unesco/PCLA/revista13/artigos%2013-3.htm>>. Acesso em: 20/10/2012.

PORTAL ANTONINA. Disponível em: <<http://portalantonina.com>>. Acesso em: 03/10/2013.

PRATES, C. (Ed.). **Guia de Responsabilidade Social para o Consumidor**. São Paulo: Idec/Fundação Avina, 2004.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES UFPR 2012. Disponível em: <http://www.proplan.ufpr.br/portal/rel_atv/relatorio_de_atividades_2012.pdf>. Acesso em: 07/10/2013.

RELATÓRIO DE GESTÃO UFPR 2012. Disponível em: <http://www.proplan.ufpr.br/portal/rel_gestao/relatorio_gestao_ufpr_2012.pdf>. Acesso em: 25/09/2013.

RISTOFF, D. I. A tríplice crise da universidade brasileira. In: TRINDADE, H. (Org.). **Universidade em ruínas**: na república dos professores. Petrópolis, RJ: Vozes; Rio Grande do Sul: CIPEDS, 1999. ROSSO, G.; SILVESTRIN, C. B. Comunicação pública como prática de responsabilidade social das organizações públicas. **Revista Organicom**, Ano 10, n. 18, 2013.

RÜDIGER, F. **As teorias da comunicação**. Porto Alegre: Penso, 2011.

SILVERSTONE, R. **Por que estudar a mídia?** São Paulo: Loyola, 2005.

TAPSCOTT, D.; TICOLL. **A empresa transparente**: como a era da transparência revolucionará os negócios. São Paulo: M. Books do Brasil, 2005.

THOMPSON, J. B. **Ideologia e cultura moderna**: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

TODOROV, J. C. O conceito de responsabilidade social nos estabelecimentos de ensino superior. **Estudos**, Brasília, Ano 23, n. 34, p. 41-46, abr. 2005.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Pró-Reitoria de Planejamento, Orçamento e Finanças. Coordenadoria de Planejamento Institucional. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2012-2016**. Curitiba: UFPR/PROPLAN, [2012].

VIEIRA, L. **Os argonautas da cidadania**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

VIZER, E. Movimentos sociais: novas tecnologias para novas militâncias. In: FERREIRA, J.; VIZER, E. (Orgs.). **Mídia e movimentos sociais**: linguagens e coletivos em ação. São Paulo: Paulus, 2007.

WOLTON, D. **Pensar a comunicação**. Brasília: Ed. UnB, 2004.

WRIGHT, P.; KROLL, J. M.; PARNELL, J. **Administração estratégica**: conceitos. São Paulo: Atlas, 2000.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 4. ed. Porto Alegre: Bookmann, 2010.

ZAINKO, M. A. S. Avaliação da educação superior no Brasil: processo de construção histórica. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 13, n. 3, p. 827-831, nov. 2008.

APÊNDICE I

Questionário semiestruturado aplicado em Julho de 2012:

Idade:

Sexo: () Feminino () Masculino

1) Você mora em Antonina?

() Sim () Não

2) Você conhece o Festival de Inverno da UFPR?

() Sim () Não

3) Há quanto tempo você conhece o Festival de Inverno da UFPR?

() Menos de um ano () Um ano () Dois anos () Três anos

() Quatro anos ou mais

4) Você já participou de alguma atividade do Festival de Inverno da UFPR?

() Sim () Não

5) Qual?

[illegible]

() como espectador

() Monitoria () Oficinas

6) Quantas pessoas você conhece que tenham participado de alguma atividade do Festival de Inverno da UFPR?

() Nenhuma () Uma () Duas () Três ou mais

7) De uma forma geral, como você avalia a programação do Festival de Inverno da UFPR?

() Ótima () Boa () Regular () Ruim

8) Em sua opinião, a realização do Festival de Inverno da UFPR gera benefícios para a comunidade de Antonina?

() Sim () Não

9) Se sua resposta anterior foi sim, você considera que estes benefícios:

() São visíveis somente durante os oito dias em que ocorre o evento.

() Permanecem após a realização do evento.

10) Enumere por ordem de importância (de 1 a 4 – sendo 1 o mais importante e 4 o menos importante) as áreas mais beneficiadas pela realização do Festival de Inverno da UFPR, em Antonina:

() Comercial () Cultural () Social () Turística () Outra – Qual?

11) Em sua opinião, o Festival de Inverno da UFPR é uma ação de responsabilidade social praticada pela Universidade Federal do Paraná?

() Sim () Não

12) Por quê?

13) Você acha que a continuidade do evento é importante para a comunidade de Antonina?

() Sim () Não

14) Por quê?

APÊNDICE II

Resultado da pesquisa exploratória (2012) em números:

Idade	15 anos	25
	16 anos	21
	17 anos	22
	18 anos	10
Sexo	Feminino	32
	Masculino	46

Pergunta 1	Você mora em Antonina?	
	Sim	75
	Não	3

Pergunta 2	Você conhece o Festival de Inverno da UFPR?	
	Sim	78
	Não	0

Pergunta 3	Há quanto tempo você conhece o Festival de Inverno da UFPR?	
	Menos de 1 ano	0
	1 ano	1
	2 anos	6
	3 anos	5
	4 anos ou mais	66

Pergunta 4	Você já participou de alguma atividade do Festival de Inverno da UFPR?	
	Sim	66
	Não	12

Pergunta 5	Qual?	
	Atividades na praça	43
	Espetáculos – integrante	6
	Espetáculos – espectador	32
	Monitoria	11
	Oficinas	45

Pergunta 6	Quantas pessoas você conhece que tenham participado de alguma atividade do Festival de Inverno da UFPR?	
	Nenhuma	3
	1	0
	2	4
	3 ou mais	71

Pergunta 7	De uma forma geral, como você avalia o Festival de Inverno da UFPR?	
	Ótima	26
	Boa	32
	Regular	16
	Ruim	3
	Sem resposta	1

Pergunta 8	Em sua opinião, a realização do Festival de Inverno da UFPR gera benefícios para a comunidade de Antonina?	
	Sim	77
	Não	1

Pergunta 9	Se sua resposta anterior foi sim, você considera que estes benefícios:	
	São visíveis somente durante os oito dias que ocorre o evento	46
	Permanecem após a realização do evento	29

Pergunta 10	Enumere por ordem de importância as áreas mais beneficiadas pela realização do Festival de Inverno da UFPR.	1	2	3	4
	Comercial	20	10	12	31
	Cultural	33	20	11	7
	Social	9	17	23	20
	Turística	26	23	19	7
	Outra	1	0	0	1

Pergunta 11	Em sua opinião, o Festival de Inverno da UFPR é uma ação de responsabilidade social praticada pela UFPR?	
	Sim	69
	Não	6
	Sem resposta	3

Pergunta 12	Por quê?	
	Incentiva a cultura	13
	Pela interação UFPR e Antonina	6
	Possibilita novas fontes de renda para a comunidade	2
	Gera conhecimento	10
	Gera lucro para a cidade	1
	Atinge todas as classes sociais	1
	Entretenimento	3
	Estimula o comércio	1
	Estimula o turismo	1

Pergunta 13	Você acha que a continuidade do evento é importante para a comunidade de Antonina?	
	Sim	74
	Não	4

Pergunta 14	Por quê?	
	Fator cultural	15
	Fator turístico	14
	Fator economic	14
	Fator social	3
	Entretenimento	6
	Faz parte da cidade	7
	Novas oportunidades de emprego	2
	Tira as crianças da rua	3
	Gera conhecimento	14

APÊNDICE III

Questionário semiestruturado aplicado em Julho de 2013:

- 1) Sexo: ☐ Feminino ☐ Masculino
- 2) A sua idade é:
☐ Entre 15 e 25 anos ☐ Entre 25 e 35 anos ☐ Entre 35 e 45 anos
☐ Entre 45 e 55 anos ☐ Acima de 55 anos
- 3) Escolaridade:
☐ Ensino Fundamental Incompleto ☐ Ensino Fundamental Completo
☐ Ensino Médio Incompleto ☐ Ensino Médio Completo
☐ Ensino Superior Incompleto ☐ Ensino Superior Completo
- 4) Você mora em Antonina?
☐ Sim ☐ Não
 Se sua resposta foi “não”, não há necessidade de continuar o preenchimento.
- 5) Você conhece o Festival de Inverno da UFPR?
☐ Sim ☐ Não
 Se sua resposta foi “não”, não há necessidade de continuar o preenchimento.
- 6) Há quanto tempo você conhece o Festival de Inverno da UFPR?
☐ Menos de um ano ☐ Um ano ☐ Dois anos ☐ Três anos ☐ Quatro anos ou mais
- 7) Em sua opinião, o Festival de Inverno da UFPR é: (Você pode marcar mais de uma resposta)
☐ uma atividade de extensão universitária ☐ um evento cultural
☐ uma ação de responsabilidade social
- 8) Você já participou de alguma atividade do Festival de Inverno da UFPR?
☐ Sim ☐ Não
- 9) Se sua resposta anterior foi “sim”, de quais atividades você já participou? (Você pode marcar mais de uma alternativa)
☐ Oficinas ☐ Atividades na Praça ☐ Espetáculos: ☐ como integrante de Grupo Artístico
☐ como espectador
☐ Outra – Qual? _____
- 10) Em sua opinião, a realização do Festival de Inverno da UFPR gera benefícios, contribuindo para o desenvolvimento de Antonina?
☐ Sim ☐ Não
- 11) Se sua resposta anterior foi “sim”, você considera que estes benefícios:
☐ São visíveis somente durante os oito dias em que ocorre o evento.
☐ Permanecem após a realização do evento.
- 12) Enumere por ordem de importância (de 1 a 4 – sendo 1 o mais importante e 4 o menos importante) as áreas mais beneficiadas pela realização do Festival de Inverno da UFPR, em Antonina.
☐ Comercial ☐ Cultural ☐ Social ☐ Turística
☐ Outra(s) – Qual(is)? _____
- 13) Em sua opinião, você acha que o Festival de Inverno da UFPR é acessível a toda população de Antonina?
☐ Sim. Por quê?
☐ Não. Por quê? O que poderia ser feito para melhorar este aspecto?
- 14) Você considera a continuidade do evento importante para a comunidade de Antonina?
☐ Sim ☐ Não
- 15) Por quê?

APÊNDICE IV

Resultado da pesquisa exploratória (2013) em números:

Pergunta 1	Sexo	
	Feminino	128
	Masculino	82
	Sem resposta	6

Pergunta 2	A sua idade é:	
	entre 15 e 25 anos	70
	entre 25 e 35 anos	30
	entre 35 e 45 anos	36
	entre 45 e 55 anos	41
	acima de 55 anos	36
	Sem resposta	3

Pergunta 3	Escolaridade	
	Ensino Fundamental Incompleto	28
	Ensino Fundamental Completo	18
	Ensino Médio Incompleto	46
	Ensino Médio Completo	63
	Ensino Superior Incompleto	26
	Ensino Superior Completo	35
	Sem resposta	0

Pergunta 4	Você mora em Antonina?	
	Sim	216
	Não	13
	Sem resposta	0

Pergunta 5	Você conhece o Festival de Inverno da UFPR?	
	Sim	215
	Não	1
	Sem resposta	0

Pergunta 6	Há quanto tempo você conhece o Festival de Inverno da UFPR?	
	Menos de um ano	4
	Um ano	1
	Dois anos	5
	Três anos	6
	Quatro anos ou mais	196
	Sem resposta	4

Pergunta 7	Em sua opinião, o Festival de Inverno da UFPR é: (Você pode marcar mais de uma resposta)	
	Uma atividade de extensão universitária	84
	Um evento cultural	180
	Uma ação de responsabilidade social	82
	Sem resposta	1

Pergunta 8	Você já participou de alguma atividade do Festival de Inverno da UFPR?	
	Sim	182
	Não	33
	Sem resposta	1

Pergunta 9	Se sua resposta anterior foi “sim”, de quais atividades você já participou? (Você pode marcar mais de uma resposta)	
	Oficinas	143
	Atividades na Praça	63
	Espetáculos	
	como integrante de Grupo Artístico	57
	como espectador	109
	Outra – qual?	
	Apresentação da Oficina	1
	Teatro	1
	Coral	1
	Ministrante de oficinas	1
	APAES	1
	Várias, no palco, na rua, na Igreja entre outros	1
	Trabalhei no evento	2
	Estagiária	3

Pergunta 10	Em sua opinião, a realização do Festival de Inverno da UFPR gera benefícios, contribuindo para o desenvolvimento de Antonina?	
	Sim	182
	Não	33
	Sem resposta	1

Pergunta 11	Se sua resposta anterior foi “sim”, você considera que estes benefícios:	
	São visíveis somente durante os oito dias em que ocorre o evento	102
	Permanecem após a realização do evento	103
	Sem resposta	11

Pergunta 12	Enumere por ordem de importância (de 1 a 4 – sendo 1 o mais importante e 4 o menos importante) as áreas mais beneficiadas pela realização do Festival de Inverno da UFPR, em Antonina.	1	2	3	4
	Comercial	67	32	38	63
	Cultural	140	32	22	13
	Social	40	48	48	58
	Turística	80	48	41	30

	Outras – quais?	Troca de experiência
		Desenvolvimento
		Familiares
		Relação entre pessoas – interatividade
		Lazer

Pergunta 13	Em sua opinião, você acha que o Festival de Inverno da UFPR é acessível a toda população de Antonina?	
	Sim. Por quê?	178
	Programação sem distinção de classes econômica, social e cultural	52
	Programação para todas as idades e portadores de necessidades especiais	14
	Programação gratuita	31
	Oportunidade de cultura e conhecimentos	22
	Oportunidade aos cidadãos e ao município (lazer, turismo, comércio)	46
	Outras	12
	Não. Por quê? O que poderia ser feito para melhorar este aspecto?	33
	Falta transporte para população rural e bairros distantes	15
	Algumas oficinas não são gratuitas	5
	Realizar eventos nos bairros distantes	6
	Outras	7
	Sem resposta	5

Pergunta 14	Você considera a continuidade do evento importante para a comunidade de Antonina?	
	Sim	208
	Não	2
	Sem resposta	6

Pergunta 15	Por quê? (Uma resposta pode conter mais de um tema relacionado)	
	Promove o turismo e divulga a cidade	43
	Promove o desenvolvimento econômico	34
	Proporciona benefícios sociais para a população	72
	Promove o desenvolvimento cultural	83
	É muito importante para a cidade	26
	Outros	19

APÊNDICE V

Roteiro Grupo Focal – Antonina

Descrição/objetivo: o grupo focal é uma espécie de entrevista coletiva que busca compreender uma situação e identificar tendências. Pesquisa qualitativa que, neste caso, tem como objetivo perceber aspectos que evidenciem a interação com a comunidade e o compromisso social da Universidade Federal do Paraná. Para este estudo foram realizados dois grupos focais na cidade de Antonina com a finalidade de ouvir as impressões dos moradores da cidade sobre a realização do Festival de Inverno da UFPR, tendo como objetivo específico entender como o evento é percebido pela comunidade local. O primeiro grupo focal contou com a participação de dez pessoas e o segundo foi realizado com a presença de seis participantes. Ambos tiveram duração aproximada de 60 minutos.

Público de interesse: moradores da cidade de Antonina-PR.

Participantes: representantes de diferentes segmentos da comunidade (professor, músico, comerciante, associação de moradores, escola de samba, etc.), independente de faixa etária, situação econômica ou social.

Moderadora: Patricia Salles Carvalho

Documentadora: Beatriz Kopp Gonçalves

Data: 05 de dezembro de 2013

Horário:

Primeiro grupo focal: início às 10h00

Segundo grupo focal: início às 14h00

Questões/roteiro:

Início – Apresentação do objetivo da pesquisa e da proposta do grupo focal.

(Enfatizar que os participantes devem sentir-se à vontade para manifestarem as suas impressões sobre o assunto, esclarecendo os procedimentos a serem adotados no decorrer do debate, com exposição e troca de ideias, estimulando a discussão dentro do grupo).

1) Festival de Inverno da UFPR

a) O Festival de Inverno da UFPR é um evento artístico-cultural, realizado há 23 anos consecutivos em Antonina. O que significa para a comunidade a realização deste evento durante todos esses anos?

b) O Festival é realizado durante oito dias, sempre no mês de julho. Depois que termina o evento, quais são os reflexos para a cidade?

c) Se fosse para fazer uma comparação: como é Antonina com a realização do Festival de Inverno? E como vocês imaginam que seria a cidade sem a realização do evento?

Então, resumindo, vocês acham que o Festival de Inverno da UFPR: (moderadora resume o que os participantes falaram para finalizar esta questão).

2) Universidade Federal do Paraná

a) De uma forma geral, considerando uma universidade pública, na opinião de vocês qual é o papel da Instituição em relação à comunidade? O que se espera que a Universidade faça pela comunidade?

b) Vocês acham que a Universidade Federal do Paraná cumpre esse papel aqui em Antonina?

c) Por quê?

Finalizando esta questão, na opinião de vocês a UFPR: (Moderadora retoma resumidamente o que foi dito pelos participantes).

3) Responsabilidade social

a) O que vocês entendem por responsabilidade social?

b) Aqui em Antonina, tem alguma empresa ou instituição que desenvolve ações de responsabilidade social junto à comunidade?

c) (Se a resposta for sim).

- De que forma estas empresas e/ou instituições atuam?
- As ações desenvolvidas por estas empresas e/ou instituições estão atendendo necessidades específicas da comunidade de Antonina?

d) Especificamente na área das políticas públicas em relação à cultura e na defesa e preservação do patrimônio cultural (pontos fortes da cidade) é feita alguma ação nesse sentido?

e) E para estimular o desenvolvimento econômico e novas fontes de geração de renda?

f) Por tudo que foi falado aqui, vocês acham que o Festival de Inverno da UFPR pode ser considerado uma ação de responsabilidade social?

g) Por quê?

Moderadora: Para encerrar, vocês acreditam que responsabilidade social é [...]. E, na opinião de vocês, o Festival de Inverno da UFPR pode (ou não pode) ser considerado uma ação de responsabilidade social porque [...].

APÊNDICE VI

Áudio dos Grupos Focais – Antonina

ANEXO I

Delineamento Amostral – Laboratório de Estatística Aplicada da UFPR – LEA

Universidade Federal do Paraná – Departamento de Estatística
LEA – Laboratório de Estatística Aplicada

Objetivo - Delineamento amostral para estimação da proporção de pessoas, residentes da cidade, que se dizem beneficiadas pelo festival de inverno da UFPR realizado em Antonina – PR.

Metodologia - Determinação do tamanho de uma amostra aleatória simples para estimação de uma proporção, conforme descrito em Buusab e Bolfarine (2005). Resultados obtidos com o software estatístico R (2012).

Resultados - Considerando um nível de confiança de 95%, para diferentes margens de erro (de 0,02 a 0,10) e um $p=0,5$. Em que p é a uma estimativa inicial da proporção da população que se diz beneficiada pelo evento, tendo uma visão conservadora da mesma iremos considerar o p máximo de 0,5, que produzirá o maior tamanho amostral. Então obtemos os seguintes resultados:

Margem de Erro	Tamanho necessário da amostra
0,02	2401
0,03	1068
0,04	601
0,05	385
0,06	267
0,07	196
0,08	151
0,09	119
0,1	97

Mantendo novamente fixos um nível de confiança de 95% e uma margem de erro variando de 0,02 a 0,10, com os dados obtidos pela amostra piloto, onde a proporção de moradores que se consideram beneficiados pelo festival foi, como informado pela pesquisadora, grande, decidimos então considerar um $p=0,8$. Considerando tais valores temos:

Margem de Erro	Tamanho necessário da amostra
0,02	1537
0,03	683
0,04	385
0,05	246
0,06	174
0,07	126
0,08	97
0,09	76
0,1	62

Temos então que considerando a proporção inicial como 0,8 uma amostra de 200 moradores traria uma margem de erro entre 0,05 e 0,06.

Referências

BUSSAB, Wilton de Oliveira, and Heleno Bolfarine. "Elementos de amostragem." São Paulo: Edgard Blücher, ABE (2005).

R Core Team (2012). R: A language and environment for statistical computing. R Foundation for Statistical Computing, Vienna, Austria.
ISBN 3-900051-07-0, URL <http://www.R-project.org/>.

ANEXO II

Autorização dos participantes do Grupo Focal



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
Setor de Artes, Comunicação e Design
Programa de Pós Graduação em Comunicação

TERMO DE AUTORIZAÇÃO

Pelo presente instrumento, **eu**, abaixo firmado e identificado, autorizo PATRICIA GUILHEM DE SALLES CARVALHO, mestrando(a) do Programa de Pós Graduação em Comunicação - UFPR, portador(a) do CPF: 859.124.179-72 e RG: 4.349.453 – 8 PR, a fazer uso de meu depoimento, concedido através de entrevista gravada em áudio, como material para subsidiar a elaboração de sua dissertação.

Curitiba, 05 de dezembro de 2013.

Nome completo: Luane Andreize de A. G. P.

CPF: 040.574.589-30

RG: 6.717.689-1

Assinatura: 



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
Setor de Artes, Comunicação e Design
Programa de Pós Graduação em Comunicação

TERMO DE AUTORIZAÇÃO

Pelo presente instrumento, **eu**, abaixo firmado e identificado, autorizo PATRICIA GUILHEM DE SALLES CARVALHO, mestrando(a) do Programa de Pós Graduação em Comunicação - UFPR, portador(a) do CPF: 859.124.179-72 e RG: 4.349.453 – 8 PR, a fazer uso de meu depoimento, concedido através de entrevista gravada em áudio, como material para subsidiar a elaboração de sua dissertação.

Curitiba, 05 de dezembro de 2013.

Nome completo: SÔNIA MARCIA FERREIRA MENDES

CPF: _____

RG: _____

Assinatura: Sônia Marcia Ferreira Mendes



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
Setor de Artes, Comunicação e Design
Programa de Pós Graduação em Comunicação

TERMO DE AUTORIZAÇÃO

Pelo presente instrumento, **eu**, abaixo firmado e identificado, autorizo PATRICIA GUILHEM DE SALLES CARVALHO, mestrando(a) do Programa de Pós Graduação em Comunicação - UFPR, portador(a) do CPF: 859.124.179-72 e RG: 4.349.453 – 8 PR, a fazer uso de meu depoimento, concedido através de entrevista gravada em áudio, como material para subsidiar a elaboração de sua dissertação.

Curitiba, 05 de dezembro de 2013.

Nome completo: _____

CPF: _____

RG: _____

Assinatura: _____



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
Setor de Artes, Comunicação e Design
Programa de Pós Graduação em Comunicação

TERMO DE AUTORIZAÇÃO

Pelo presente instrumento, **eu**, abaixo firmado e identificado, autorizo PATRICIA GUILHEM DE SALLES CARVALHO, mestrando(a) do Programa de Pós Graduação em Comunicação - UFPR, portador(a) do CPF: 859.124.179-72 e RG: 4.349.453 – 8 PR, a fazer uso de meu depoimento, concedido através de entrevista gravada em áudio, como material para subsidiar a elaboração de sua dissertação.

Curitiba, 05 de dezembro de 2013.

Nome completo: Isaac Cortino Sezgino

CPF: 040.274.328 - 67

RG: 91453428

Assinatura: 



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
Setor de Artes, Comunicação e Design
Programa de Pós Graduação em Comunicação

TERMO DE AUTORIZAÇÃO

Pelo presente instrumento, **eu**, abaixo firmado e identificado, autorizo PATRICIA GUILHEM DE SALLES CARVALHO, mestrando(a) do Programa de Pós Graduação em Comunicação - UFPR, portador(a) do CPF: 859.124.179-72 e RG: 4.349.453 – 8 PR, a fazer uso de meu depoimento, concedido através de entrevista gravada em áudio, como material para subsidiar a elaboração de sua dissertação.

Curitiba, 05 de dezembro de 2013.

Nome completo: Kelli CRISTINA MARTINS GONCALVES

CPF: 058.609.909-36

RG: 8.902-843-4

Assinatura: Kemgoncalves



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
Setor de Artes, Comunicação e Design
Programa de Pós Graduação em Comunicação

TERMO DE AUTORIZAÇÃO

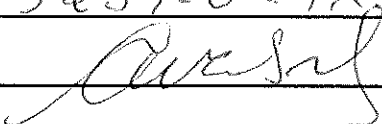
Pelo presente instrumento, **eu**, abaixo firmado e identificado, autorizo PATRICIA GUILHEM DE SALLES CARVALHO, mestrando(a) do Programa de Pós Graduação em Comunicação - UFPR, portador(a) do CPF: 859.124.179-72 e RG: 4.349.453 – 8 PR, a fazer uso de meu depoimento, concedido através de entrevista gravada em áudio, como material para subsidiar a elaboração de sua dissertação.

Curitiba, 05 de dezembro de 2013.

Nome completo: Gicelbela Machado Passos

CPF: 318955229-00

RG: 1.475239-0 - PR

Assinatura: 



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
Setor de Artes, Comunicação e Design
Programa de Pós Graduação em Comunicação

TERMO DE AUTORIZAÇÃO

Pelo presente instrumento, eu, abaixo firmado e identificado, autorizo PATRICIA GUILHEM DE SALLES CARVALHO, mestrando(a) do Programa de Pós Graduação em Comunicação - UFPR, portador(a) do CPF: 859.124.179-72 e RG: 4.349.453 – 8 PR, a fazer uso de meu depoimento, concedido através de entrevista gravada em áudio, como material para subsidiar a elaboração de sua dissertação.

Curitiba, 05 de dezembro de 2013.

Nome completo: FRANCISCO FABIANO VIEIRA BARBOZA

CPF: 029 880 15902

RG: 7 737 654 - 02

Assinatura: Franc Fab Vi Barboza



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
Setor de Artes, Comunicação e Design
Programa de Pós Graduação em Comunicação

TERMO DE AUTORIZAÇÃO

Pelo presente instrumento, eu, abaixo firmado e identificado, autorizo PATRICIA GUILHEM DE SALLES CARVALHO, mestrando(a) do Programa de Pós Graduação em Comunicação - UFPR, portador(a) do CPF: 859.124.179-72 e RG: 4.349.453 – 8 PR, a fazer uso de meu depoimento, concedido através de entrevista gravada em áudio, como material para subsidiar a elaboração de sua dissertação.

Curitiba, 05 de dezembro de 2013.

Nome completo: Glise Cristiane Catalá Lurlaniti
CPF: 810 . 113.939-72
RG: 5.062.116 72
Assinatura: Glise Lurlaniti



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
Setor de Artes, Comunicação e Design
Programa de Pós Graduação em Comunicação

TERMO DE AUTORIZAÇÃO

Pelo presente instrumento, **eu**, abaixo firmado e identificado, autorizo PATRICIA GUILHEM DE SALLES CARVALHO, mestrando(a) do Programa de Pós Graduação em Comunicação - UFPR, portador(a) do CPF: 859.124.179-72 e RG: 4.349.453 – 8 PR, a fazer uso de meu depoimento, concedido através de entrevista gravada em áudio, como material para subsidiar a elaboração de sua dissertação.

Curitiba, 05 de dezembro de 2013.

Nome completo: André Luís P. Furlaneto

CPF: 852 458 879 -91

RG: 4 144 124-0

Assinatura: 



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
Setor de Artes, Comunicação e Design
Programa de Pós Graduação em Comunicação

TERMO DE AUTORIZAÇÃO

Pelo presente instrumento, **eu**, abaixo firmado e identificado, autorizo PATRICIA GUILHEM DE SALLES CARVALHO, mestrando(a) do Programa de Pós Graduação em Comunicação - UFPR, portador(a) do CPF: 859.124.179-72 e RG: 4.349.453 – 8 PR, a fazer uso de meu depoimento, concedido através de entrevista gravada em áudio, como material para subsidiar a elaboração de sua dissertação.

Curitiba, 05 de dezembro de 2013.

Nome completo: Marcos do S.S. Souza

CPF: 470 463 769-72

RG: 5.611.932-8

Assinatura: [assinatura manuscrita]



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
Setor de Artes, Comunicação e Design
Programa de Pós Graduação em Comunicação

TERMO DE AUTORIZAÇÃO

Pelo presente instrumento, **eu**, abaixo firmado e identificado, autorizo PATRICIA GUILHEM DE SALLES CARVALHO, mestrando(a) do Programa de Pós Graduação em Comunicação - UFPR, portador(a) do CPF: 859.124.179-72 e RG: 4.349.453 – 8 PR, a fazer uso de meu depoimento, concedido através de entrevista gravada em áudio, como material para subsidiar a elaboração de sua dissertação.

Curitiba, 05 de dezembro de 2013.

Nome completo:

Paula Fernanda Fonseca

CPF:

041.302.459-88

RG:

8.708.080-3

Assinatura:

Paula Fernanda Fonseca



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
Setor de Artes, Comunicação e Design
Programa de Pós Graduação em Comunicação

TERMO DE AUTORIZAÇÃO

Pelo presente instrumento, **eu**, abaixo firmado e identificado, autorizo PATRICIA GUILHEM DE SALLES CARVALHO, mestrando(a) do Programa de Pós Graduação em Comunicação - UFPR, portador(a) do CPF: 859.124.179-72 e RG: 4.349.453 – 8 PR, a fazer uso de meu depoimento, concedido através de entrevista gravada em áudio, como material para subsidiar a elaboração de sua dissertação.

Curitiba, 05 de dezembro de 2013.

Nome completo: Elenice Ap. Thomé de Lencastre

CPF: 0.36.578.409 - 58

RG: 3.241.217 - 3

Assinatura: Elenice Ap. Thomé de Lencastre

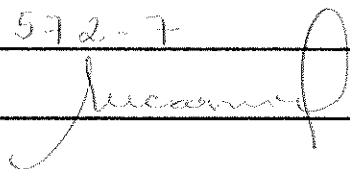


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
Setor de Artes, Comunicação e Design
Programa de Pós Graduação em Comunicação

TERMO DE AUTORIZAÇÃO

Pelo presente instrumento, eu, abaixo firmado e identificado, autorizo PATRICIA GUILHEM DE SALLES CARVALHO, mestrando(a) do Programa de Pós Graduação em Comunicação - UFPR, portador(a) do CPF: 859.124.179-72 e RG: 4.349.453 – 8 PR, a fazer uso de meu depoimento, concedido através de entrevista gravada em áudio, como material para subsidiar a elaboração de sua dissertação.

Curitiba, 05 de dezembro de 2013.

Nome completo: Meiri de Q. Carniel
CPF: 709 461 679-15
RG: 818 572-7
Assinatura: 



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
Setor de Artes, Comunicação e Design
Programa de Pós Graduação em Comunicação

TERMO DE AUTORIZAÇÃO

Pelo presente instrumento, **eu**, abaixo firmado e identificado, autorizo PATRICIA GUILHEM DE SALLES CARVALHO, mestrando(a) do Programa de Pós Graduação em Comunicação - UFPR, portador(a) do CPF: 859.124.179-72 e RG: 4.349.453 – 8 PR, a fazer uso de meu depoimento, concedido através de entrevista gravada em áudio, como material para subsidiar a elaboração de sua dissertação.

Curitiba, 05 de dezembro de 2013.

Nome completo: Graziela B. Carmil
CPF: 028043029-87
RG: 63245976
Assinatura: Graziela B. Carmil



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
Setor de Artes, Comunicação e Design
Programa de Pós Graduação em Comunicação

TERMO DE AUTORIZAÇÃO

Pelo presente instrumento, **eu**, abaixo firmado e identificado, autorizo PATRICIA GUILHEM DE SALLES CARVALHO, mestrando(a) do Programa de Pós Graduação em Comunicação - UFPR, portador(a) do CPF: 859.124.179-72 e RG: 4.349.453 – 8 PR, a fazer uso de meu depoimento, concedido através de entrevista gravada em áudio, como material para subsidiar a elaboração de sua dissertação.

Curitiba, 05 de dezembro de 2013.

Nome completo: GILZA MENDES PASSOS

CPF: 034331869-52

RG: 6897467-1

Assinatura: 



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
Setor de Artes, Comunicação e Design
Programa de Pós Graduação em Comunicação

TERMO DE AUTORIZAÇÃO

Pelo presente instrumento, **eu**, abaixo firmado e identificado, autorizo PATRICIA GUILHEM DE SALLES CARVALHO, mestrando(a) do Programa de Pós Graduação em Comunicação - UFPR, portador(a) do CPF: 859.124.179-72 e RG: 4.349.453 – 8 PR, a fazer uso de meu depoimento, concedido através de entrevista gravada em áudio, como material para subsidiar a elaboração de sua dissertação.

Curitiba, 05 de dezembro de 2013.

Nome completo: Jose Imacul Jos Santos
CPF: 014881399-20
RG: 1.943.812-PR
Assinatura: 